Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Helena Tavares Gonçalves

O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Helena Tavares Gonçalves

O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Rogério Proença de Sousa Leite

Coorientador: Emanuel Oliveira Braga

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional Superintendência do IPHAN na Paraíba.

T635p Gonçalves, Helena Tavares.
O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços do centro histórico de João Pessoa (PB) / Helena Tavares Gonçalves – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

179 f.: il.

Orientador: Rogério Proença de Sousa Leite

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural – Proteção. 2. Espaços Públicos. 3. Política Cultural. 4. Cidades Históricas. 5. Planejamento Urbano. I. Leite, Rogério Proença. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.6930776

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

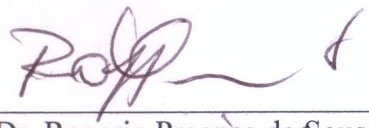
Helena Tavares Gonçalves

O PORTO E A CASA: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)

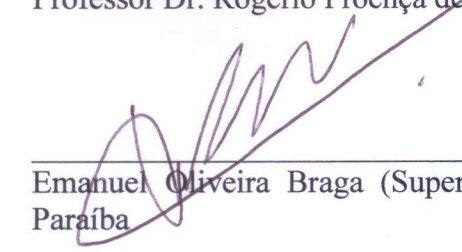
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2014.

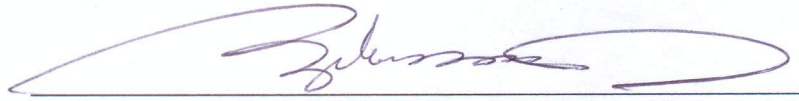
Banca examinadora



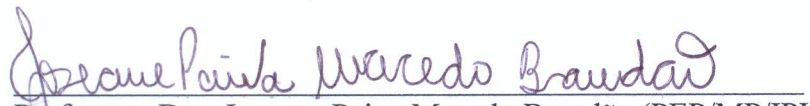
Professor Dr. Rogerio Proença de Sousa Leite (orientador e presidente da Banca)



Emanuel Oliveira Braga (Supervisor e co-orientador) – Superintendência do IPHAN na Paraíba



Professora Dra. Izabela Maria Tamaso (Universidade Federal de Goiás/UFG)



Professora Dra. Joseane Paiva Macedo Brandão (PEP/MP/IPHAN)

Agradecimentos

Quando decidi cursar esse mestrado, não tinha ideia de quantas mudanças estavam à minha espera. A experiência acadêmica e a prática profissional, tanto desejada, foram apenas os desdobramentos esperados e já previstos. Foi um período de vivências transformadoras. Alegrias, dificuldades, incertezas, conquistas foram compartilhadas com pessoas importantíssimas em minha vida.

Agradeço primeiramente à minha família, especialmente aos meus pais Valeria e Marco e ao meu irmão Kauê, por respeitarem minhas decisões, por incentivar minhas escolhas e por acreditarem nos meus sonhos. À Dandara, minha filha, por me fazer renascer, por me tornar mais forte, mais dedicada e mais feliz do que imaginei que pudesse ser. Ao meu companheiro Fabiano, por fazer da minha vivência na Paraíba algo tão especial e transformador. Ao pequeno Cauã Sol, por trazer a alegria e a magia do mundo das crianças para minha casa e para minha vida.

Aos amigos e colegas do IPHAN/PB, em especial Carla Gisele e Emanuel Braga, pela competência, responsabilidade e compromisso nos trabalhos institucionais. Por me mostrarem que a reinvenção de paradigmas e o pensamento crítico institucional, apesar de ser um caminho espinhoso, é um caminho possível. Obrigada pelas conversas de corredores, pelas reuniões, pela revisão dos textos, por acreditarem nesse trabalho, por me auxiliar à traçar esse caminho, enfim, pela preocupação, dedicação, atenção e interlocução destinados ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Às mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação, por me receberem de braços abertos em suas casas. Por me permitir participar das reuniões, pela confiança no meu trabalho e, em especial, ao carinho e atenção dedicados à Dandara. Obrigada pelos sorrisos, pelos abraços, pelo cafezinho, a tapioca, as conversas no trapiche, os passeios de barco, as noites de reunião e os dias de festa. Obrigada por me mostrarem a riqueza que há na simplicidade das pessoas que ali vivem.

Aos amigos Regina Célia, Hostilio, Patrícia, Araci e Valeska, por acreditarem que a resistência e organização social podem transformar o destino das pessoas. Por considerar que a luta dos moradores ribeirinhos é uma causa nobre, e por contribuírem para que sejam alcançadas as desejadas reivindicações.

Ao meu orientador Rogério Proença Leite, pela revisão textual, pelas indicações bibliográficas, pelas colocações claras e objetivas, suas contribuições foram fundamentais para tornar esse trabalho coeso e me dão a confiança de que consegui realizar um bom trabalho.

À Coordenação de Pesquisa e Documentação do Iphan, pela competência, dedicação e por acreditarem que o pensamento crítico pode ser prática transformadora do cotidiano. Agradeço não só pela qualidade da formação, mas também pelas experiências que o curso proporciona, nos dando a oportunidade de conhecer e conviver com pessoas de universos sociais distintos que se encontram em busca de um interesse comum, fazendo da troca de experiências uma forma de produção do conhecimento.

Aos colegas PEP, por serem, simplesmente, maravilhosos! Juntos conseguimos encontrar a medida do respeito e da convivência de uma maneira tão bonita, que me faltam palavras para conseguir descrever. Só tenho lembranças alegres de nossos momentos de encontro, breves porém intensos. Guardo carinho especial por cada um de vocês.

Por último, e muitíssimo importante, aos queridos amigos de longa data, de Socorro/SP e Campinas/SP, que mesmo distante se fazem presentes no meu dia a dia. Juntos compartilhamos experiências de vida incríveis, responsáveis por transformar minha maneira e ver e viver o mundo. Obrigada por existirem!

Com esse trabalho, espero poder contribuir para a reflexão sobre a gestão e preservação do patrimônio cultural e sonho em ver, na prática, medidas concretas de transformação.

RESUMO:

A proposta dessa pesquisa consiste em analisar as diferentes concepções referentes à gestão de uma política de preservação e promoção do patrimônio cultural do centro histórico de João Pessoa e seu entorno, tendo como referência a responsabilidade dos órgãos de preservação do patrimônio cultural, principalmente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir da análise dos planos de *revitalização* e *requalificação* propostos para as áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. Levando-se em consideração as diferentes formas de apropriação dos espaços patrimonializados, propomos pensar como processos de atribuição de valor aos bens culturais se relacionam com conceitos de identidade, memória e tradição. Tendo como base o conceito de referência cultural, cunhado na década de setenta, assim como a definição de patrimônio cultural brasileiro presente na Constituição de 1988, procuraremos mostrar como esses projetos de intervenção urbanos atingem diretamente à dinâmica de vida dos moradores locais, que se apropriam dos espaços patrimonializados, ressignificando seus usos e sentidos cotidianos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Espaços Públicos. Política Cultural. Cidades Históricas. Planejamento Urbano.

ABSTRACT:

The purpose of this research is to analyze the different conceptions regarding the management of a policy of preservation and promotion of cultural heritage of the historic downtown João Pessoa and its surroundings, with reference to the responsibility of the board of preservation of cultural heritage, especially the Office of the National Artistic and Historical Heritage, from the analysis of the plans "revitalization" and "redevelopment" projects for urban areas of Port Vila Grass and Nassau. Taking into account the different forms of appropriation of patrimonializated spaces, we propose thinking as assigning value to cultural assets processes relate to concepts of identity, memory and tradition. Based on the concept of cultural reference, coined in the seventies as well as the definition of Brazilian cultural heritage present in the 1988 Constitution, we aim to show how these projects of urban intervention directly affect the dynamics of life of local residents, who appropriate patrimonializated of spaces, giving new meaning to their everyday uses and meanings.

Keywords: Cultural Heritage. Commons. Cultural Policy. HistoricTowns. Urban Planning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Perímetro de Proteção delimitado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa em 1987.....30

Imagem 2: Em vermelho, a poligonal de tombamento estadual do IPHAEP (1982) e em azul o perímetro da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa (1986).....31

Imagem 3: Poligonal de tombamento estadual do IPHAEP (2004). 32

Imagem 4: Poligonal de tombamento federal (2007). 38

Imagem 5: Cidade Baixa.....44

Imagem 6: Praça Anthenor Navarro no Centro Histórico de João Pessoa. 45

Imagem 7: Largo de São Frei Pedro Gonçalves, no Centro Histórico de João Pessoa. 45

Imagem 8: Área de intervenção do Projeto de Revitalização do Porto do Capim. 48

Imagem 9: Perspectiva da Praça Porto do Capim no Projeto de Revitalização do Porto do Capim. 48

Imagem 10: Perspectiva da Arena de Eventos do Projeto de Revitalização do Porto do Capim. 49

Imagem 11: Visitação da exposição Memórias Ribeirinhas, setembro de 2011. 61

Imagem 12: Visitação da exposição Memórias Ribeirinhas, setembro de 2011 61

Imagem 13: Comércio local no Porto do Capim 69

Imagem 14: Igreja Batista Porto do Capim 69

Imagem 15: Campo de futebol na Vila Nassau, no Porto do Capim. 69

Imagem 16: Habitações na Rua Frei Vital, no Porto do Capim. 69

Imagem 17: Casas na rua de acesso para o trapiche público.....70

Imagem 18: Vista do trapiche. 70

Imagem 19: Equipamento do antigo Porto do Capim. 70

Imagem 20: Viela na Vila Nassau. 70

Imagem 21: Presença de telefone público.....71

Imagem 22: Habitações na região da Vila Nassau. 71

Imagem 23: Mata ciliar preservada. 73

Imagem 24: Ilha da Santa....73

Imagem 25: Casa de taipa na Ilha da Santa.....73

Imagem 26: Oratório.....73

Imagem 27: Procissão festa de Nossa Senhora da Conceição.....73

Imagem 28: Celebração na Ilha da Santa.....73

Imagem 29: Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Vila Nassau.....81

Imagem 30: Praça 1 proposta de requalificação.....82

Imagem 31: Praça 2 proposta de requalificação.....82

Imagem 32: Espaços de convivência, proposta de requalificação. 83

Imagem 33: Perspectiva geral da Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Vila Nassau e sua inserção no Centro Histórico de João Pessoa.....83

Imagem 34: Vista geral do rio Sanhauá e do bairro do Varadouro, em João Pessoa.....101

Imagem 35-36: Ladeira que liga o Largo de São Frei Pedro Gonçalves ao Porto do Capim.....102

Imagem 37: Cruzamento da linha férrea, onde se inicia o bairro do Porto do Capim. 102

Imagem 38-39: Trapiche público do Porto do Capim.....103

Imagem 40: Rua Porto do Capim.....106

Imagem 41: Escola municipal Paroquial.....106

Imagem 42: Igreja Batista no Porto do Capim.....106

Imagem 43: Edifício da Intendência 106

Imagem 44-45: Viela de acesso entre Rua Porto do Capim e margem do rio e comércio local. 107

Imagem 46-47: Comércio local e madeireiras no Porto do Capim e Vila Nassau. 107

Imagem 48: Rua Visconde de Inhaúma. 108

Imagem 49: Rua Frei Vital.....108

Imagem 50-51: Rua principal da Vila Nassau e Rua de acesso às moradias. 108

Imagem 52-53: Residência Vila Nassau, rua residencial e também acesso ao campo de futebol.....109

Imagem 54-55: Bar de Danda, na Vila Nassau. 109

Imagem 56: Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação em julho de 2013.....113

Imagem 57: Associação de Mulheres do Porto do Capim 114

Imagem 58-59: Prefeito de João Pessoa no Porto do Capim e Comissão Porto do Capim em Ação no Gabinete do Prefeito.....120

Imagem 60 e 61: Procissão Nossa Senhora da Conceição 2013. 124

Imagem 62 e 63: Procissão Nossa Senhora da Conceição 2013 124
Imagem 64 e 65: Festa Nossa Senhora da Conceição 2012. 125
Imagem 66 e 67: Ilha da Santa, Festa Nossa Senhora da Conceição 2012. 125
Imagem 68: Centro Histórico de João Pessoa/PB. 145
Imagem 69: Centro Histórico de Salvador/BA. 145
Imagem 70: Centro Histórico de Fortaleza/CE. 145
Imagem 71: Centro Histórico de Recife/PE. 145

CRONOGRAMA DAS AÇÕES QUE INCIDIRAM SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

1938: Tombamentos federais de monumentos isolados.

1970: Tombamentos estaduais de monumentos isolados.

1975: Poligonal de preservação contida no Plano Diretor de João Pessoa

1982: Poligonal de tombamento estadual do centro histórico de João Pessoa.

1987: Poligonal de tombamento da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

1992: Nova delimitação de área de preservação do Plano Diretor de João Pessoa.

1997: Projeto de Revitalização do centro histórico de João Pessoa.

2004: Revisão da área de proteção estadual.

2007: Delimitação de poligonal de tombamento federal.

2012: Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES 09

INTRODUÇÃO 13

I. O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA 25

II. ENTRE AS IMAGENS IDEALIZADAS DO PASSADO E DO FUTURO: O PORTO DO CAPIM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL. 55

2.1. O primeiro contato: Projeto Memórias Ribeirinhas 57

2.2. Nova conjuntura política: PAC Sanhauá 59

2.3. O processo de construção do Dossiê e a exposição da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau 65

2.3.1. O processo de construção do Dossiê 65

2.3.2. A exposição do projeto técnico 74

2.4. PAC Cidades Históricas 84

2.5. Estratégias distintas em busca de objetivos semelhantes. 89

III. PARE, OLHE, ESCUTE: AQUI TEM GENTE! 96

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS 127

4.1. Políticas de Intervenção em Centros Históricos: entre os consensos e os dissensos 140

4.2. O empoderamento dos moradores em defesa do “lugar” 148

4.3.Reflexões finais 150

4.4.Agradecimentos 156

V. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS. 159

ANEXOS 164

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a essa dissertação de mestrado[1] foi iniciada em agosto de 2011, quando da minha chegada à cidade de João Pessoa, cidade cujo centro histórico, foi tombado pelo Iphan no ano de 2007. O transitar entre as praças, avenidas movimentadas, ruazinhas escondidas, o caminhar entre os espaços desse bairro e observar determinadas situações, foi a estratégia inicial utilizada para conhecer e obter uma primeira impressão sobre as dinâmicas sociais ali desenvolvidas. Através dessas caminhadas fui surpreendia pela diversidade de formas de apropriação dos usos dos espaços pelas pessoas que utilizam o centro histórico e que, por sua vez, constroem suas relações cotidianas. Pude perceber que no centro da cidade são desenvolvidas algumas atividades administrativas devido à presença de instituições públicas municipais, estaduais e federais; intensa atividade comercial; e nos finais de semana, determinadas áreas são destinadas a usos para fins de diversão e entretenimento.

O centro histórico de João Pessoa está dividido entre cidade alta e cidade baixa[2]. Nos dois espaços, o uso comercial parece, à primeira vista, a característica mais marcante. Deparei-me com uma atividade comercial diversificada, que vai do pequeno comércio informal até grandes lojas de franquias de redes nacionais. Nas diversas praças espalhadas pelo perímetro do centro histórico, principalmente na região da cidade alta, é comum encontrarmos vendedores ambulantes que transitam com seus carrinhos de mão vendendo frutas, feijão verde, macaxeira, queijo coalho, castanhas de caju... Também é comum encontrar no trajeto, no meio das calçadas, pequenas barraquinhas feitas de estrutura de metal e revestidas por lona, onde se vendem ervas medicinais e temperos. É intensa a presença de trabalhadores informais, conhecidos como camelôs, que oferecem ao consumidor uma variedade de produtos de diversas naturezas (eletrônicos, brinquedos, roupas, filmes, acessórios...). Nos aspectos do comércio formal a variedade de produtos também está presente, sendo possível encontrar lojas de roupa, sapatos, móveis, eletrodomésticos, instrumentos musicais, farmácias, bancos, restaurantes, lanchonetes, oficinas de carro e mercadinhos.

---

[1] A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP), vinculado e ministrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), durante o período de agosto de 2011 a novembro de 2013.

[2] Segundo informações contidas no Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba", a cidade foi pensada e estruturada pelos colonizadores tendo em mente essa divisão geográfica/topográfica (cidade baixa e cidade alta), que passou a distinguir também os usos sociais estabelecidos em cada região.

Outra característica desse espaço são as diferentes formas de interação social encontradas durante o dia, durante a noite e nos finais de semana. Durante o dia há um intenso fluxo de pessoas, de modo que é difícil, por exemplo, encontrar uma vaga para estacionar o carro. As pessoas transitam entre o comércio e as instituições públicas, os pontos de ônibus ficam cheios de transeuntes e novamente nas praças o comércio informal rouba a cena. No final da tarde, essas praças, especialmente o Ponto de Cem Réis, se tornam pontos de encontro de pessoas que passam o tempo se distraindo com jogos de tabuleiro e conversas do cotidiano. Há também a reunião de grupos religiosos que realizam celebrações ao ar livre, nos espaços de convivência comum do centro. No período noturno, devido ao fechamento do comércio, o fluxo de pessoas diminui consideravelmente, as ruas são pouco iluminadas e a região torna-se "perigosa"; pelo menos nas falas dos usuários do centro é aconselhável não transitar pelas áreas centrais devido ao perigo de assaltos[3]. Durante os finais de semana, algumas praças da cidade, como é o caso da Praça Rio Branco, Casarão da Pólvora, Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves, são ocupadas por eventos artísticos, na maioria das vezes eventos públicos financiados pela prefeitura. Essas praças tornam-se espaços para diversão, consumo e entretenimento, recebendo um público, em sua maioria, de jovens e universitários *cult* pertencentes a camadas sociais economicamente estáveis.

Porém, apesar da dinamicidade passível de ser vivenciada por qualquer pessoa que decida transitar pela região central, a visão e a percepção, por parte de alguns gestores públicos, sobre o centro histórico é carregada pelo estigma do "abandono". A caracterização do abandono e a questão da falta de espaços destinados ao encontro e convívio sociais estão presentes, inclusive, na justificativa do processo de tombamento federal do centro histórico de João Pessoa.

Na cidade baixa, um dos lugares que visitei foi o "Antigo Hotel Globo", prédio tombado pelo Iphan e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – Iphaep. A visita foi recomendada porque daquele prédio é possível desfrutar de uma bela vista do Rio Sanhauá, lugar tido como nascedouro da cidade. No interior do prédio me deparei com uma maquete. Havia na maquete uma grande praça localizada nas margens de um rio, e alguns prediozinhos localizados ao lado dessa praça. Mais tarde fiquei sabendo que aquela era

[3] Tornar-se uma região potencialmente perigosa no período noturno não é uma característica apenas da região central da cidade. Diversos bairros de João Pessoa são tidos como perigosos, inclusive em zonas nobres da cidade, devido principalmente à pouca circulação de pessoas nas ruas durante a noite.

uma proposta de "projeto de revitalização" previsto para ser executado às margens do Rio Sanhauá.

Na cidade baixa está localizada a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), situada na praça Anthenor Navarro, em um sobrado de dois andares, que junto aos prédios vizinhos forma um conjunto arquitetônico de *art déco*, construídos na década de 1930 e pintados recentemente com cores fortes e vibrantes. Estão posicionados em frente a dois jardins centrais rodeados por piso de paralelepípedos. A direita dos prédios está a rua que serve de via de acesso ao terminal rodoviário, terminal de integração de ônibus municipais e uma estação de Trem que liga João Pessoa à área metropolitana . A esquerda do conjunto está a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. Na cidade baixa podemos verificar a intensa atividade comercial e a função habitacional, principalmente nas regiões da rua da Areia, Porto do Capim e Vila Nassau.

Em agosto de 2011, logo quando iniciei as atividades na Superintendência do Iphan na Paraíba (Iphan/PB), a exposição *Memórias Ribeirinhas* estava em vias de ser aberta. Tal exposição foi um dos resultados de um trabalho de educação patrimonial desenvolvido pela Casa do Patrimônio de João Pessoa[4]. Segundo idealizadores do projeto, decidiu-se realizar um trabalho de registro da história da "comunidade" do Porto do Capim e da Vila Nassau, pelo fato de que os moradores estariam em fase de transferência para outro local, em função do Projeto Revitalização do Antigo Porto do Capim[5].

Esse foi o primeiro contato que tive com um projeto desenvolvido pelo Iphan/PB e em alguns aspectos esse projeto me despertava questionamentos. O primeiro deles, a justificativa da motivação para o registro das histórias da comunidade ser o fato de que está prevista a realocação dos moradores para outro espaço da cidade. Parecia-me estranho desenvolver um projeto de educação patrimonial onde se reconheciam as referências culturais dos moradores enquanto elementos importantes para a estruturação de suas noções identitárias e que, portanto, legitima a ocupação do espaço, ao mesmo tempo em que o Iphan/PB, junto a outros

[4]A Casa do Patrimônio de João Pessoa, vinculada à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba, desenvolveu nos primeiros anos de implementação, parcerias com a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC/PMJP), trabalhando no desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa. Atualmente, desvinculada da Prefeitura de João Pessoa, a Casa do Patrimônio desenvolve ações de Educação Patrimonial, promoção e difusão do patrimônio em todo o estado da Paraíba.

[5] TOLENTINO, Átila. O que é Patrimônio Cultural para você. *In: Educação Patrimonial. Reflexões e Práticas.* Caderno 2. João Pessoa: Casa do Patrimônio de João Pessoa, 2012.

parceiros institucionais, arquitetavam meios de executar as ações de revitalização que preveem a remoção dos moradores ribeirinhos.

Afinal, se aquelas pessoas, seus modos de se relacionar com o espaço, suas memórias, aquelas ruas, a disposição de suas casas, são consideradas tão importantes e dignas de passar por um processo de registro de memória histórica do processo de ocupação do lugar, então porque retirar os moradores de seus lugares tradicionais?

Através de meus questionamentos, logo tomei conhecimento de que existem na atual conjuntura da equipe técnica do Iphan/PB, diferentes olhares e perspectivas sobre quais seriam as intervenções adequadas, do ponto de vista de uma política de preservação de patrimônios culturais, no caso das regiões ribeirinhas do centro histórico de João Pessoa.

Dessa maneira, a presente pesquisa objetiva realizar reflexões acerca do Processo de Tombamento do Centro Histórico de João Pessoa, na Paraíba, e algumas considerações referentes aos planos de revitalização realizados e previstos para a área tombada e seu entorno. Pretende-se analisar como se deu a trajetória e as transformações no entendimento de como deveriam ser tratados os sítios urbanos nos aspectos de sua seleção e preservação, principalmente por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Almeja-se também discutir como os processos de atribuição de valor aos bens culturais se relacionam com conceitos de identidade, memória e tradição, bem como analisar de que modo a atuação do Iphan interfere na vida dos moradores e usuários do centro histórico.

Tal problemática será analisada tendo como referente empírico o centro histórico da cidade de João Pessoa (PB), cujo foco de análise estará voltado para compreender as relações de tensões e conflitos presentes nos diferentes usos sociais do local e nas formas de apropriação dos espaços patrimonializados, assim como as dinâmicas de negociação entre os agentes que participam do processo de gestão e organização do centro histórico e seu entorno, mais precisamente nos casos das áreas urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, duas localidades em áreas ribeirinhas que estão no entorno do centro histórico tombado da cidade.

***

O início do processo de colonização europeia e formação do que hoje é a cidade de João Pessoa se deram em 1585, às margens do Rio Sanhauá, onde dois núcleos principais se formaram: o Varadouro (cidade baixa), caracterizado por atividades de comércio e a Cidade Alta com predominância de uso residencial e presença de conjuntos religiosos.

Em 1920 o então presidente da República Epitácio Pessoa aprovou o projeto de construção do Porto Internacional do Varadouro, que seria construído às margens do Rio Sanhauá[6]. O porto ficou popularmente conhecido como Porto do Capim. Devido a aspectos de engenharia e da própria natureza do rio Sanhauá, o porto não tinha capacidade de receber navios de grande porte, o que resultou na inviabilidade do exercício das funções de escoamento de produção e, por consequência, de permanência do porto.

Na década de 1940, o Porto do Capim foi desativado e o escoamento da produção local passou a ser feito pelo Porto de Cabedelo, cidade vizinha a João Pessoa (na época distrito de João Pessoa), e por ferrovia construída para o mesmo fim. Junto ao processo de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade houve um movimento de esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas de classe média alta da sociedade local[7].

A existência do Porto e sua posterior desativação provocou, entre as décadas de 1940 e 1970, a ocupação do espaço por uma população advinda das camadas pobres da sociedade, principalmente famílias trabalhadores do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial. Com o decorrer dos anos, famílias de pescadores passaram a habitar a mesma área. O local hoje se configura como região predominantemente residencial, contando com a presença de um pequeno comércio local, escola pública, igrejas e associação de moradores. Muitos dos antigos moradores continuam a exercer sua atividade econômica ligada à pesca como complemento do sustento familiar, de modo que um pescador pode ser, ao mesmo tempo, um vendedor ambulante. No caso de ribeirinhos urbanos contemporâneos, essas ocupações profissionais e bicos temporários são muito fluidas. Há também moradores que exercem outras profissões, nas quais a localização de suas casas é fundamental para a movimentação, deslocamento e continuidade de suas atividades econômicas, como também para o desenvolvimento de suas relações cotidianas.

A região do Porto do Capim está na área central da cidade, muito próxima da estação ferroviária e rodoviária, estruturas fundamentais para a movimentação desses moradores. Dessa maneira, o local pode ser entendido através de suas diversidades, como espaço heterogêneo. O local não pode ser entendido como uma "comunidade de pescadores", apesar de existirem pessoas que relacionam parte de suas atividades econômicas ao rio. Também não pode ser caracterizado, como é de costume, pelas "péssimas condições de habitação" ou

[6]JOFFILY, José. *Porto Político.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

[7]MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba".* João Pessoa: IPHAN, 2002.

simplesmente como “área de risco”, pois ao mesmo tempo em que existem casas em perfeito estado de habitação, existem aquelas, construídas às margens do rio, onde os moradores convivem com constantes inundações provocadas pelas cheias das marés. O fato é que ali, onde se localizava o antigo porto da cidade, ocorreu um processo de ocupação urbana para fins de moradia, de uma população economicamente carente, informação que não aparece no Processo de Tombamento nº 1051-T-02.

Desde a década de 1990, existem intervenções previstas para a área de entorno do centro histórico de João Pessoa, onde se localizam o Porto do Capim e a Vila Nassau, dois núcleos de habitação urbana de populações de baixa renda. Tais ações configuram um projeto denominado “Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim”, de autoria da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP). Fundada em 1987, através do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, a Comissão inseriu a cidade de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Iberoamérica. Durante a vigência do Convênio, as ações da Comissão foram financiadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

Fizeram parte desse Convênio o Ministério da Cultura, através do Iphan; o governo da Espanha, através da AECI; Governo do Estado da Paraíba, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Turismo e Secretaria de Planejamento/PRODETUR; Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria Municipal de Educação (SEDEC), Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) (CPDCHJP, 2007). Com o término do Convênio Brasil/Espanha no fim dos anos 2000, as ações da Comissão ficaram prejudicadas, principalmente devido à falta de financiamento para aplicação das ações de revitalização previstas.

Esse projeto de revitalização prevê, entre outras intervenções, a retirada dos moradores das regiões do Porto do Capim e Vila Nassau e sua posterior realocação para área que passa por várias redefinições ao longo do tempo. A remoção das casas, estabelecimentos comerciais, escola e igrejas é necessária para construção de uma grande arena de eventos. O projeto prevê também restauração dos antigos casarões e desenvolvimento de turismo náutico. Todas as ações são pautadas num discurso de interesse público, dignidade habitacional, preservação ambiental e resgate do “vínculo entre rio e cidade”. Os argumentos que buscam legitimar as ações de remoção estão baseados na questão da impossibilidade de implantação

de esgotamento sanitário na área e na situação ilegal das ocupações que foram construídas em terras da União.

Apesar de tal projeto apresentar o Iphan como uma das instituições parceiras do Convênio Brasil/Espanha, como também pessoas da equipe técnica e da chefia da unidade na Paraíba enquanto autores do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, as bases nas quais foram elaborados o projeto em questão, os propósitos, características e objetivos a serem alcançados pelas ações de intervenção não são consenso na atual conjuntura da Superintendência[8]. Existe uma parte da equipe técnica que acredita que os processos de atribuição de valor aos patrimônios nacionais podem ser pensados por meio de referenciais distintos daqueles que compõem o Projeto da Comissão. Consideram a cidade enquanto um espaço socialmente construído, passível de sofrer modificações, julgam que as referências culturais dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau devem ser respeitadas e procuram maneiras de viabilizar, técnica, legal e politicamente a permanência da população na área[9]. Questionam, sobretudo, se a construção de uma arena de eventos seria uma intervenção apropriada num projeto de preservação do patrimônio cultural.

No início de 2012, as discussões acerca do Porto do Capim foram retomadas devido à possibilidade de efetivação do projeto através do "PAC Sanhauá: Dignidade às famílias e o rio à cidade", que pretende a "revitalização" (devolver a vida) de 11 km do rio Sanhauá[10] e prevê a construção de unidades mínimas de habitação de interesse social (42 m²). Organizadas pela Secretaria Municipal de Habitação (SEMHAB), foram realizadas reuniões com diversas instituições para elaboração de propostas para adequação das intervenções previstas. A maioria das apresentações trazia ideias gerais sobre "turismo", "revitalização" e "ações sociais", estas relacionadas à dignidade social e habitacional das comunidades que margeiam o rio, assim como sobre a situação de degradação ambiental e a necessidade de preservação da mata ciliar.

[8] É importante ressaltar que tais diretrizes não são consenso entre os agentes que formam a equipe técnica atual do Iphan/PB. Porém, foram consenso na época de elaboração do projeto em questão, quando a equipe era menor e a maioria dos técnicos haviam recebido cursos de capacitação oferecidos na Espanha, tinham a visão de planejamento estratégico como uma ação de vanguarda da época.

[9] As regiões do Porto do Capim e Vila Nassau estão em uma área onde incidem leis patrimoniais da União, leis de preservação ambiental e do patrimônio cultural, entre as quais podemos citar o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa e o Código Florestal Brasileiro. Baseada nessas legislações, a construção de uma arena de eventos às margens do rio Sanhauá configura uma ação ilegal.

[10] O projeto PAC Sanhauá conta com o financiamento do Ministério das Cidades, é coordenado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa e envolve secretarias e órgão representantes dos governos municipal, estadual e federal.

Devido à posição contrária de parte da equipe técnica do Iphan/PB ao Projeto de Revitalização, elaborada em 1999 pela Comissão do Centro Histórico e à necessidade e urgência de uma tomada de posição institucional sobre a problemática do Porto do Capim, houve a criação de um grupo de trabalho intitulado "GT Porto do Capim e Vila Nassau" instituído pela Portaria nº 01/2012 de 5 de março de 2012, da Superintendência Estadual do Iphan na Paraíba, com o objetivo de problematizar a questão do Porto do Capim e da Vila Nassau, analisar o Projeto de Revitalização da Comissão e propor um conceito e uma intervenção alternativa para a requalificação da área, buscando a conciliação dos interesses do projeto original com as necessidades e anseios da população residente no local e as legislações nacionais e internacionais. A equipe foi formada por técnicos, estagiários da unidade do Iphan da Paraíba, pesquisadores do Programa de Mestrado Profissional do Iphan e professores colaboradores da Universidade Federal da Paraíba[11]. O grupo de trabalho, através de visitas técnicas, pesquisas sobre o plano diretor da cidade, referências em cartas patrimoniais, Constituição Federal, legislação ambiental, legislação patrimonial, estudos sobre o desenvolvimento de turismo comunitário, pesquisa sobre a viabilidade de instalação de estações elevatórias de tratamento de esgoto, assim como uma argumentação interdisciplinar pautada nas áreas das Ciências Sociais, História, Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, elaborou um Dossiê com uma "Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau".

Nesse cenário, vamos analisar em um primeiro momento as diferentes concepções postas nos dois projetos, investigando as relações de tensão e conflito na instituição, assim como as instâncias de negociação para a readequação do projeto original. Também procuraremos mostrar as percepções dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau diante das duas possibilidades de intervenção, assim como o processo de organização política desses sujeitos em defesa da legitimação da permanência das habitações no local.

No caso da gestão do centro histórico de João Pessoa, as intervenções previstas para as áreas do Porto do Capim e Vila Nassau vão interferir diretamente nas dinâmicas de sociabilidade e no cotidiano dos moradores dessas regiões. Trabalhar com a temática de Patrimônio cultural, não é apenas um trabalho de preservação de referências culturais ou de promoção das mesmas. A questão da apropriação dessas referências por parte da população é fator decisivo para o andamento de uma boa política de gestão. Dessa maneira, é preciso um

[11]MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau.*João Pessoa: IPHAN, 2012.

esforço por parte dos agentes institucionais em compreender qual é a relação que se estabelece entre um determinado bem cultural e os sujeitos sociais. É através da compreensão dessa relação que se torna possível o respeito às referências culturais dos indivíduos, cidadãos e da sociedade.

Em João Pessoa, qual a relação que se estabelece entre os moradores ribeirinhos do Porto do Capim e o centro histórico da cidade? Como essa relação é percebida ou considerada pelos agentes institucionais do Iphan/PB? Para responder a esses questionamentos a pesquisa procura revelar "os olhares de dentro" da instituição, as estratégias e objetivos que as duas propostas de intervenção previstas procuram alcançar. Para tanto, as horas de atividades supervisionadas na instituição tornaram-se não só uma experiência profissional no IPHAN, mas serviram também como fonte de pesquisa para o desenvolvimento desse trabalho. Nesse sentido, as atividades cotidianas se transformaram em dados empíricos que durante o desenvolvimento desse texto serão descritos e interpretados.

A experiência institucional proporcionou acesso às dinâmicas internas, pude acompanhar reuniões internas e externas, assim como participar em elaboração de projetos. Dessa maneira, a vivência no cotidiano junto aos técnicos do Iphan, foi fundamental para localizar os diferentes pontos de vista sobre diversas questões, por parte dos diferentes técnicos que compõem a equipe. Elementos como a disposição espacial e organizacional da unidade, a relação de trabalho estabelecida, o envolvimento de cada técnico em determinados projetos, redes de contado, parcerias estabelecidas, o uso da legislação e a interpretação sobre os dispositivos legais dos quais se lança mão, o estabelecimento de conceitos e de práticas, foram observados e transformaram-se em dados etnográficos para o desenvolvimento da pesquisa.

As táticas de investigação antropológica como o *olhar, ouvir e escrever* foram utilizadas por considerar que "a especificidade do trabalho antropológico em nada é incompatível com o trabalho conduzido por colegas de outras disciplinas sociais, particularmente quando no exercício de sua atividade articulam a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados" (OLIVEIRA, 1998, p. 17). Clifford Geertz considera que o etnógrafo "deve atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente da ação social – que as formas culturais encontram articulação" (1989, p. 27). Um aspecto relevante é a ação do etnógrafo em transformar acontecimentos passados em relatos que possam ser analisados e posteriormente interpretados. Acrescentando que a etnografia deve ser mais interpretativa do que

observadora, pois o caminho proposto é a observação, registro e análise dos acontecimentos, o que resulta na construção de uma ciência interpretativa.

A primeira experiência do pesquisador de campo está na domesticação teórica de seu *olhar*, preparado e sensibilizado por uma teoria disponível. Durante o exercício da investigação, o *ouvir* possui também uma significação específica e constitui prática indissociável do *olhar*. Porém, como observa Oliveira (1998), a descrição de uma situação social através do *olhar* e do *ouvir* não é suficiente para interpretação e produção de conhecimento, pois existe a compreensão e o sentido para o nativo e a significação para o antropólogo que a observa. As explicações nativas (matéria prima para o entendimento do cientista social) só são acessíveis por meio de entrevistas, um ouvir especial. Assim, entrevistas configuram-se como táticas para ter acesso a informações não alcançáveis mediante observação.

Os acontecimentos que aqui serão descritos e analisados foram reuniões internas do Iphan/PB, reuniões externas envolvendo outras instituições e visitas técnicas ao Porto do Capim. Foram também realizadas entrevistas abertas, estruturadas na história de vida e trajetória profissional dos entrevistados. Os agentes institucionais do IPHAN/PB, no período que contribuíram com suas entrevistas ocupavam os seguintes cargos: Chefe da Divisão Técnica; dois Técnicos em Arquitetura e Urbanismo e um Técnico em Ciências Sociais. Sendo que o então chefe da Divisão Técnica e um dos arquitetos fizeram parte da equipe da Comissão do Centro Histórico, ocupando os cargos de Coordenação Adjunta. Com intuito de respeitar a privacidade dos entrevistados, os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios.[12]

No processo final da escrita, a articulação entre os dados de campo e o universo conceitual se tornam interinfluenciáveis, pois o pesquisador está socialmente inserido num universo profissional, no interior de uma representação coletiva de um ambiente acadêmico. "Se o olhar e o ouvir podem ser considerados como atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica." (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

Em um esforço e exercício de analisar como determinadas políticas de intervenção são recebidas pela população, a pesquisa procura mostrar o "olhar de fora". Como os moradores

[12] Foram agendadas, por três vezes, horário para concessão de entrevista do então Superintendente do Iphan. Todavia, ele não compareceu em nenhum dos encontros.

ribeirinhos encaram as diferentes propostas de intervenção? Como eles avaliam a atuação dos órgãos de preservação? Quais as estratégias utilizadas para que suas referências culturais sejam consideradas elementos relevantes à permanência? Para o desenvolvimento desses questionamentos, serão descritas e interpretadas minhas experiências junto às reuniões da Comissão do Porto do Capim em Ação, entrevistas realizadas as mulheres da Comissão e material audiovisual do acervo do Iphan/PB, registrado através do Projeto *Memórias Ribeirinhas*".

A organização da Comissão do Porto do Capim em Ação foi fomentada a partir da parceria entre um grupo de moradores e os fundadores da Fundação Cia. da Terra, entidade que desenvolve projetos de educação patrimonial junto às crianças moradoras do Porto do Capim e Vila Nassau. O grupo existe há três anos e atualmente é formado por quinze mulheres, moradoras ribeirinhas, que se reúnem semanalmente na casa de uma das integrantes da Comissão. O objetivo dos encontros é discutir formas de estratégias e articulação política para obter do poder público esclarecimentos e informações acerca dos projetos de intervenção previstos para área. As mulheres procuram organizar eventos locais com objetivo de mobilizar os demais moradores em ações de luta pela permanência da comunidade no local. Buscam também parcerias com políticos locais na tentativa de conseguirem melhorias estruturais para o bairro (como creche, posto de saúde, ampliação da escola). A Comissão conta com apoio de alguns professores e estudantes universitários que participam das reuniões e colaboram na articulação dos movimentos de reivindicação e que, por sua vez, desenvolvem pesquisas acadêmicas e projetos socioculturais na área.

No primeiro capítulo vamos revisitar a trajetória da gestão do centro histórico de João Pessoa. Veremos quando e com quais critérios foram elaborados e estabelecidos os perímetros de tombamento nas instâncias municipal, estadual e federal; as ações desenvolvidas através do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, que possibilitou a fundação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. As ações desenvolvidas por essa Comissão; os critérios e conceitos inseridos nos projetos elaborados e executados; o *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. Para tanto, foram utilizados como fontes de pesquisa dados documentais do arquivo IPHAN/PB: "Proposta para o Tombamento Nacional do Centro Histórico de João Pessoa", Processo de Tombamento nº 1501-T-02, "Projeto de Revitalização do Porto do Capim" e entrevistas com agentes institucionais do IPHAN/PB que fizeram parte da equipe da Comissão do Centro Histórico.

No segundo capítulo, a fim de mostrar ao leitor como o embate de concepções vem sendo trabalhado para delinear uma política de gestão do patrimônio cultural, serão descritas as experiências vivenciadas na Superintendência do Iphan da Paraíba, as dinâmicas do cotidiano, reuniões internas entre a equipe técnica, reuniões externas com secretarias municipais e estaduais, visitas técnicas; o processo de elaboração da *Proposta de Requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau*; as novas conjunturas políticas (PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas). Serão utilizadas entrevistas realizadas com técnicos que participaram da elaboração da proposta.

No terceiro capítulo, focaremos a análise nas estratégias desenvolvidas pelos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau, na tentativa de "readequação" do "projeto original", no que diz respeito à remoção de suas casas; as formas de mobilização política; a organização familiar; as dinâmicas do cotidiano; o impacto dos planos de intervenção previstos na vida dos ribeirinhos. Serão utilizadas como fontes as entrevistas realizadas através do "Projeto Memórias Ribeirinhas", descrição das reuniões junto à Comissão do Porto do Capim em Ação, participação em reuniões da Comissão Porto do Capim em Ação, seleção de descrição de alguns eventos que retratam as estratégias de mobilização política e as dinâmicas sociais locais.

No quarto e último capítulo, trazemos para discussão alguns pontos levantados no decorrer dos capítulos, que foram selecionados enquanto elementos fundamentais para se entender a problemática na qual está inserido o caso do Porto do Capim e da Vila Nassau. Vamos partir de três questões pontuais e seguir para as considerações finais. Retomaremos as discussões do primeiro capítulo ao problematizar a questão entre "Patrimônio e Desenvolvimento"; as discussões sobre a elaboração de uma proposta alternativa ao Projeto de Revitalização colocada no segundo capítulo serão levantadas ao tratar das "Políticas de Intervenção em Centros Históricos: entre o consenso e os dissensos."; a organização dos moradores e as estratégias utilizadas pelas mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação, trabalhadas no terceiro capítulo, serão discutidas no item "O empoderamento dos moradores em defesa do *lugar*"; após essas discussões partiremos para as considerações finais. Convido o leitor a conhecer os resultados dessas experiências.

CAPÍTULO I
O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado em nível federal no ano de 2007. Porém, para que possamos compreender o processo que resultou no tombamento é preciso revisitar a trajetória e desenvolvimento sobre a gestão do patrimônio cultural na cidade.

As informações históricas que seguem no texto fazem referência às informações contidas em documentos do arquivo Iphan/PB; em entrevistas realizadas com agentes institucionais; no Processo de Tombamento Federal nº. 1501-T-02; e nos estudos realizados pelo historiador José Jofilly (1983) sobre a construção do Porto Internacional do Varadouro.

O trabalho com a seleção de referências culturais e a consagração das mesmas enquanto patrimônios culturais resulta de um consenso construído através do embate de forças em relação ao que deve ser destacado e preservado como parte da história e da memória nacional. Ou seja, o patrimônio enquanto produção social produz discursos, conceitos e metodologias, estabelece regras e normas que dão forma às práticas de preservação num dado momento (SANT'ANA, 2003). Nesse processo, passam a entrar em circulação na sociedade determinadas ideias, imagens e objetos que refletem um tipo especifico de visão e noção sobre o patrimônio, assim como determinam práticas de preservação, intervenção e gestão, que por sua vez revelam os interesses políticos e econômicos bem como os critérios técnicos que as ordenam.

A cidade de João Pessoa foi fundada em 1585 por colonizadores espanhóis e portugueses. Ao contrário de outros núcleos brasileiros de ocupação colonial voltados para as praias, o processo de invasão e colonização da capital paraibana se deu às margens do Rio Sanhauá, um afluente do Rio Paraíba. A construção de um núcleo urbano foi dificultada devido à resistência dos nativos Potiguara. Só após o domínio sobre os nativos, através de expedições realizadas às regiões da Baía da Traição e Serra da Raiz, foi possível a ocupação do território. O Rio Sanhauá foi a porta de entrada para as embarcações que chegavam, e de permanência dos colonizadores que ali desembarcavam. A estrutura inicial da cidade foi dividida entre cidade baixa, marcada pela atividade comercial e portuária; e cidade alta, onde se concentravam as edificações religiosas e o núcleo residencial. Até o século XIX a cidade se desenvolveu entre esses dois polos. Durante vários séculos esses locais foram fundamentais

para a dinâmica urbana de João Pessoa. Apenas no século XX, o centro, aos poucos, foi perdendo sua função residencial.[13]

Em 1920 o projeto de construção do Porto Internacional do Varadouro foi aprovado pelo então presidente Epitácio Pessoa e no mesmo ano foi assinado contrato com a empresa inglesa C. H. Walker & C. Ltda., que seria responsável pela construção do porto na capital. Segundo Jofilly (1983), a realização do projeto atendeu aos interesses políticos particulares, pois desde o início das obras, foi constatada a inviabilidade de construção de um porto no rio Sanhauá.

> Com relação à desastrada obra portuária do Varadouro de que vamos tratar, mal se iniciou e logo se promovia a desapropriação de inúmeros prédios que deveriam ser demolidos para futuras avenidas de acesso ao monumental (e inviável) "ancoradouro internacional". A verdadeira gênese da calamidade reside no empreendimento utópico, tão impraticável e ensandecido quanto seria construir uma ponte entre o continente e Fernando de Noronha: fincados alguns pilares o Tesouro Nacional logo estaria exaurido ainda que não fosse desviado um só tostão. (JOFILLY, 1983, p. 25)

Logo no início das obras, estudos realizados pelo engenheiro Artur Harley (funcionário da empresa inglesa) mostravam a inviabilidade da construção. Em 1922 foi formada pelo presidente Epitácio Pessoa Comissão Rondon, formada por especialistas responsáveis em percorrer e inspecionar as obras que estavam sendo realizadas no Nordeste do país. O parecer dessa comissão foi favorável à construção do porto em Cabedelo (município vizinho a João Pessoa) e não na capital. Mesmo assim, em 1922 (ano previsto para conclusão das obras do porto) foi assinado um decreto presidencial aprovando um novo projeto e autorizando mais desapropriações de terrenos para abertura da avenida de acesso ao porto.

> A despeito de tão idôneas objeções, as obras prosseguiram no Sanhauá até verem esgotadas as verbas e seu estuário irremediavelmente obstruído. Com ou sem enigmas geográficos não se admite que Epitácio Pessoa ou o presidente da Paraíba endossassem o lunático projeto. Nem faz sentido que tamanhos desacertos fossem conservados em segredo durante longos sessenta anos, a menos que seja procedente a observação de José Maria Alkimin: "em política uma das coisas mais difíceis de perceber é o óbvio". (JOFILLY, 1983, p. 28)

[13] MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba". João Pessoa: IPHAN, 2002.

Respaldado em fontes documentais, notícias de jornal, cartas pessoais e entrevistas, o autor conclui que seria impossível que os políticos não tenham constatado o fracasso das obras diante de tantas evidências, sugerindo que a construção do porto internacional fazia parte de um sistema de enriquecimento ilícito, pois a obra não obedeceu às normas de engenharia e sim a conveniências pessoais.

> O projeto era irrealizável, tão visionário quanto criar baleias na Lagoa do Abaeté ou atracar transatlânticos na praia de Camboinha. O porto do Sanhauá pode ser comparado a uma tradicional pinguela por onde passavam pedestres, bicicletas ou cavalos. (JOFILLY, 1983, p. 36)

Em 1925 expira o contrato firmado com a empresa inglesa para a construção do porto e as obras são abandonadas. O porto não tinha capacidade de receber grandes embarcações, limitando sua função. Em 1935 as atividades de escoamento e importação que aconteciam via Porto do Varadouro, também conhecido popularmente como Porto do Capim, foram transferidas para o Porto de Cabedelo, deslocando a função portuária do centro da cidade para município vizinho.

A partir da década de 1940 a cidade começou a crescer em direção ao mar. Esse processo se intensificou com a pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, que consiste em uma via de acesso entre o centro da cidade e o litoral[14]. Assim, é possível perceber que houve um deslocamento dos usos e funções do centro antigo. A função comercial continuou sendo uma marca do centro antigo e até os dias atuais essa é uma característica forte dessa região da cidade. No que diz respeito ao patrimônio urbano protegido, a cidade contava, a nível federal, antes do tombamento nacional do Centro Histórico, com alguns tombamentos isolados[15].

As primeiras tentativas de proteção de um sítio urbano de valor histórico na cidade de João Pessoa se dão na instância municipal, através do Plano Diretor de João Pessoa elaborado em 1975 que apresentou a primeira definição de uma poligonal de preservação rigorosa para a

[14] O processo de crescimento, urbanização e ocupação do solo na cidade de João Pessoa foi descrito em LEANDRO, 2006.

[15]Capela do Engenho da Graça, 0045-T-38; Casa do Erário, 0828-T-70; Convento e Igreja de São Francisco, 0063-T-38; Fábrica de Vinho Tito Silva, 1054-T-82; Fonte Pública do Tambiá, 0127-T-38; Igreja da Misericórdia, 0103-T-38; Igreja da Ordem Terceira do Carmo, 0043-T-38; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco 0042-T-38; Igreja do Mosteiro de São Bento, 0063-T-38; Ruínas da Casa da Pólvora, 0155-T-38; Ruínas da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, 0041-T-38 (quando tombado fazia parte de João Pessoa, mas atualmente se situa no município de Cabedelo).Informações disponíveis no Portal do Iphan, em: <http: //http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em 29/11/2013.

cidade. Em 1992, a revisão do Plano Diretor contemplou a definição do "Centro Principal da Cidade" e de algumas "Zonas Especiais de Preservação", além de uma "Área de Preservação Rigorosa".

No âmbito estadual, em 1971 foi fundado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), através do Decreto-Lei nº 5.255. Em 1982, por meio do Decreto nº. 9.484, foi delimitado o "Centro Histórico Inicial de João Pessoa", a partir do qual foi pautada a atuação do IPHAEP. A área definida foi mais extensa que a inicialmente delimitada pela Prefeitura Municipal no Plano Diretor. Porém o instituto recebia pouco investimento e os profissionais dispunham de poucos recursos para efetuar seus trabalhos.

> Até então você tinha o IPHAEP que era o órgão estadual que tratava do patrimônio, foi instituído eu acho que em [19]71 o IPHAEP. Ele tratava, tomava de conta do centro histórico de João Pessoa sem uma linha mais pragmática. Porque na realidade ainda tava se engatinhando todo um processo, naquele momento você tinha o quê? Salvador, a Bahia com o IPAC, não era só Salvador, mas pegava grande parte dos municípios, pegava o recôncavo, pegava partes de cidades baianas importantes e eles aplicavam uma metodologia, uma metodologia assim invejada pelo IPHAEP, mas muito complicada. (Augusto Nascimento, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 20 de agosto de 2013)[16]

Em 1987, contando com os esforços do então Ministro da Cultura, o paraibano Celso Furtado, foi estabelecido um convênio de cooperação internacional entre Brasil e Espanha, que integrou o Centro Histórico de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). O convênio era formado entre o governo do Brasil através do Ministério da Cultura e do Iphan; o governo da Espanha, através da AECI; o governo do estado da Paraíba através do IPHAEP; e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Através desse convênio é criada, em 1987, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, por meio do Decreto Estadual nº 12.239, financiada e garantida pelo convênio Brasil/Espanha. Nesse mesmo ano tal Comissão definiu uma nova poligonal de tombamento. Para o perímetro delimitado foram realizados os primeiros estudos sobre a área que compreendia a cidade baixa e a cidade alta, foram elaboradas fichas de cadastro e definidas normas de proteção para nortear a fiscalização e análise de processos. Nesse contexto foram elaborados inventários da área, os primeiros estudos de tipologia, assim como as primeiras diretrizes de planejamento para a realização de

[16] Augusto Nascimento é Arquiteto, desenvolveu trabalhos junto ao IPHAEP, foi membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e ocupou cargos de chefia na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba.

intervenções. Tais estudos resultaram no primeiro Projeto de Revitalização para a área do centro histórico, dividido em etapas. Contudo, mesmo sendo implantada em nível estadual, segundo um dos entrevistados que foi membro da Comissão e atualmente é arquiteto do Iphan/PB, a ideia era que ao longo do tempo o município assumisse a responsabilidade sobre os trabalhos.

> Em [19]82, quando foi delimitado o Centro Histórico pelo IPHAEP, ele foi delimitado basicamente por uma questão visual. Onde é que de fato está a arquitetura antiga da cidade? Onde é que ela tá concentrada? Basicamente isso. Sem pesquisa, sem inventário, sem nada, então foi, se imagina, basicamente uma percepção visual.
>
> Em [19]87 com o projeto, era preciso selecionar uma área. E aí o recorte ele foi feito tomando como base o registro da cidade no século XIX, que é uma planta da cidade de 1855, dentro do que tá hoje, definiu-se mais ou menos esse perímetro, como um perímetro de trabalho inicial. E é claro com o objetivo de que ele chegasse a ser estendido para o restante da área. Mas no primeiro momento era o que de fato era possível ser realizado. Isso foi feito. (Marcelo Silva, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)[17]

[17] Marcelo Silva é arquiteto, foi membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e é servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde março de 2014 ocupa cargo de Superintendente do Iphan na Paraíba. Todavia, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, entre os anos de 2011 a 2013, Marcelo ocupava apenas função técnica na área de arquitetura e urbanismo.

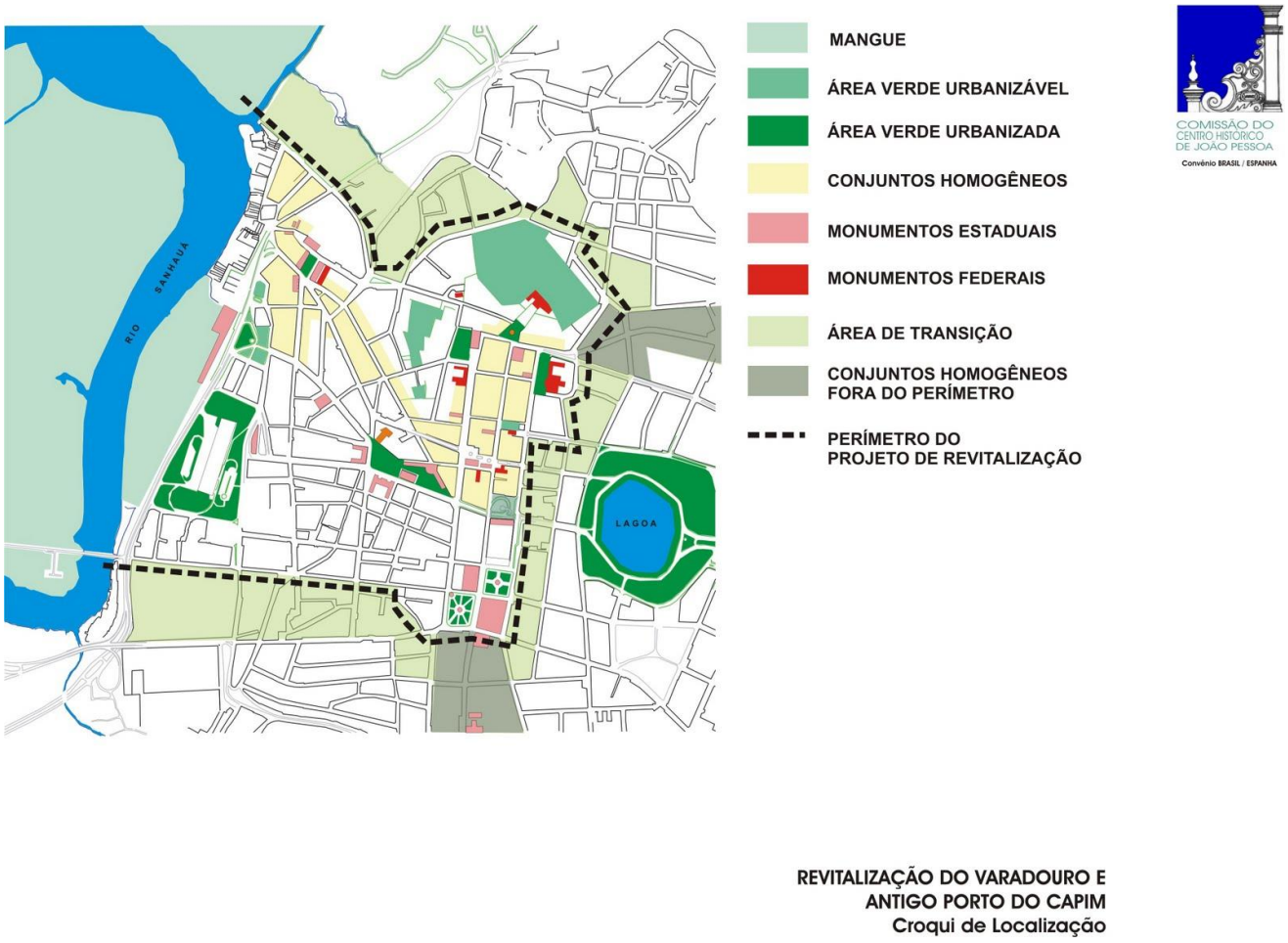


Imagem 1: Perímetro de Proteção delimitado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa em 1987.

Fonte: Disponível em: http://centrohistoricojp.blogspot.com.br/2010_11_28_archive.html. Acesso em 16 de setembro de 2014.

A revisão da área de proteção estadual ocorreu em 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº. 25.138, onde foram unificadas as áreas de atuação da Comissão do Centro Histórico e do IPHAEP.

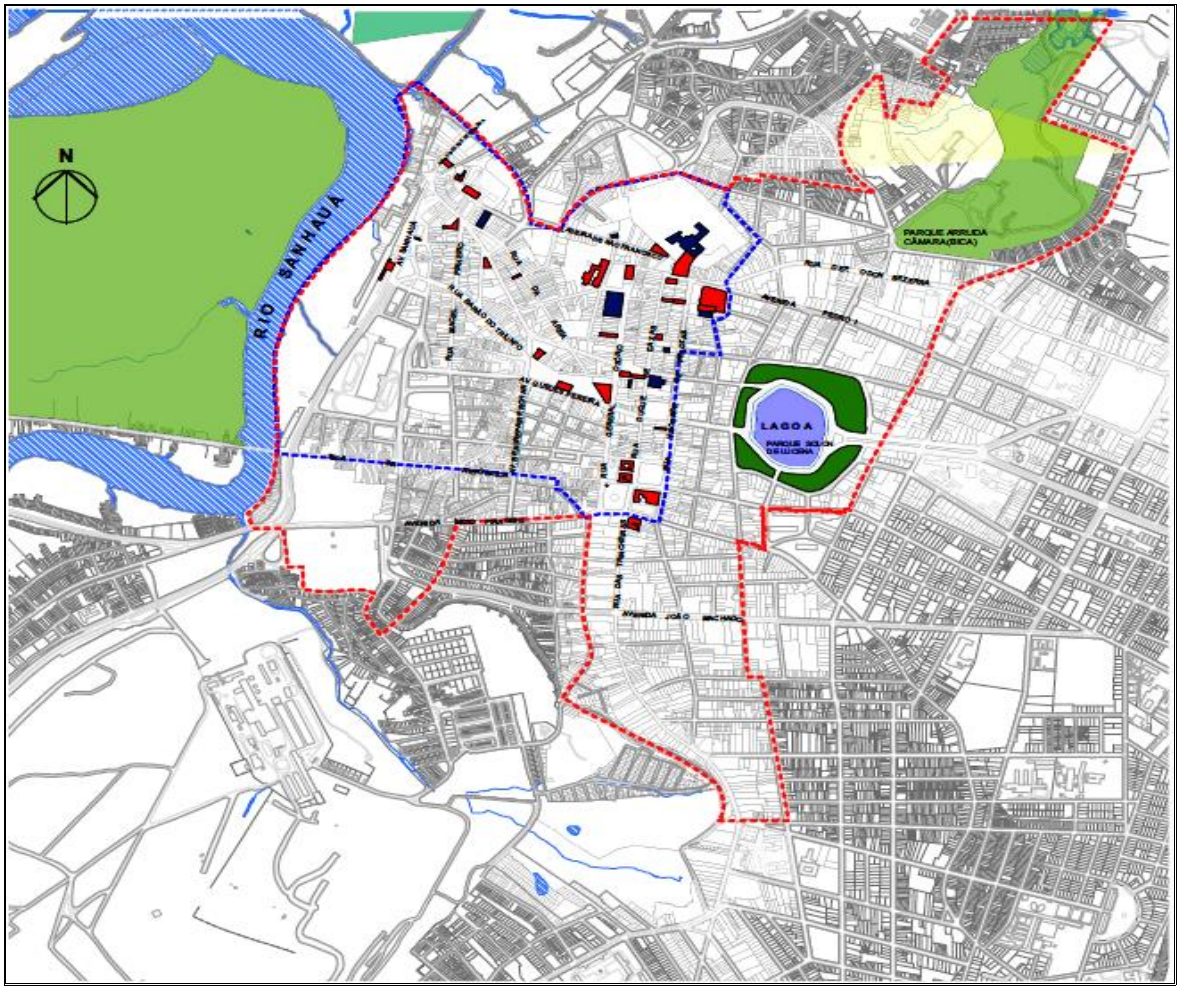


Imagem 2: Em vermelho, a poligonal de tombamento estadual do IPHAEP (1982) e em azul o perímetro da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa (1986).

Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

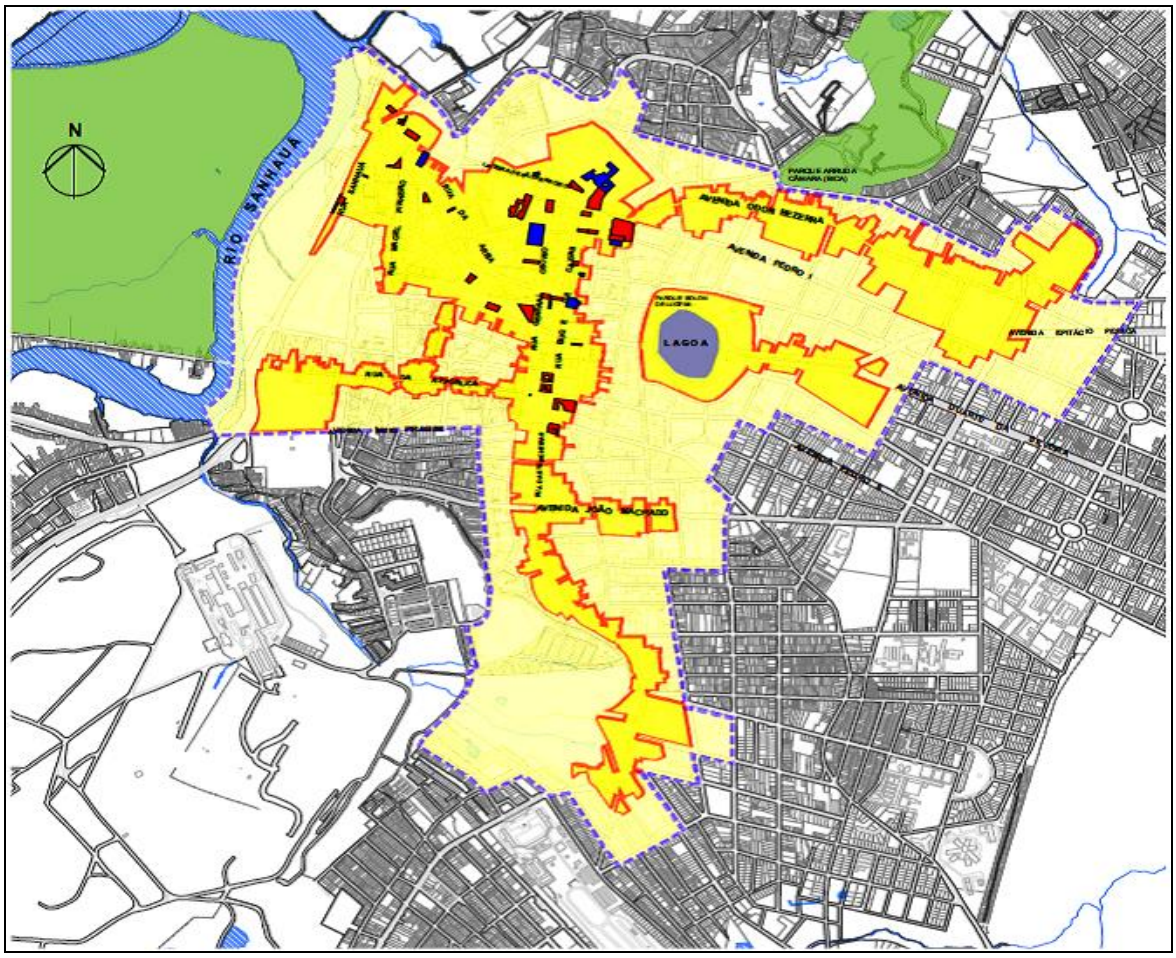


Imagem 3: Poligonal de tombamento estadual do IPHAEP (2004). Em amarelo mais escuro a área de preservação rigorosa e em amarelo mais claro a poligonal de entorno.

Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

Portanto, podemos admitir que um programa de gestão do patrimônio cultural da cidade inicia-se, de fato, em 1987 a partir do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha e com a Formação da Comissão. Porém, quais eram as diretrizes, a visão sobre os aspectos de preservação, intervenção e promoção aplicadas pela Comissão sob o patrimônio cultural da cidade? Quais eram os conceitos nos quais eram pautadas as ações da Comissão do Centro Histórico? Segundo os entrevistados, as ações da Comissão tinham como base a pesquisa histórica e o objetivo de promover o "desenvolvimento" da área. De acordo com essa perspectiva, através da recuperação de áreas dotadas de valor histórico e da proposição de novos usos seria possível o desencadear a prosperidade econômica da região, já o desenvolvimento social viria como uma consequência do progresso econômico.

> E o que ele tinha [...]. Tinha a questão da pesquisa como base, mas o objetivo final dele era definir uma estratégia de proteção da área, no sentido de barrar o processo de degradação e promover o desenvolvimento e requalificação da área, quer dizer, o

> próprio conceito do projeto não tava restrito ao aspecto de restauração, mas tratava também de uma estratégia de desenvolvimento urbano, e, além disso, ele compunha também um instrumental de gestão. Que era o sistema normativo e as propostas de legislação para a área. (Marcelo Silva, em entrevista realizada nasede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)

Segundo os entrevistados, essas ações eram guiadas tomando como princípio a promoção do patrimônio cultural enquanto uma "estratégia de desenvolvimento", ou seja, buscava-se, através das ações de restauração de monumentos, a interface com outros programas de financiamento locais ou nacionais (não necessariamente voltados à questão do patrimônio cultural), com o objetivo de aliar à questão monumental outros elementos que viessem a promover desenvolvimento socioeconômico da cidade. As ações de intervenção consistiam em restauração de monumentos isolados, recuperação de áreas e proposição de usos aos "espaços recuperados".

> E João Pessoa era um caso assim isolado pela complexidade, que você tinha uma cidade que não era reconhecida pelos próprios moradores, que foi uma coisa importantíssima, um dos maiores feitos que a própria, que o próprio Convênio Brasil/Espanha conseguiu foi trazer para as pessoas a importância do centro, e fazer com que ela mudasse de mentalidade [...]. Isso foi uma Comissão que foi formada entre os governos do Brasil nos três níveis, federal, municipal e estadual, e o governo da Espanha, na realidade trouxe um conhecimento, uma metodologia que foi aplicada aqui para o caso de Joao Pessoa. E a gente sempre foi tentando, sedimentando e buscando, Salvador sempre foi, aliás, a Bahia sempre foi um norte. Depois tivemos aí Pernambuco com um pouco como referência. (Augusto Nascimento, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 20 de agosto de 2013)

Nessa lógica de construção das ações, um dos programas governamentais que teve forte influência e participação nas ações da Comissão do Centro Histórico foi o Programa Regional de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR[18], vinculado ao Ministério do Turismo. Em João Pessoa as ações de promoção de turismo estavam relacionadas às ações de preservação e promoção do patrimônio cultural, mais precisamente do centro histórico da cidade.

> Bom, você tinha, por exemplo, primeiro, se você for olhar o caso de João Pessoa. O elenco de ações iniciais do projeto, você vai ver que a restauração de monumentos é uma parcela relativamente menor, aí você começa, tem mais ações de requalificação

[18] Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local. (Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html>. Acesso em 19/09/2013.

> urbana, de melhoria de infraestrutura. Com o tempo, o objetivo era se incorporar estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Em João Pessoa, a gente não conseguiu atingir plenamente isso... Outra coisa que era interessante: existia como princípio do programa sempre a busca de relacionamentos com outros programas, sejam locais ou nacionais ou internacionais. Então, por exemplo, quando aqui no Brasil se criou o PRODETUR, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o próprio programa como um todo de agência espanhola manteve todo um processo de negociação com o banco interamericano. De tal sorte que o próprio PRODETUR já nasceu como componente de patrimônio histórico. (Marcelo Silva, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)

Segundo informações que constam no documento "Relatório Final do Projeto. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste"[19], o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é responsável por 60% do valor total de financiamento do PRODETUR NE/PB. O investimento focando no desenvolvimento turístico elencou atrativos naturais e culturais a serem beneficiados, foram eles: sol, mar, sítio histórico e ecologia. Na área do patrimônio histórico foram gastos 3,9% do orçamento total. As intervenções procuraram alcançar as seguintes metas: recuperação do patrimônio histórico; incremento na realização de eventos; geração de fluxo de visitantes; geração de oportunidades de renda. A manutenção e operação dos monumentos restaurados ficaram sob as seguintes responsabilidades: receita gerada pelos eventos; receita gerada pelo turista; arquidiocese da Paraíba; e prefeitura municipal de João Pessoa.

> Verifica-se que as metas estabelecidas na concepção do Projeto foram em parte atingidas, ou seja, foi gerado um fluxo de visitantes que transbordou por todo entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito à realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados, principalmente em equipamentos de apoio ao turismo, decorrentes dos trabalhos de revitalização, respondendo de maneira satisfatória às expectativas do Programa. **As informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido, em face da geração de um novo fluxo de visitantes e turistas.** (BANCO DO NORDESTE. Relatório Final Prodetur/NE, 2005, p. 65)

A partir da década de 1990, a revitalização passa a ser uma estratégia de afirmação das cidades no cenário mundial, cresce a participação dos governos estaduais, das administrações municipais e da iniciativa privada nas ações de revitalização por todo o país (LEANDRO, 2006).

---

[19] Documento disponível em l<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf>. Acesso em 25/11/2013.

> Recife e Salvador são as grandes vitrines dos projetos de revitalização do Nordeste. No bairro do Recife Antigo, diversos casarões foram restaurados para dar lugar a empreendimentos privados como bares e restaurantes, voltados para lazer e turismo. Para transformar o Pelourinho em cenário urbano de recuperação foram realizadasdesapropriações e novas intervenções financiadas com recursos oriundos do poder público e de fontes internacionais. Outras cidades nordestinas incorporaram a concepção de revitalização. Em Fortaleza, a Prefeitura construiu uma obra de grande impacto na zona portuária, o Centro Cultural Dragão do Mar, um dos símbolos da recuperação de áreas deterioradas da cidade. Em São Luís, o centro histórico abriga diversos sobrados dos séculos XVII e XIX, em revitalização. O poder público estadual é um importante articulador desse processo. (LEANDRO, 2006, p. 35)

Com ênfase no desenvolvimento turístico, as estratégias de gestão das cidades passam a ser influenciadas e reordenadas, adotando procedimentos de marketing em busca de alcançar uma inserção no mercado turístico mundial. Nesse contexto, organismos internacionais têm difundido a ideia de planejamento estratégico por vários países da América Latina. Podemos destacar também as consultorias internacionais, principalmente aquelas inspiradas no modelo de Barcelona. Tal modelo surgiu na década de 1980 e criou a ideia de "cidade-empresa-cultural". Fazendo da metrópole catalã uma espécie de paradigma do urbanismo, "as intervenções foram orientadas para posicioná-la como cidade competitiva mediante a auto-promoção publicitária do seu citymarketing" (LEANDRO, 1987, p. 42).

> No Brasil, as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, João Pessoa e Fortaleza contrataram com consultorias catalãs, de seus discípulos ou utilizaram seus ensinamentos... As cidades recebem visitas de assessorias catalãs que qualificam municipalidades para a adoção do Plano Estratégico. Vários acordos de cooperação foram firmados com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (LEANDRO, 2006, p. 43)

Em João Pessoa, houve também a tentativa de se trabalhar com o MONUMENTA[20], um programa de preservação do patrimônio cultural vinculado ao Ministério da Cultura, porém a experiência não foi bem sucedida. Segundo os entrevistados, uma das causas pode ser entendida pelo fato de que tal programa era focado diretamente aos municípios, e no caso de João Pessoa a Comissão do Centro Histórico estava instruída em âmbito estadual. Um dos resultados dessas configurações políticas foi que a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa conseguiu trabalhar em parceria com um programa de

[20] Monumenta é um programa de preservação do patrimônio cultural nacional, criado em 1995, vinculado ao Ministério da Cultura. Conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o apoio da UNESCO. As ações buscam conjugar restauração e recuperação de bens tombados aliados a questões de desenvolvimento econômico e social.

turismo, mas não conseguiu o mesmo resultado na tentativa de se trabalhar com um programa de preservação do patrimônio cultural de nível nacional.

Dessa maneira constatamos que através do convênio entre Brasil e Espanha os gestores da Comissão do Centro Histórico estabeleceram uma metodologia, uma maneira de operar com o patrimônio cultural local. Tal metodologia foi pautada em ações que buscavam trabalhar questões patrimoniais aliadas a uma noção de planejamento urbano que fosse capaz de promover desenvolvimento socioeconômico local. Foi utilizada uma metodologia importada da Espanha; as ações na cidade tinham como referência intervenções realizadas em Salvador e Recife; foram estabelecidas parcerias com programas de incentivo ao turismo; e o financiamento para realização de ações foi patrocinado pelo governo espanhol e pelo PRODETUR, através do BID.

O modelo que estava operando em João Pessoa no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, também pode ser observado em outras capitais do nordeste. As transformações no trato com o patrimônio, o surgimento de novos agentes financiadores, interesses ligados ao desenvolvimento turístico, se configuram enquanto diretrizes presentes em áreas centrais e sítios históricos como, por exemplo, Pelourinho, em Salvador; Rua do Bom Jesus, em Recife; bairro da Ribeira em Natal; Praia de Iracema em Fortaleza[21] (SANT'ANA, 2003).

> Essas intervenções – que produziam espaços muito semelhantes destinados ao turismo e lazer – alcançam estrondoso sucesso de público e colocam, rapidamente, as cidades onde foram executadas em evidência no cenário nacional... Impulsionados por essas intervenções locais politicamente bem sucedidas e no rastro de interesses vinculados ao desenvolvimento turístico surgiram na esfera federal vários programas que trouxeram novas fontes de financiamento para projetos de preservação e introduziram novos atores nos processos locais em andamento colocando no centro da cena patrimonial agências financeiras nacionais e multilaterais, além de parceiros internacionais. (SANT'ANA, 2003, p. 156)

Podemos perceber que João Pessoa apesar de apresentar particularidades em sua trajetória de gestão do patrimônio cultural, na prática, muitas das ideias e diretrizes que guiavam a elaboração de projetos de intervenção se aproximavam de modelos que ocorriam em outros sítios históricos.

[21] Sobre as intervenções que ocorreram nas capitais citadas, *cf.*SANT'ANA, 2003; LEITE, 2007; GONDIM,2007.

Tais diretrizes guiaram as estratégias de intervenção que iriam ocorrer nos anos posteriores ao estabelecimento do convênio e ainda em 1987. Foram elaboradas "Ações de Revitalização", sendo prevista a Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim. Em linhas gerais, o projeto tem como um de seus objetivos reestabelecer o vínculo entre rio e cidade, "revitalizar sua função econômica, inserção de novos usos que resgatem o caráter histórico, cultural, turístico e social com bons níveis de qualidade" (CPDCHJP, 1987, p. 5).

Outro desdobramento das ações da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa foi a criação da Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO). A formação da associação foi um dos resultados do *workshop* "Construindo o Futuro", realizado em 2000, organizado a partir de uma parceria entre IPHAN, Comissão do Centro Histórico e PRODETUR, que tinha por objetivo reunir diversos agentes públicos e representantes da sociedade para realizar discussões sobre o centro histórico de João Pessoa. Foram quatro meses de discussão, nos quais os participantes se reuniram semanalmente para elaborar um diagnóstico da área, elencando seus potenciais e seus problemas. Nesse processo foi-se amadurecendo a ideia de se criar uma associação de amigos do centro histórico, uma representação da sociedade civil que tratasse especificamente sobre o centro histórico[22].

Em âmbito federal, no ano de 2002 é encaminhado ao IPHAN, por proposição da ACEHRVO, um ofício solicitando o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, que argumentava:

> Tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um pólo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a *urbs* e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional. (ACEHRVO, 2002 In: IPHAN, [2007])[23]

O processo de tombamento federal recebeu o número 1501-T-02. Em 2005 a Superintendência do IPHAN da Paraíba recebeu, por meio do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), orientações técnicas para realizar adequações na proposta

[22]COMISSÃO Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Workshop Construindo o Futuro.* Relatório Final. João Pessoa, 2000.

[23] MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, Volume I "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba". IPHAN, [2007], [p.3].

de tombamento. Como resultante do processo, foi delimitada, em 2007, a seguinte poligonal de tombamento:

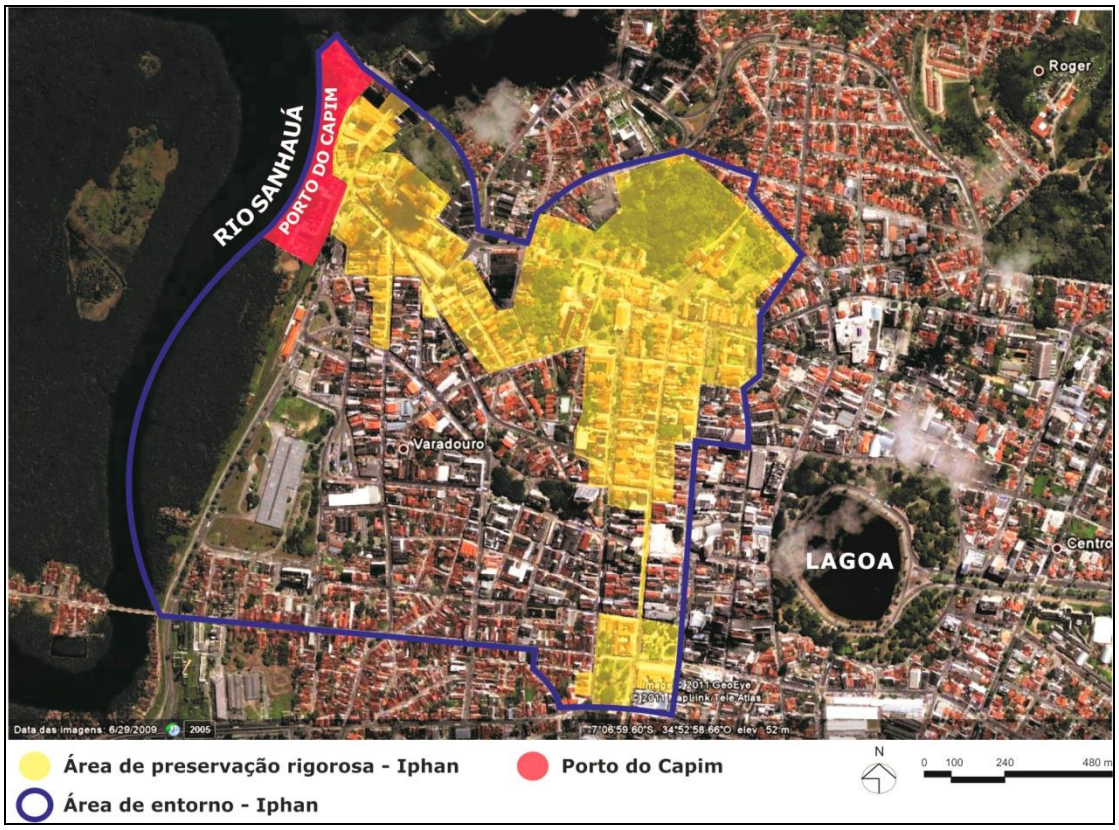


Imagem 4: Poligonal de tombamento federal. Em amarelo a área de preservação rigorosa, e em azul a área de delimitação de entorno. Em vermelho, destaque para a área do Porto do Capim e Vila Nassau.

Fonte: Acervo da Divisão Técnica do Iphan-PB (Mapa elaborado por Carla Moraes e Emanuel Braga sobre imagem de satélite do Google Earth).

Em 2009, o centro histórico de João Pessoa foi inscrito nos seguintes livros do Tombo: Livro de valor Histórico e no Livro de valor Arqueológico, etnográfico e paisagístico. Podemos perceber que diversas foram as tentativas de se delimitar uma área de proteção ao patrimônio cultural edificado, como também de criação daquilo que espacialmente e simbolicamente faria parte da área do Centro Histórico da cidade. Nesse processo, curioso é perceber que toda a narrativa que justifica o tombamento da área está baseada na relação entre o Rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, pois a cidade nasceu às margens desse rio, porém, se olharmos com o mínimo de atenção à delimitação das áreas tombadas,constataremos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. As margens do Rio Sanhauá estão na área de entorno do perímetro e o rio, de extrema importância histórica para

o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial, contradizendo a própria argumentação institucional, segundo a qual

> O Centro Histórico de João Pessoa mantém significativo potencial em sua paisagem natural, perenizando o vínculo existente entre o Rio Sanhauá e a cidade... A identidade paisagística que se relaciona com o meio físico e seus elementos hidrológicos, topográficos e biológicos, compreendendo uma paisagem natural e construída ratificam o valor do Centro Histórico de João Pessoa como um conjunto a ser objeto de reconhecimento nacional. (IPHAN, [2007], [p.31])[24]

Segundo informações contidas no arquivo do Iphan/PB, de 1989 a 2005 a Comissão do Centro Histórico foi o agente executor de diversas obras de intervenção em prédios históricos e praças da cidade. Dentre elas destacaremos três intervenções que foram responsáveis pelo início de um processo de construção de uma memória comum e de ressignificação simbólica de um lugar específico do centro histórico que passaria a representar o "lugar de nascedouro da cidade".

As intervenções de Restauração do Antigo Hotel Globo (1995), Revitalização da Praça Anthenor Navarro (1998) e Revitalização do Largo e Ladeira São Frei Pedro Gonçalves (2002) representaram a estratégia de se promover o uso de espaços dotados de valor histórico enquanto espaços de entretenimento. Iniciava-se o processo de reinvenção do Centro Histórico de João Pessoa (SCOCUGLIA, 2004). As estratégias utilizadas nas três ações de intervenção foram basicamente a restauração de fachadas de um casario da década de 1930 e 1940, representantes do estilo arquitetônico *art déco* e construção de praças voltadas ao convívio social. Nessas praças foram investidos inúmeros esforços do poder público, através de parcerias público-privadas, para a utilização do espaço como palco de eventos artísticos. A intensão foi despertar o olhar da população para a questão do patrimônio cultural através do entretenimento, como esclarece Cícero Lucena, prefeito da cidade em 1997, em uma notícia de jornal cujo título foi "A vez de João Pessoa": "Vamos repetir a mesma façanha do Recife Velho, inteiramente resgatado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada".[25]

---

[24] MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento nº 1.501-T-02*, Volume I "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba". IPHAN, [2007], [p.31].

[25] JORNAL Correio da Paraíba. *A vez de João Pessoa.* João Pessoa, 08 de março de 1997.

Tal estratégia resultou num fenômeno de efervescência cultural, foram abertos diversos bares e casas de show; além disso, as praças contavam com manifestações festivas que faziam parte da agenda cultural da cidade. Dentre as atividades festivas que passaram a fazer parte do "calendário cultural do centro histórico", podemos citar o Folia de Rua, prévia carnavalesca do carnaval de rua; Carnavarro, o carnaval da Praça Anthenor Navarro; encerramento do bloco carnavalesco Cafuçu (que originalmente se apresentava em bairros praieiros de João Pessoa); Centro em Cena, festivais de artes plásticas, literatura, teatro, dança, fotografia, cinema e vídeo; Arraial do Varadouro, Festa de São João; Auto de Deus, espetáculo cênico da Semana Santa. Além das atrações financiadas via prefeitura, existia a opção de se consumir entretenimento nos ambientes privados como bares e casas de show.

> Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre os órgãos públicos e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Anthenor Navarro [...]. Firmou-se assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à ideia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para o consumo cultural e turístico. (SCOCUGLIA, 2010, p. 49)

Um dos resultados dessa política do entretenimento foi que a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves passaram a apresentar sociabilidades diferentes conforme os períodos do dia. Durante o dia, o espaço era frequentado principalmente por moradores do Porto do Capim e Vila Nassau, regiões localizadas na área de entorno do centro histórico, às margens do Rio Sanhauá. Na praça eram desenvolvidos, pelo Projeto Folia Cidadã, atividades de educação musical dirigidas às crianças moradoras das áreas ribeirinhas, como explica Valeska, assistente social, na época coordenadora do Projeto:

> O Projeto Folia Cidadã surgiu, na verdade, como iniciativa da Associação Folia de Rua, após essa "efervescencia" das casas e da praça. O que se percebeu é que os moradores ficavam de fora desse processo. Muitos subiam pra catar latinhas. E se percebeu também a presença das crianças andando por ali a noite, se aproximando das mesas, etc. Os proprietários queriam que algo fosse feito, na verdade para evitar incomodar os seus fregueses. Pegando a deixa fizemos o projeto Folia Cidadã que contou com vários apoios, claro! E passamos a trabalhar com a metodologia de educação através da arte para o desenvolvimento humano. As oficinas não aconteciam na praça, mas no centro comunitário, em um galpão da CBTU, e em uma sala do Conventinho. As linguagens trabalhadas eram artes cênicas, leitura, música, e artes plásticas. E na época eu fui coordenadora desse projeto. (Depoimento concedido, via internet, por Maria Valeska Asfora, em 19 de maio de 2014).

De noite, o cenário se transformava; as calçadas iluminadas, música ao vivo e o casario antigo recebiam os frequentadores que poderiam ter acesso a determinados padrões culturais de consumo, "cujo limite se definia a partir da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas as antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do bairro" (SCOCUGLIA, 2010, p. 55).

Segundo Vainer (2000), o Planejamento Estratégico enfatiza o olhar à cidade em três aspectos: Cidade Mercadoria; Cidade Empresa; Cidade Pátria. Formula-se então um projeto de cidade que esteja de acordo com interesses empresariais, onde a ação política dos cidadãos é reduzida pela "eliminação" do conflito e das condições de exercício de cidadania, assim como a miséria é redefinida como problema paisagístico. Nesse cenário, o Estado passa a estabelecer parcerias público-privadas. Tais parcerias, ao atenderem a interesses particulares ou de grupos empresariais, obrigam o cidadão a assumir os interesses privados como se fossem interesses públicos. "A sociedade, em sua diversidade, contradições e conflitos, dá lugar a uma nova sociedade: a do empreendedorismo do consenso. A política é banida da cidade competitiva e pacificada" (VAINER, 2000, p. 95).

As obras financiadas pelo PRODETUR, através do BID, ocorrem a partir de 2002, destacando-se a restauração da Igreja São Frei Pedro Gonçalves e o Prédio nº 2 no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Intervenções que contribuíram para a construção de um cenário histórico que projeta uma imagem turística da cidade de João Pessoa no mercado global.

Apesar de, no período do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, essa região do centro histórico ter se tornado centro de visita e consumo, assim como palco de manifestações festivas, o que se percebe é que se criaram espaços de sociabilidades efêmeras, pois o que gradativamente voltou a ocorrer com o passar dos anos foi um novo "esvaziamento" do local. As festas já não eram tão frequentes, os bares e casas de show fechavam, reabriam e fechavam as portas novamente. Atualmente as festas ocorrem esporadicamente e os bares e casas de show não conseguem se manter por um longo período de tempo; o público frequentador passou a consumir entretenimento em outros espaços da cidade. Claro que a Praça e o Largo continuam sendo lugares de encontro e convívio social. Na região há prédios de administração pública, ONGs, sede de grupo de teatro e comércio local. O próprio Iphan/PB se localiza neste espaço. Porém, os esforços para transformar a área num cenário, num palco preparado para uma espécie de "consumo cultural", não se manteve por um longo período de tempo. Durante o dia, o movimento de pessoas é grande, os carros estacionados

lotam as vagas disponíveis, as pessoas transitam pelo espaço. À noite, o movimento diminui drasticamente, a praça é pouco iluminada, e o estigma de ser ali um lugar perigoso, do ponto de vista da segurança, está presente na fala de diversos usuários do espaço.[26]

Quando, por meio de entrevistas, os membros da Comissão do Centro Histórico foram questionados sobre esse "novo esvaziamento", ou seja, sobre a área não ter se sustentado enquanto um espaço de diversão e lazer, obtive duas respostas dos entrevistados que participaram do processo de elaboração e execução da "revitalização" dessas áreas. Um deles respondeu que o esvaziamento estava previsto. Pois esse fenômeno não era característico apenas de João Pessoa e que era preciso encontrar um meio termo, isso seria possível procurando aplicar uma medida de incentivar os investimentos da iniciativa privada. Já na segunda resposta falou-se que deveriam ter acontecido mais esforços do poder público, mais tempo de financiamento para que a iniciativa privada pudesse continuar no espaço, assim como intervenções por parte do poder público para proporcionar a diversificação dos usos e a requalificação das áreas de entorno.

> A gente sabia que a permanência maior ou menor dessa efervescência ao longo do tempo ia depender de alguns fatores. Primeiro, se de fato o poder público ia continuar apoiando por um lado e acompanhando por outro. Mas o cotidiano quem deveria assumir de fato era a iniciativa privada. Só que aqui, nesse aspecto, eu acho que o poder público se retraiu muito cedo. O que criou uma dificuldade para outros estabelecimentos econômicos. Era preciso que, ao longo do tempo, você começasse também a requalificar as áreas de entorno, não mais especificamente com uso cultural. Mas qualificando os próprios usos ou atraindo novos usos. (Marcelo Silva, em entrevista realizada na Superintendência do IPHAN da Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)

É importante uma breve reflexão sobre os casos da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, para que mais adiante possamos comparar as estratégias que foram utilizadas na "revitalização" dessas áreas com os planos de intervenção propostos no "Projeto de Revitalização do Porto do Capim".

Em primeiro lugar, os projetos de revitalização da cidade de João Pessoa, de um modo geral, pautam-se e se justificam pelo estigma do abandono e do esquecimento, situação recorrente em diversas cidades brasileiras que passaram por processos semelhantes. O centro histórico na década de 1980 transformara-se num grande depósito, depósito de materiais de

[26] Ser um lugar violento ou "perigoso" não é uma característica apenas do centro histórico de João Pessoa. Outras localidades, no período noturno, tornam-se perigosas na fala dos moradores da cidade, devido à falta de policiamento, iluminação e trânsito de pessoas nas ruas.

construção, depósito de lixo, depósito de “coisas” que não se usam mais. Sobre essa situação era preciso requalificar as áreas urbanas e incentivar a prática de “novos usos” aos espaços que passavam por intervenções. As estratégias estavam voltadas para a promoção da mudança das dinâmicas sociais que estavam ali presentes, de modo que a atividade comercial, os momentos de encontro e convívio entre trabalhadores do comércio formal e informal, transeuntes, as pessoas que ocupam as praças, os moradores dessas regiões, não foram considerados enquanto “sociedade” que utiliza e transforma o espaço.

A tentativa de transformar alguns espaços do centro histórico em áreas próprias para a atividade turística, lazer e entretenimento, impondo-lhe novos usos obteve sucesso em imprimir representações numa espécie de imaginário coletivo dos moradores da cidade, fazendo com que simbolicamente o Largo e a Praça passassem a representar o nascedouro de João Pessoa, tanto que, quando falamos de “centro histórico” as pessoas de um modo geral projetam o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e a Praça Anthenor Navarro. Existem, inclusive, placas oficiais de trânsito direcionando o transeunte e o motorizado para o centro histórico naquele local, sendo que, o perímetro de tombamento desse centro histórico ultrapassa os limites espaciais da Praça e do Largo e contempla também parte significativa da “cidade alta”.



1. Largo São Frei Pedro Gonçalves; 2. Praça Anthenor Navarro; 3. Ladeira Pedro Gonçalves;
4. Rua Porto do Capim.

Imagem 5: Cidade Baixa.

Fonte: Disponível em: <http://radioportodocapim.com.br/porto-do-capim-a-espera-de-obras-de-revitalizacao/>. Acesso em 14/05/2014.



Imagens 6: Praça Anthenor Navarro no Centro Histórico de João Pessoa, 2013.
Fonte: Acervo pessoal. Autor: Helena Tavares.



Imagens 7: Largo de São Frei Pedro Gonçalves, no Centro Histórico de João Pessoa, 2013.
Fonte: Acervo pessoal. Autor: Helena Tavares

Porém a estratégia falhou ao investir capital público na qualificação do espaço com objetivo de atrair o capital privado para a futura gestão do lugar, ou seja, fracassou em tentar transformar uma área pública que servisse aos interesses do capital privado. Fracassou também na tentativa de imprimir novos usos aos espaços sem levar em consideração as dinâmicas de sociabilidade que já faziam parte daquele ambiente. Contudo, alguns "usos desejáveis" permanecem, como por exemplo, ONG, companhia de teatro e um coletivo cultural. Porém, esses estabelecimentos não provocam um fluxo intenso de visitantes e turistas na área, com exceção do coletivo cultural que realiza festas aos finais de semana.Por consequência, até os dias atuais o estigma do abandono e esquecimento continuam fortes no discurso de agentes institucionais e de grande parte da população.

Não por acaso, muitos dos sujeitos que fizeram parte da Comissão do Centro Histórico e da elaboração do plano de revitalização do centro histórico, que hoje ocupam cargos em instituições de proteção e preservação de patrimônios culturais em nível municipal, estadual e federal, continuam reproduzindo e reafirmando o mesmo discurso cunhado na época de elaboração do projeto. Importante ressaltar que após a intervenção de processos de revitalização que os agentes institucionais julgavam importantes, como na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, esses mesmos agentes consideram que o abandono dessas áreas continua, ou seja, as soluções pensadas para estas áreas foram consideradas, por eles mesmos, ineficientes.

Importante evidenciar também que as intervenções realizadas e relatadas acima fazem parte de um projeto maior denominado "Projeto de Revitalização do Varadouro e Porto do Capim" e que as intervenções previstas para a região do Porto do Capim e Vila Nassau foram adiadas devido a diversos fatores, como falta de financiamento e mudanças de gestões governamentais, tanto estaduais quanto municipais. A promessa de requalificação para a área continua até os dias atuais e embora o projeto tenha sido elaborado em 1997, até hoje, dezesseis anos depois, ainda são as mesmas diretrizes e metas que norteiam as intervenções que estão para acontecer. Veremos a seguir no que consiste o "Projeto de Revitalização do Porto do Capim". Dentre os objetivos da proposta está a ideia de transformar a área num polo turístico, através da promoção de eventos e da contemplação da natureza, como podemos verificar nos excertos a seguir:

> Promover o Porto do Capim, colocando para a cidade de João Pessoa um espaço consolidado para divulgação e intercâmbios culturais que, associado ao resgate histórico, transformará a área do antigo porto em um dos importantes pontos do

> Centro Histórico com a utilização dos seus espaços para eventos, concentrações e contemplação;
>
> Resgatar o vínculo rio/cidade, com a transformação do rio, do antigo porto e do Varadouro em importante núcleo turístico da cidade, com a criação de infraestrutura e equipamentos, inclusive píer, necessários para seu aproveitamento e que transforme a área em mais um polo atrativo para a cidade. (CPDCHJP, 1997, p. 5)

Novamente aparece a justificativa da "perda do vínculo entre rio e cidade" e a necessidade do "resgate histórico" do mesmo. Para que os objetivos sejam alcançados, a proposta é composta pelas seguintes ações:

> Relocação da Comunidade Porto do Capim: com a construção de novas unidades habitacionais, dotadas de infra-estrutura, bem como de equipamentos de apoio social e econômico;
>
> Implantação da Praça Porto do Capim: com a reurbanização da área atualmente ocupada pela favela (antigo cais do porto), transformando-a em praça para eventos e contemplação, e a execução de píer flutuante para atracamento de embarcações turísticas;
>
> Restauração e requalificação dos edifícios da antiga estrutura portuária: com a restauração da edificação da Antiga Alfândega, para abrigar o Museu Histórico da Cidade de João Pessoa – Unidade Colônia, da Superintendência da Antiga Alfândega, da Antiga Fábrica de Gelo, para abrigar o Centro de Apoio ao Turista, do Antigo Galpão do Porto, para abrigar a Estação-Escola de Televisão Digital, o Antigo Curtume para abrigar o Pólo de Produção Audiovisual.
>
> Implantação do Parque Ecológico: com a Restauração e Requalificação dos Galpões da Antiga Fábrica de Cimento para abrigar a sede do Parque.
>
> Requalificação dos Espaços Públicos: com a Reurbanização da Praça XV de Novembro e das ruas Visconde de Inhaúma, Porto do Capim, João Suassuna e Frei Vital. (CPDCHJP, 1997, p. 9)

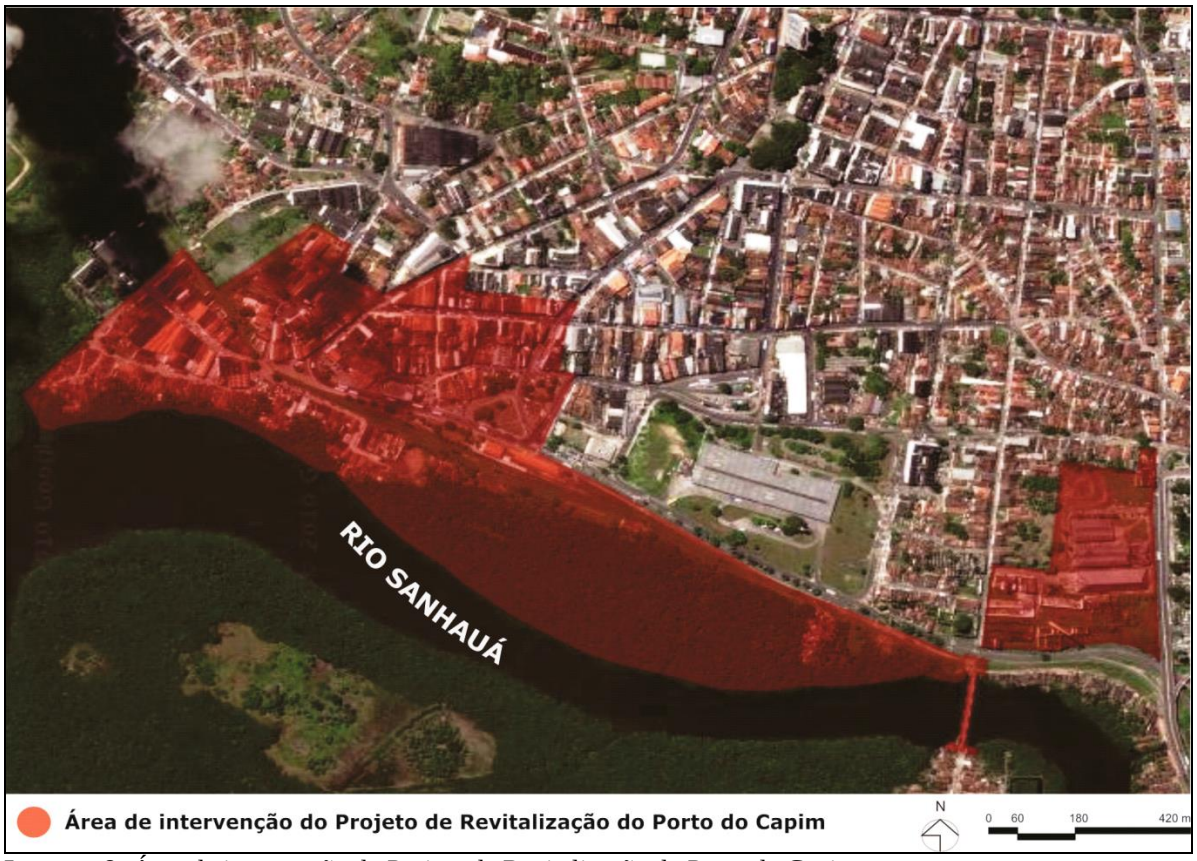


Imagem 8: Área de intervenção do Projeto de Revitalização do Porto do Capim.

Fonte:Acervo do IPHAN/PB, Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagem 9: Perspectiva da Praça Porto do Capim, na da década de 1990, do Projeto de Revitalização do Porto do Capim.

Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1997.



Imagem 10: Perspectiva da Arena de Eventos do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, na versão projectual de 2008.

Fonte: Acervo da ComissãoPermanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1997.

Podemos perceber que, segundo os elaboradores do projeto, a população do Porto do Capim seria um entrave para a aplicação do projeto. Pois, se é preciso "devolver o rio à cidade", isso significa que os moradores ribeirinhos não são considerados "sociedade", é como se a presença desses moradores impossibilitasse o acesso ao rio por parte de outros cidadãos. Esta diretriz fica muito clara num dos itens apresentados, que trata da "reurbanização da área atualmente ocupada pela favela (antigo cais do porto), transformando-a em praça para eventos e contemplação"

Enquanto grupos de classe média, classe média alta e turistas não passarem a frequentar esses espaços, o centro histórico continuará sob o estigma do abandono, mesmo sendo o Porto do Capim uma região ocupada por sujeitos que ali residem desde a década de 1940. Por esse motivo fez-se a escolha de rememorar e legitimar a história fracassada de um porto construído na década de 1930 julgando-a mais legítima do que a trajetória de vida e as referências culturais dos moradores ribeirinhos, que por sua vez passaram a ocupar o espaço justamente devido à existência do porto[27]. A fala de um dos autores do projeto revela os objetivos da revitalização:

> Um dos aspectos era realmente transformar a área numa área de eventos e manifestações culturais para a cidade. Que era o outro lado da estratégia mais ampla,

[27] Sobre a história de construção do Porto Internacional do Varadouro ver JOFILLY, 1983.

> em relação ao centro histórico e cidade. Porque da mesma forma que tô trazendo o centro histórico, tô trazendo a população, tô buscando manifestação tal. Vai chegar um ponto que determinados aspectos precisam ser resolvidos. Praça Anthenor Navarro, num primeiro momento os eventos são na Anthenor Navarro. A gente sabia que ia ter um momento em que ela ia funcionar bem, depois ele ia ampliar, porque é claro, se eu faço um primeiro show aqui e todo mundo sai falando, no próximo vai vir mais gente. E foi o que naturalmente ocorreu. Não resta dúvida que o centro histórico tem esse aspecto que vai ter que de alguma forma ser suprido. Se eu não suprir esse aspecto, automaticamente essas manifestações vão começar a migrar para outras áreas. E aí eu tenho que repensar o sistema. Eu tenho que ter o evento de maior magnitude, é preciso ter área para isso! É preciso ter áreas preparadas para eventos de menor porte. Por isso se pensou, o Porto do Capim com a remoção das ocupações irregulares. (Marcelo Silva, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)

Na primeira versão do projeto, de 1997, seria preciso a remoção dos moradores das áreas ribeirinhas para a construção da Praça Porto do Capim (19.500 m²). Nessa proposta a realocação da população residente seria em área próxima à praça de eventos. Como podemos verificar na imagem 4, as "habitações de interesse social" (42m²) seriam construídas ao lado da praça e próximas ao rio. Nessa versão também estavam previstas a construção de espaços destinados à prática de esporte e lazer, assim como aparato para a comunidade continuar a desenvolver suas atividades ligadas ao comércio local. Porém, com o passar dos anos, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim passou por diversas redefinições; a arena de eventos continuou sendo a base principal do projeto, já as áreas previstas para a construção das habitações populares passaram por várias proposições. De modo que, até esta data, não foi definido onde serão construídas as casas populares.

Em entrevista concedida para essa pesquisa, um dos elaboradores do projeto explicou que em principio a proposta visava à permanência da comunidade na área do Porto do Capim, porém o número de famílias não caberia no espaço que estava disponível para a construção das habitações. Depois se verificou também que por questões de solo e infraestrutura não seria possível instalar uma rede de esgotamento sanitário, o que impossibilita a permanência da comunidade. Outra justificativa seria a de que os moradores estão em situação de ocupação irregular, em terras da União e em áreas de aterros precários e de preservação ambiental. Porém, ironicamente, no que consta do projeto, a arena de eventos seria construída justamente no lugar onde se encontram as residências, ou seja, em terras da União, em área de aterro precário, em área de mangue, às margens do rio Sanhauá, e sem possibilidade de esgotamento sanitário e destruindo a vegetação remanescente do mangue.

Como já foi dito anteriormente, as primeiras famílias que se instalaram na área iniciaram o processo de ocupação do espaço após o Porto do Capim ser desativado, entre as

décadas de 1940 a 1970. Os moradores eram em sua maioria pescadores, o que nos faz supor que, não por acaso, esses sujeitos construíram suas casas ao longo da margem de um rio.

> O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Sólon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Epitácio Pessoa acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro-praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como o maior bairro da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe médias e baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreu a consolidação da comunidade Porto do Capim formada, em geral, por famílias de pescadores, situada nas vizinhanças do antigo atracadouro, então abandonado. (SCOCUGLIA, 2010, p. 82)

Fato é que desde 1997 os moradores do Porto do Capim convivem diariamente com a ameaça iminente de serem obrigados a deixar suas residências, que na prática consiste em trocar suas casas por pequenos apartamentos localizados em algum espaço da cidade. Além disso, alguns moradores deixam de investir dinheiro na reforma de suas casas e na melhoria de suas condições de habitação, pelo fato de que em algum momento serão obrigados a sair do lugar onde residem. Por outro lado, há muitos moradores realizando reformas em suas casas, na maioria dos casos. São essas pessoas as que manifestam o desejo de continuar no local e que não admitem abandonar suas residências e suas formas de relação com o lugar para reiniciar a vida em outro ambiente.

Os elaboradores do projeto realizaram, na década de 1990, um cadastrodo número de casas, famílias e moradores por residência no Porto do Capim. Contudo, as promessas de que moradores do Porto do Capim seriam contemplados com construção de habitações populares provocaram a chegada de novos moradores na área, que se instalaram em precárias condições de habitação, ocupando galpões e prédios abandonados. Esses novos moradores chegaram após o cadastro ter sido realizado, o que provocou uma situação no mínimo irônica, pois a maioria dos moradores que oferecem resistência a deixar suas casas fazem parte dos primeiros grupos familiares que ocuparam o terreno; esses mesmos moradores foram cadastrados na intenção de serem realocados. Porém os “novos moradores”, que ocuparam os prédios e

galpões abandonados justamente com a esperança de conseguirem melhores condições de habitação, não estão cadastrados e não serão contemplados com os apartamentos.

Em junho de 2005 foi realizado o "I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Porto do Capim". Naquela ocasião, membros da Comissão do Centro Histórico apresentaram aos moradores do Porto do Capim o Projeto de Revitalização, por meio da palestra "A Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim". Aos olhos dos membros da Comissão esse evento configurou uma oportunidade de construção participativa dos moradores ribeirinhos no processo de "revitalização"; porém, no que consta no documento "Relatório Final do I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Porto do Capim", o evento teve caráter informativo. O projeto sempre esteve pronto e os moradores foram convidados a ouvir e esclarecer dúvidas sobre o que já estava determinado. Dentre os objetivos do evento podemos citar: "Este primeiro Fórum faz parte de um esforço conjunto para se criar as condições econômicas, institucionais e políticas necessárias, visando o [sic] resgate do Porto do Capim"[28] (IPHAN; AECI; ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 2005).

Alguns anos depois, em 2009, os moradores encaminham uma carta ao prefeito da cidade solicitando informações sobre o projeto (anexo I), o que sinaliza que o Fórum de 2005 não foi capaz de esclarecer o projeto naquilo que se configurava, sobretudo no que diz respeito à maior preocupação da população local: a questão das moradias. Na carta, os moradores solicitavam esclarecimentos sobre os seguintes pontos: Cadastramento dos moradores da Comunidade para relocação das famílias; construção das unidades habitacionais; construção de um centro comunitário; implementaçãode quiosques para o comércio; apoio aos pescadores da comunidade; uso destinado ao Prédio da Superintendência da Alfândega[29].

No que diz respeito às condições das residências atuais e os futuros apartamentos, algumas queixas são recorrentes: a primeira delas é o não conhecimento de onde serão construídos os apartamentos; outra questão é o fato de sair de casas que possuem quintais nas margens do rio para morar em apartamentos; comparam também o tamanho de suas casas atuais com o tamanho dos apartamentos de "interesse social".

[28]IPHAN; AECI; ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. Relatório Final do I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Porto do Capim. João Pessoa/PB, 2005.

[29] Carta da Comunidade do Porto do Capim ao Senhor Ricardo Coutinho, prefeito do município de João Pessoa. Maio de 2009.

Percebemos então que enquanto os moradores estão preocupados com suas relações cotidianas, com seus quintais, com suas relações de vizinhança, com o seu comércio local, com o lugar onde criam suas galinhas, onde constroem seus tanques para criação de caranguejo, o espaço para colocar a casinha do cachorro e o local onde ficam os barcos de pesca, com a inviabilidade de manter seus modos de vida em apartamentos de 42m².Os gestores responsáveis pelas intervenções das ações de revitalização tentam amenizar as polêmicas com contas de matemática simples.

> Outra coisa, vi em outras discussões a questão de área dos apartamentos. Eu acho que muitas vezes há umas confusões, por exemplo, né, "eu tenho minha casa de 100 metros quadrados", tá. 100 metros quadrados, agora quantas famílias de fato existem aí dentro? É uma só? Mais de uma?
>
> Por exemplo, tem lá um senhor com sua família que tem seus dois filhos com suas famílias morando numa casa de 100 metros quadrados, então na realidade eu tenho três núcleos familiares de uma mesma família. Que no final cada uma ocupa 30 metros quadrados se for dividir! Se eu pego três unidades de 40 metros quadrados em termos de área ela tá dentro.
>
> Segundo, vou acomodar com conforto cada uma delas, porque eu tiro dessa situação que às vezes a pessoa não percebe, mas que tem seu desconforto. Quem mora na casa dos outro sabe! (Marcelo Silva, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan da Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013)

Todavia, o problema da habitação e a preocupação dos moradores vão muito além de questões de termos numéricos. O tamanho das residências é sim motivo de preocupação, justamente porque o conceito de família assumido pelos gestores institucionais não contempla as configurações e divisões familiares assumidas pelos diferentes grupos familiares locais. Ou seja, o número de pessoas que compõem o "núcleo familiar" não é o mesmo para todas as famílias. Outra questão é verificar o que significa "acomodar com conforto", pois para muitos moradores, apartamentos de 42 m² não são sinônimo de conforto. Relações de parentesco dizem muito sobre qual é o modo de vida desses moradores e o projeto de casa dessas famílias diz muito sobre qual é o projeto familiar dessas pessoas. Aquilo que pode parecer desconforto aos olhos de alguns agentes institucionais, pode representar elementos que possibilitam o funcionamento e ordenamento das funções cotidianas de sujeitos que concebem o conceito de família para além das definições do Estado.

Se fizermos o exercício de relacionar a situação da gestão do patrimônio cultural em João Pessoa com a situação de outros centros históricos, como por exemplo, Salvador (que segundo membros da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, foi utilizado como modelo para a elaboração de um projeto de revitalização para o sítio histórico da cidade), perceberemos que é recorrente a prática de não se operar esforços no fortalecimento do uso habitacional por camadas economicamente pobres da sociedade. Segundo Sant'Ana(2003), na década de 1990, a promoção do patrimônio cultural foi realizada, principalmente, através da realização de eventos em áreas requalificadas, utilizando-se de estratégias que incluíam o uso de cores vivas e chamativas nas fachadas, técnica de iluminação, a introdução no espaço de novos objetos, transformando esses lugares complexos em peças publicitárias de si próprias e de seus promotores e patrocinadores. Como consequência, tudo que pudesse ser identificado como antigo, passou a ser divulgado como patrimônio recuperado. Essas intervenções funcionaram, portanto, contraditoriamente como a formação de um passado nostálgico e negação de seu aspecto histórico. Houve uma seleção de qual monumento da história valorizar. Porém, no Brasil, esse patrimônio urbano não se transformou em uma mercadoria imobiliária altamente disputada. Nas grandes cidades, a reutilização desses patrimônios restringiu-se aos setores que sofreram intervenção via poder público.

> As intervenções nos anos 90 tiveram a intensão de dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e do seu patrimônio [...] Em Salvador se perseguiu essa meta por meio da dinamização do turismo e do comércio do centro histórico, sem a implementação de medidas voltadas para o retorno ou manutenção das funções centrais ou para o fortalecimento do uso habitacional existente [...] As intervenções de natureza física foram acompanhadas de medidas de controle do uso dos espaços, com a eliminação ou o ordenamento do comércio informal, a mudança do uso, o deslocamento de moradores, a implantação de segurança pública ou privada especial e a realização de eventos culturais e de lazer em logradouros requalificados. (SANT'ANA, 2003, p.161)

A trajetória histórica da gestão do patrimônio cultural de João Pessoa está em conexão com o que ocorria em outros sítios históricos. Porém, é esse mesmo projeto de revitalização, elaborado em 1997, que está em vias de ser executado em 2013, através do financiamento do PAC Cidades Históricas[30]. Sobre o aspecto da necessidade de revisão do projeto original, um

[30] O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>. Acesso em 04 out. 2013.

dos membros da Comissão afirmou que, "em princípio aqueles conceitos de [19]87 ainda são novos, ainda são válidos, e ainda tem uma experiência acumulada, de dez anos de acompanhamento desse centro histórico, de gestão de análise"[31].

A Comissão do Centro Histórico de João Pessoa teve papel fundamental para o início dos trabalhos de pesquisa sobre o acervo histórico da cidade, assim como na elaboração de um plano normativo e de gestão da área. Muitos dos edifícios e praças restaurados e recuperados resultaram de trabalho realizado por essa Comissão. Talvez, um dos motivos pelos quais uma série de projetos elaborados na década de 1980 e 1990 continuem na lista de intervenções a serem realizadas, derive do fato de que esses projetos apresentam importância e relevância do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural. Mas outro aspecto que influencia de forma quase que decisória é que os sujeitos que participaram da equipe da Comissão do Centro Histórico, são hoje os agentes institucionais responsáveis pela gestão pública do sítio histórico da cidade. O que revela que questões institucionais sobre as escolhas referentes à gestão do patrimônio cultural são seleções não somente técnicas, mas também possuem uma esfera política e afetiva, motivada e influenciada por interesses difusos, muitas vezes sobrepostos e incompatíveis, tantas vezes movidos por interesses pessoais ou conjunturais. A trajetória de vida, a formação profissional, as experiências de trabalho vivenciadas, os afetos e desafetos pessoais são fatores decisivos que refletem nas escolhas políticas e na elaboração de planos de preservação e promoção dos patrimônios culturais.

> Eu digo sempre que é uma cachaça trabalhar com o patrimônio, trabalhar com a História, pensar o patrimônio como uma coisa viva e não de ficar lamentando "ooo como era bom!" Bem que tem esse lado sentimental que o patrimônio carrega dentro de si, tem essa coisa mágica. Mas hoje, depois da minha formação eu vi que coloquei um pouco de lado emotivo e me voltei mais para um planejamento para conceber dentro da minha cabeça um centro histórico que mantenha suas características. (Augusto Nascimento, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan na Paraíba, em João Pessoa, no dia 20 de agosto de 2013)

[31]Marcelo Silva, em entrevista realizada na sede da Superintendência do Iphan da Paraíba, em João Pessoa, no dia 23 de agosto de 2013.

Segundo Scocuglia (2004), as políticas patrimoniais de intervenção na cidade de João Pessoa apresentam duas fases de atuação distintas, configurando diferentes formas de organização dos atores sociais envolvidos.

A primeira fase das políticas de intervenção inicia-se em 1987 a partir do estabelecimento de um Convênio de Cooperação Internacional feito entre Brasil e Espanha, privilegiando a proteção de monumentos em situação de risco, assim como criação de normas restringindo o uso e descaracterização desses edifícios, o que gerou uma série de conflitos entre gestores, usuários e comerciantes das áreas centrais da cidade. Nesse primeiro momento é também elaborado o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, dividido em etapas e planos de ação. Para a possível implantação do projeto foram realizadas pesquisas e inventários sobre a estrutura urbana das edificações inseridas no núcleo tombado a nível estadual. Importante ressaltar que esse inventário, produzido em 1987, continua sendo fonte de pesquisa atual, embora gestores dos órgãos de preservação julguem necessária a atualização dos estudos.

A segunda fase, 1998, é marcada pela participação da sociedade civil organizada em associações ligadas a educação, cultura e arte. Nesse contexto foi elaborada a primeira versão do Plano de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, em parceria com a ACEHRVO, uma organização da sociedade civil. Tal projeto efetuou inicialmente obras de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Outro resultado do referidoConvênio Brasil-Espanha foi a criação da Oficina Escola de João Pessoa, em 1991, que visou ao estabelecimento de um espaço onde se formasse mão-de-obra qualificada para suprir a demanda de pessoal no trabalho de obras de restauração de edificações de valor patrimonial. Nessa segunda fase, além do convênio de cooperação internacional, os planos de revitalização contaram com o financiamento do BID, através do PRODETUR. Foi constituída também, no escopo do Convênio Brasil-Espanha, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, que deveria representar os interesses das instituições participantes. Sua implantação e atuação foram, durante toda a vigência do Convênio, financiadas predominantemente pelo Governo Espanhol, tendo sido esta Comissão a grande responsável pela elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e pela gestão do perímetro protegido.

Por fim, nesse capítulo vimos como se configurou a trajetória histórica da gestão, preservação e promoção do centro histórico de João Pessoa. No próximo capítulo veremos como os planos de revitalização são percebidos pela atual equipe técnica do IPHAN, quais são

os pontos de consenso e conflito, qual é, segundo outros profissionais, a necessidade de adequação do projeto original, quais são as alternativas pensadas pelos técnicos contrários ao projeto elaborado pela Comissão do Centro Histórico e qual a postura da chefia da divisão técnica diante do impasse criado. Também veremos a questão das novas conjunturas políticas e as possibilidades atuais de se iniciarem os processos de intervenção na área através do financiamento de programas federais.

CAPÍTULO II

ENTRE AS IMAGENS IDEALIZADAS DO PASSADO E DO FUTURO: O PORTO DO CAPIM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

O objetivo geral desse capítulo é verificar como foi o processo de elaboração de uma proposta alternativa ao Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, elaborado pela Comissão do Centro Histórico.

Para tanto, analisaremos as instâncias de conflito, mediação e tentativas de negociação entre as duas propostas de intervenção através da descrição de uma série de eventos que presenciei e que por mim foram registrados em diários de campo. Foram escolhidos eventos particulares, que possibilitam a apreensão e análise dos diferentes pontos de vista acerca das intervenções consideradas adequadas a serem executadas na região de entorno do centro histórico de João Pessoa, por parte dos agentes institucionais do Iphan/PB.

Verifiquei no Iphan/PB a existência de duas propostas de intervenção para a área de entorno do centro histórico. Uma que consiste no Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, já descrito no capítulo anterior e uma proposta alternativa, denominada Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, que procura a readequação que alguns aspectos no projeto da Comissão do Centro Histórico.

Podemos localizar a primeira tentativa de readequação na elaboração de uma proposta na própria terminologia utilizada no título dos projetos. Enquanto um deles é denominado Projeto de Revitalização, no outro optou-se por trabalhar com o conceito de requalificação. A presença do prefixo "re" indica um movimento de retorno. Mas como esse prefixo é aplicado em projetos de intervenção urbana? Segundo Vasconcelos (2009), a variedade nas terminologias aplicadas às práticas urbanas configura um elenco de metáforas, nas quais os significados são questões relevantes para o entendimento das intervenções. Para investigar os sentidos atribuídos às terminologias, a autora investiga os momentos em que os conceitos, significados e as alterações das terminologias foram sendo apresentadas e definidas em cartas patrimoniais[32].

[32] Cartas Patrimoniais consistem em documentos de recomendação ligados às temáticas de preservação de patrimônios culturais. Essas cartas estabelecem normas, procedimentos e conceitos que orientam ações de preservação, conservação e promoção de patrimônios culturais. Essas cartas são elaboradas em eventos e encontros nacionais e internacionais.

> Embora cada país utilize os termos de maneira própria, de acordo com seu contexto, observam-se tentativas de universalização não só da nomenclatura, como também da tipologia dos projetos que os acompanham. (VASCONCELOS, 2009, p. 54)

A Carta de Lisboa, elaborada em 1995 no 1º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana em Lisboa, traz a definição e conceitos de técnicas de Reabilitação Urbana, onde os entendimentos de revitalização e requalificação aparecem como:

> *Revitalização Urbana:* Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.
>
> *Requalificação Urbana:* Aplica-se sobretudo a locais funcionais da "habitação", tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual. (CARTA DE LISBOA, 1995)

No caso de João Pessoa, a diferença da terminologia utilizada nas duas propostas de intervenção pode nos levar ao início da compreensão de como a área de entorno do centro histórico é encarada pelos autores dos projetos. Enquanto o projeto elaborado pela Comissão do Centro Histórico apresenta como um dos objetivos principais resgatar o vínculo entre o rio e a cidade, levar vida ao centro, transformar a situação de abandono no qual se encontra, incentivar o desenvolvimento de novos usos propondo uma revitalização da área; a proposta de requalificação elaborada recentemente por parte da equipe técnica do Iphan/PB, procura proporcionar melhorias em termos estruturais para a manutenção dos usos sociais que já existem no local, considerando a função habitacional ali presente e as formas de apropriação dos usos dos espaços pela população local.

Para investigar no que mais consistem as diferenças nos dois projetos em questão, serão descritos alguns eventos que ocorreram no decorrer dos anos de 2011 a 2013. Através desses eventos é possível apreender as dimensões de conflito retratadas através das diferentes concepções sobre o que se julga adequado numa política de gestão de patrimônios culturais, assim como as tentativas de negociações para readequação dos pressupostos que serviram de suporte para elaboração dos planos de revitalização do centro histórico da cidade.

Tais eventos podem ser denominados e entendidos como *situações sociais*, que em conjunto e relacionadas a outros eventos podem nos revelar questões referentes às diferentes formas de relação estabelecidas com o universo dos patrimônios culturais e suas políticas de gestão por parte de diferentes sujeitos e grupos sociais, nos aspectos de seu reconhecimento, não reconhecimento e das formas de apropriação práticas e simbólicas por parte da sociedade.

> As situações sociais constituem uma importante parte da matéria prima dos antropólogos, pois são eventos que observa. A partir das situações sociais de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. (GLUKMAN, 1987, p.228)

A seguir, serão descritas as seguintes experiências vivenciadas: reuniões internas na unidade do Iphan/PB, reuniões externas com diversas instituições, visitas técnicas junto aos agentes institucionais do Iphan/PB e processo de elaboração do Projeto de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

2.1. O primeiro contato: Projeto Memórias Ribeirinhas

O primeiro contato que tive com as questões de remoção dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau foi através da exposição do Projeto "Memórias Ribeirinhas". Tal projeto registrou histórias e memórias da comunidade através da produção de material audiovisual. A primeira ação do projeto junto ao bairro foi a realização de entrevistas com os moradores mais antigos do lugar, que revelaram como foi a chegada das primeiras famílias na década de 1940 e descreveram como a comunidade foi crescendo. A segunda etapa do projeto foi a realização da oficina "Percepção do Olhar" onde as crianças do Porto do Capim tinham a missão de capturar imagens sobre momentos, paisagens e situações que julgavam importantes. O projeto foi realizado pela Casa do Patrimônio de João Pessoa[33].

> O resultado foi um rico material fotográfico, retratando o modo de viver do local, as pessoas no seu dia-a-dia, a cheia da maré, o trem e seus trilhos, as casas simples atualmente habitadas e os casarões abandonados que testemunham outros tempos

[33] A Casa do Patrimônio de João Pessoa, vinculada à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba, desenvolveu nos primeiros anos de implementação, parcerias com a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC/PMJP), trabalhando no desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa. Atualmente, desvinculada da Prefeitura de João Pessoa, a Casa do Patrimônio desenvolve ações de Educação Patrimonial, promoção e difusão do patrimônio em todo o estado da Paraíba.

> áureos do local, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a procissão pelas águas do rio que leva a imagem até a Ilha da Santa, as brincadeiras de meninos, os barcos os pescadores, a costura das redes de pesca, o andar turvo do caranguejo de andada. (TOLENTINO, 2012, p. 46)

A diversidade das falas dos moradores entrevistados e a riqueza de detalhes das imagens serviram de suporte para a elaboração do documentário *Memórias Ribeirinhas*. A exposição contou com a divulgação do material produzido, fotos, documentário, textos e desenhos feitos por crianças da "comunidade"[34] que falam sobre a história e cultura do local onde vivem.



Imagens 11 e 12: Visitação da exposição Memórias Ribeirinhas, setembro de 2011.

Fonte: Blog da Casa do Patrimônio de João Pessoa. Disponível em <http://casadopatrimoniojp.com/?page_id=92>. Acesso em 12 out. 2013.

O projeto Memórias Ribeirinhas parece ter mobilizado e despertado o olhar das riquezas e diversidades culturais locais não só para os moradores ribeirinhos, mas também para os agentes que participaram de todo o processo. Os técnicos do Iphan/PB envolvidos no projeto foram sensibilizados através das vivências que estabeleceram com os ribeirinhos, pois tiveram acesso a importantes depoimentos de moradores. Passaram a compreender a importância daquele território para a manutenção das relações cotidianas ali estabelecidas, através do entendimento do que é importante para os moradores a partir do olhar dos próprios moradores. Através dessa experiência, alguns técnicos do IPHAN passaram a questionar se realmente era preciso a realocação da comunidade para outra área, se não havia a

[34]Como já foi dito, o termo "comunidade" será aqui utilizado enquanto categoria nativa, por ser utilizado pelos moradores ribeirinhos ao fazerem referência à forma de ocupação do território e às relações sociais estabelecidas localmente. O termo parece ter sido incorporado pelos moradores através de agentes externos (não moradores) que travaram contato com os ribeirinhos através de programas de vários setores governamentais.

possibilidade de encontrar meios de preservar as referências culturais dos ribeirinhos, uma vez que a região do Porto do Capim e da Vila Nassau está na área do tombamento federal, no entorno do perímetro de preservação rigorosa do centro histórico de João Pessoa.

Foi então cogitada a possibilidade de aplicação de um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), porém, técnicos do Iphan/PB contrários à permanência dos moradores ribeirinhos, alegaram que não existia respaldo legal para que os moradores continuassem ali e que, portanto, não era adequado aplicar o INRC, pois a "comunidade" estava estabelecida em terras públicas (GT PORTO DO CAPIM E VILA NASSAU, 2012). Todavia, a equipe que participou do projeto *Memórias Ribeirinhas* presenciou os momentos onde alguns moradores, através de seus depoimentos, manifestavam o desejo de continuar morando no mesmo local, o que despertou a atenção e sensibilizou o olhar desses agentes institucionais que passaram a cogitar possibilidades para reverter a situação da remoção.

2.2. Nova conjuntura política: PAC Sanhauá

No início de 2011, devido às diferentes posições referentes às ações de intervenção no Porto do Capim e da Vila Nassau, a equipe técnica do Iphan/PB decidiu se reunir para debater os diferentes pontos de vista estabelecidos. Nessa reunião, técnicos favoráveis à aplicação do Projeto de Revitalização nos moldes em que foi concebido, prevendo a remoção da população e a construção da arena de eventos, alegaram que mesmo que a "comunidade" esteja morando no espaço desde a década de 1940, eles estão em área irregular, ocupando terras públicas. Mesmo que a situação de posse pudesse ser regularizada, restaria o problema do esgotamento sanitário, pois seria impossível a instalação de rede de tratamento de esgoto numa área tão próxima ao rio. Outro argumento em defesa do projeto de revitalização foi a questão de que os recursos públicos para a execução da construção das habitações já estavam empenhados pela prefeitura municipal de João Pessoa.

Os técnicos favoráveis à permanência dos moradores argumentaram que as ações previstas no projeto de revitalização não traduzem uma visão atualizada de uma adequada política de gestão em centros históricos. Argumentaram que a remoção da população configura uma política de higienização social e era atribuição do Iphan garantir que as referências culturais dos moradores ribeirinhos fossem respeitadas. Defenderam também a ideia de que não se pode demolir edificações que estão dentro do perímetro tombado pelo

Iphan, mesmo estando o Porto do Capim na área de entorno. Afinal, se ser entorno não significa proteção, então por que ter entorno?

Segundo a Declaração de Xi'an, que trata da conservação de entornos edificados, define que:

> O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar. [...] A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural [...] Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno. A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural. (DECLARAÇÃO de Xi'an, 2005)

Porém, fato era que a posição dos técnicos que se colocavam a favor da revitalização, dizia estar respaldada por estudos técnicos desenvolvidos pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Já os técnicos que defendiam a permanência da população não contavam com estudos técnicos na construção de suas argumentações, mas com as experiências vivenciadas através do projeto Memórias Ribeirinhas.

No início de 2012, as discussões foram retomadas através da convocação do Iphan/PB para a participação em uma reunião organizada pela Secretaria Municipal de Habitação (SEMHAB), cuja pauta era a apresentação do projeto "PAC Sanhauá: dignidade às famílias e o rio à cidade". No dia 28 de fevereiro de 2012 ocorreu, na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), uma reunião que contou com a participação das seguintes instituições: Iphan/PB, Iphaep, Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac/JP), Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes/PMJP), Secretaria de Meio Ambiente (Semam/PMJP), Secretaria de Habitação (Semhab/PMJP), Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob/PMJP) e Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN/PMJP). A reunião aconteceu em uma sala do prédio do Iphaep; havia uma mesa retangular no centro, ao redor da qual se sentou um representante de cada instituição presente. Nas laterais da sala sentaram-se os técnicos que representavam as instituições. A reunião foi

iniciada com a fala do diretor de planejamento de programas habitacionais da Semhab, que através de uma apresentação de slides expôs o projeto dessa secretaria. O projeto prevê a "revitalização" de 11km do Rio Sanhauá e foi informado que já havia sido liberado, pelo Ministério das Cidades, o recurso no valor de R$ 1.194.750,00 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta reais) para a contratação de projetos habitacionais a serem aplicados na área.

Após a exposição, o diretor de planejamento da Semhab expôs que o objetivo da reunião era o de convocar as diversas instituições que preveem ações de intervenção na área das margens rio Sanhauá, para que seja possível construírem ações conjuntas e não concorrentes. Dentre as discussões suscitadas na reunião, ficou explícito que a preocupação dos agentes institucionais é com o aproveitamento do Rio Sanhauá como recurso para desenvolvimento turístico da cidade e não com margens do rio. Era clara a posição da grande maioria dos agentes de que a remoção das populações ribeirinhas é um fato inquestionável. Outra colocação frequente foi a necessidade de "devolver o rio para a cidade". Quando alguém remetia à situação dos moradores ribeirinhos, o termo utilizado para caracterizar o processo de estabelecimento das moradias era "invasão", e o lugar era caracterizado pelas péssimas condições habitacionais e "área de risco".

Na contramão dos argumentos colocados, a intervenção de Tatiana Rodrigues, técnica em arquitetura do Iphan/PB, trouxe um segundo ponto de vista sobre a problemática, disse que o vínculo entre rio e cidade existe e que esse é representado na relação dos moradores do Porto do Capim com o rio, colocou que os moradores ribeirinhos também fazem parte da sociedade e que o rio já tem uma função estabelecida para os moradores locais. Essa colocação provocou alguma efervescência no debate.

Prontamente os agentes institucionais favoráveis à remoção sentiram-se no direito de resposta e procuravam legitimar seus argumentos sempre referenciando suas falas "em nome de". Uma das funcionárias da Copac/JP tentou justificar sua posição dizendo que conhecia a realidade social local e que a realocação era um desejo dos moradores. Construiu suas argumentações "em nome dos moradores do Porto do Capim", utilizando justificativas como, por exemplo, "eu já estive lá"; "eles querem sair"; "eles foram jogados ali"; "eles só estão ali porque aquele foi o lugar que sobrou para residirem". Essas ideias foram reiteradas pelos seguintes comentários: "é preciso devolver o rio para a cidade" (agente do Iphan); "reconciliar

a cidade com o rio" (Seplan/PMJP); "as pessoas não estão ali porque querem, mas porque foram jogadas pela especulação imobiliária da cidade e outros fatores" (Semhab/PMJP)[35].

Embora nenhum órgão institucional ligado ao turismo estivesse presente, foi ressaltado o potencial de exploração de turismo náutico, ambiental e histórico que pode ser desenvolvido através de ações de revitalização. Da reunião que contava com a participação de vinte pessoas, apenas duas fizeram colocações ressaltando o cuidado que se deve ter nesse processo de realocação da comunidade, focando a importância do cotidiano dos moradores com o rio e também os usos sociais que já estão estabelecidos no lugar. O resultado dessa reunião foi a convocação de um novo encontro, com o objetivo de se formarem grupos de estudo para definição de metodologias de intervenção e para a apresentação de projetos das diversas instituições, previstos para a área. A reunião foi encerrada e todos se reuniram na mesa central para comer salgadinhos, doces e beber sucos e refrigerantes, oferecidos pelo Iphaep.

Após a reunião convocada pela Semhab e a nova conjuntura política posta pela liberação de recursos do PAC Sanhauá, tornou-se urgente a definição de uma posição institucional por parte do Iphan/PB em relação às propostas de intervenção na área de entorno do Centro Histórico de João Pessoa. No dia 5 de março de 2012 técnicos do Iphan/PB, juntamente com a Chefia da Divisão Técnica, realizaram uma reunião interna onde novamente foram colocados os diversos pontos de vista sobre o que seria adequado realizar enquanto intervenção no Porto do Capim. Estavam presentes todos os técnicos da casa, o Chefe da Divisão Técnica e o Superintendente do Iphan/PB. André Soares e Tatiana Rodrigues, técnicos em Ciências Sociais e Arquitetura, iniciaram a reunião colocando que os projetos pensados por outras instituições, como por exemplo, mobilidade urbana, turismo e transporte fluvial, deveriam seguir os planos de preservação do Iphan, visto que aquela é uma região de entorno de um centro histórico tombado. Novamente foi questionado, por André, o remanejamento da comunidade, alegando que a primeira versão do Projeto de Revitalização da Comissão do Centro Histórico foi elaborada na década de 1990 e que mesmo a última versão tendo sido reelaborada em 2008, ainda era preciso uma revisão conceitual da proposta. O então Superintendente Substituto da unidade, Augusto Nascimento (que também fez parte da Comissão do Centro Histórico) argumentou que a área do Porto do Capim sempre teve vocação para ser um porto e que essa função precisa ser "resgatada", agora aliada a uma nova

[35]Informações relatadas no Dossiê e Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau. 2012, p. 37.

vocação, explorando o potencial turístico do rio. Disse também que o projeto prevê a construção de um Museu da Cidade, que conte sua história colonial, um Centro de Referência de Cultura Popular, um Centro de Informação Turística e o devido policiamento da área. Dessa maneira, o Porto do Capim se transformaria em um local de eventos. Tatiana colocou a possibilidade de desenvolvimento de um turismo comunitário, que poderia ser menos agressivo à vida dos moradores locais. Contestou-se também a questão do tamanho das unidades mínimas de habitação. Marcelo Silva, técnico em arquitetura, contra-argumentou sobre a questão da permanência dos moradores na área, afirmando sobre a impossibilidade de implantação de esgotamento sanitário em região tão próxima ao rio.

Marina Alves, funcionária que atua na área de educação patrimonial, levantou a possibilidade de apenas remover as habitações que estão em situação de risco, onde os moradores convivem com a inundação de suas casas devido às cheias das marés. Carolina Teixeira, técnica em arquitetura, questionou primeiramente se não seria ruim dividir a comunidade, depois perguntou se havia algum levantamento ou estudo socioeconômico da área e argumentou que o fato de sairmos de nossos lugares de origem para habitar outros espaços não faz com que as pessoas percam seus referenciais identitários, utilizando como exemplo a situação de alguns técnicos da casa que vieram de outros estados do país e que hoje moram em João Pessoa. André prontamente ressaltou que existe uma grande diferença entre escolher sair de seu lugar de origem e de compulsoriamente ser obrigado a deixar o lugar onde se vive. Tatiana completou a ideia dizendo que remover a população é romper com o processo de trajetória histórica e de transformação da cidade e da sociedade de João Pessoa.

Ao fim da discussão foi colocada a seguinte questão: o projeto de Revitalização de autoria da Comissão do Centro Histórico traduz a política do Iphan? A solução encontrada pelos participantes da reunião foi a formação de um grupo de trabalho, responsável por elaborar uma proposta de intervenção alternativa respaldada em argumentos técnicos. O Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau foi formado pelos seguintes participantes: Tatiana Rodrigues, técnica em arquitetura; André Soares, técnico em ciências sociais;Flavio Martins, Chefe da Divisão Técnica; Helena Tavares Gonçalves, estudante do PEP/MP[36]; Lucas Oliveira, técnico em arqueologia; Marina Alves, analista III; Ana Galvão, estagiária em arquitetura e urbanismo; Natalia Ribeiro; estagiária de história; Marco Almeida, consultor do Laboratório de Recursos Hídricos da UFPB; Caio Cardoso, consultor do Laboratório de Recursos Hídricos da UFPB. A formação do Grupo de Trabalho foi instruída pela Portaria nº.

[36] Nesse caso, não foi utilizado nome fictício.

01/2012 da Superintendência do Iphan na Paraíba, de 5 de março de 2012, para a reformulação do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

Nos dias 6 e 9 de março de 2013, aconteceram, no auditório da sede do Iphaep, reuniões onde as diversas instituições presentes (aquelas mesmas que estavam presentes no encontro de 28 de fevereiro de 2012, já relatado acima) apresentaram seus projetos e propostas de intervenção para a área. Os projetos colocavam ideias abstratas de turismo, recuperação ambiental, ações sociais e revitalização. Embora não houvesse contradição entre as propostas apresentadas, muitas delas eram concorrentes, pois propunham intervenções diversas para os mesmos espaços. A única instituição que não apresentou nenhuma proposta foi o Iphan/PB.

Como já informei, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim foi elaborado pela Comissão do Centro Histórico, que é fruto do Convênio de cooperação internacional estabelecido entre Brasil e Espanha, sendo o Iphan uma das instituições parceiras. Dessa maneira, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim recebeu o selo das diversas instituições que fazem parte do convênio, entre elas, o Iphan. Ademais, sujeitos que compunham a equipe da Comissão do Centro Histórico e que, portanto, elaboraram o projeto de Revitalização do Porto do Capim, ocupam hoje cargos públicos tanto no Iphan quanto na Copac/JP.

O Projeto de Revitalização foi apresentado pela Copac/JP. Durante a apresentação, diversas intervenções e explicações técnicas foram colocadas por Marcelo, arquiteto do Iphan/PB (também autor do projeto). O que resultou no entendimento de que o Iphan/PB defendia tal ponto de vista, ainda que o órgão não tenha explicitado uma posição institucional "oficial".

Devido à necessidade de posicionamento institucional sobre a questão e o antagonismo que estava instalado na equipe técnica, os técnicos se mobilizaram e solicitaram uma reunião com a Chefia da Divisão Técnica para que fosse tomada uma decisão sobre a apreciação do Projeto de Revitalização do Porto do Capim e da então Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau. No dia 27 de março de 2012 foi realizada a reunião para a apresentação da proposta de requalificação elaborada pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau.

2.3. O processo de construção do Dossiê e a exposição da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau

2.3.1. O processo de construção do Dossiê

Para tornar possível a elaboração conceitual de uma proposta condizente com as perspectivas, percepções e concepções da equipe que compôs o GT Porto do Capim e Vila Nassau (material conhecido como Dossiê), foram realizadas pesquisas nas legislações patrimoniais e ambientais pertinentes; pesquisa em arquivos da Comissão do Centro Histórico; pesquisas em arquivos do Iphan/PB; e pesquisa de campo, com a realização de quatro visitas técnicas, uma delas de barco percorrendo os rios Paraíba e Sanhauá. A fim de proporcionar ao leitor o entendimento de como ocorreu o processo de construção da proposta de requalificação, foram elencadas algumas experiências as quais serão descritas a seguir.

A primeira vistoria técnica, com fins de reconhecimento da área, aconteceu no dia 7 de março de 2012. Estavam presentes dois técnicos em arqueologia, uma técnica em arquitetura, um técnico em ciências sociais, uma técnica em educação patrimonial e dois pesquisadores do PEP/MP. Saímos da sede do IPHAN, caminhamos pela Praça Anthenor Navarro, Largo de São Frei Pedro Gonçalves, descemos a ladeira e atravessamos a linha do trem. Nesse trajeto encontramos com Pedro, um funcionário da Comissão do Centro Histórico que, embora não tenha sido convidado, resolveu acompanhar nossa caminhada.

Durante a descida em direção ao antigo porto, Pedro se aproximou e começou a relatar a situação que encontraríamos no local. Segundo suas descrições, lá veríamos a situação de descaso e abandono do centro histórico, referiu-se aos os casarões antigos, às rachaduras nas paredes e a ocupação ilegal de alguns prédios históricos. Falou também que ali encontraríamos pessoas morando em situações lastimáveis e exercendo atividades degradantes. Segundo sua descrição, o perfil das pessoas que ocupam aquele espaço era vergonhoso devido à presença generalizante de usuários de drogas e prostitutas. Falou também da lamentável situação das crianças que "crescem em volta do lixo".

Todavia, o que encontramos, foi um bairro economicamente pobre e tranquilo, que dispunha de um pequeno comércio local, escola municipal, igrejas (Igreja Batista, Assembleia de Deus e uma Capela Católica que estava passando por reformas), espaços de uso coletivo

como o campinho de futebol, casas em diversos tipos de situação, algumas em ótimo estado de preservação e outras em áreas muito próximas às margens do rio, que sofrem inundações devido à cheia das marés. As ruas principais são, algumas, de paralelepípedo e outras, de terra. Caminhando entre as vielas e pequenas ruazinhas que traçam caminhos entre as vias principais e às margens do rio, presenciamos a preocupação dos moradores em varrer não só suas casas, como também as calçadas e ruas, organizando a limpeza inclusive nos ambientes coletivos, comuns a todos os moradores. Tanto nas ruas quanto nas vielas deparamo-nos com moradores sentados em cadeiras colocadas na rua, conversando em frente às suas casas e um grande número de crianças brincando nos espaços de uso comum.





Imagens 13 e 14: Comércio local no Porto do Capim e Igreja Batista.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Helna Tavares Gonçalves; Emanuel Braga.





Imagens 15 e 16: Campo de futebol na Vila Nassau e habitações na Rua Frei Vital, no Porto do Capim.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Carla Gisele Moraes; Emanuel Braga.



Imagens 17 e 18: Casas na rua de acesso para o trapiche público e vista do trapiche.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autora: Carla Gisele Moraes; Helena Tavares Gonçalves.



Imagens 19 e 20: Equipamento do antigo Porto do Capim e viela na Vila Nassau.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autor: Carla Gisele Mores.




Imagens 21 e 22: Presença de telefone público e habitações na região da Vila Nassau.
Fonte: GT Porto do Capime Vila Nassau, 2012. Autora: Helena Tavares Gonçalves.

Parte da equipe que realizou a vistoria já conhecia o local e não foi surpresa encontrar um lugar aparentemente tranquilo e relativamente limpo. Porém, para aqueles que visitavam a região pela primeira vez, foi importante a desmitificação do estigma da violência e das péssimas condições de habitação.

Nessa visita verificamos também que muitos moradores estão realizando reformas em suas casas, havendo inclusive a construção de uma capela católica numa das vias principais. O que mostra que, ao contrário do argumento colocado por diversos agentes públicos de que é um desejo da maioria dos moradores sair do local, eles estão manifestando suas perspectivas de continuarem habitando a mesma região, construindo e consolidando materialmente espaços para a manutenção de suas práticas religiosas e de sociabilidades cotidianas, assim como melhorias das condições habitacionais.

Embora tenha sido verificada a falta de esgotamento sanitário, fato bastante comum em várias áreas urbanas de João Pessoa, constatamos que os moradores têm acesso a outros serviços públicos como abastecimento de água, iluminação pública, telefone público, escola municipal e coleta de lixo nas vias principais.

A atividade de pequeno comércio local é uma característica marcante. Vimos muitas placas que constatam o fluxo de pequeno comércio (venda de alimentos, refeições, salão de beleza, costureiras, lanchonetes, oficinas de automóveis). Visitamos os dois trapiches, um público, conhecido como “trapiche do Seu Cosminho” e outro particular, onde funciona o bar do Seu Danda.

Por meio de atividades de pesca artesanal, verificamos a relação econômica estabelecida entre moradores e o rio. Encontramos também antigos equipamentos do Porto, os quais não foram danificados pela população.

No dia 28 de março, foi realizada a quarta atividade de vistoria do grupo, da qual também participei. Junto à Capitania dos Portos percorremos de barco os rios Paraíba e Sanhauá. Saímos da Marina de Cabedelo (município vizinho a João Pessoa) e percorremos os rios até a ponte Sanhauá, já na região central da cidade. Durante o percurso verificamos que toda a vegetação das margens do rio está preservada, com exceção de áreas pontuais localizadas no Porto do Capim e Vila Nassau. Diversas ilhas formam o estuário do Rio Paraíba, entre elas está a Ilha da Santa, onde todos os anos do dia 8 de dezembro são realizadas celebrações para Nossa Senhora da Conceição. Os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau se reúnem pela manhã na igreja São Frei Pedro Gonçalves, realizam um café da manhã coletivo na porta da igreja, celebram a missa em homenagem à Santa, depois seguem em procissão com a imagem de Nossa Senhora da Conceição percorrendo o trajeto da igreja até o trapiche público do Porto do Capim. No trapiche, os fiéis seguem em uma procissão de barcos até a Ilha da Santa, onde é realizada uma celebração. Após a celebração coletiva, diversos pedidos e orações individuais são feitos pelos fiéis que costumam acender velas para a Santa e amarrar fitas nas cores azul e branco no Oratório localizado na Ilha. Ao retornarem, as ruas do bairro (que ganham decoração especial nas cores azul e branco) são tomadas pelos moradores que passam o dia comemorando. A imagem da Santa percorre o caminho e volta para a igreja.

A Ilha da Santa possui um Oratório onde há a imagem de Nossa Senhora da Conceição e outros santos. Junto à imagem há muitas marcas de cera derretida de velas queimadas e fitas amarradas nas grades do Oratório. No interior da ilha há uma casa de taipa. No dia da visita técnica encontramos com dois pescadores que nos contaram que ali moravam e que a casa funciona como um ponto de apoio para os pescadores locais.



Imagens 23 e 24: Mata ciliar preservada e Ilha da Santa.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autor: Atila Tolentino.



Imagens 25 e 26: Casa de taipa na Ilha da Santa e o Oratório.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012; Acervo pessoal. Autoras: Carla Gisele Moraes; Helena Tavares Gonçalves.



Imagens 27 e 28: Procissão festa de Nossa Senhora da Conceição. Passagem da linha do trem. Descida da Igreja na Ladeira São frei Pedro Gonçalves em direção ao trapiche no Porto do Capim./ Celebração na Ilha da Santa.

Fonte: Acervo pessoal. Autora: Helena Tavares Gonçalves.

Além das visitas técnicas, a elaboração do documento foi referenciada em legislações patrimoniais e recomendações no tratamento das áreas de entorno de bens tombados. A área de tombamento do centro histórico divide-se em área de proteção rigorosa, onde incidem os aspectos legais no Decreto-Lei 25 de 1937, e área de entorno que funciona como uma "zona de amortecimento de impactos típicos do crescimento das cidades, onde se deverá salvaguardar a ambiência do sítio protegido, sendo que os efeitos do Decreto também incidem na área de entorno" (DOSSIÊ, 2012, p. 22).

A equipe também questiona a exclusão do trecho de ocupação da população ribeirinha da poligonal de tombamento, visto que toda justificativa do processo de tombamento está referenciada no vínculo rio/cidade, sendo as margens do Rio Sanhauá reconhecidas como área de fundação da cidade de João Pessoa.

> A discricionariedade na delimitação do perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa pelo IPHAN da Paraíba, em sintonia com os parâmetros técnicos da Comissão do Centro Histórico, parece refletir uma astúcia política que não vê com bons olhos a presença de uma "comunidade de baixa renda" dentro de um perímetro de proteção patrimonial. Essa postura técnica não condiz com as atuais recomendações internacionais e nacionais voltadas para as políticas de patrimônio, excluindo dos limites do tombamento [área de preservação rigorosa] relevantes setores do sítio histórico, entre eles, o mais importante espaço de fundação da cidade. (DOSSIÊ, 2012, p. 24)

A elaboração do documento também contou com o suporte das recomendações nacionais e internacionais de patrimônio cultural: Carta de Petrópolis (1987), em relação ao tratamento que deve ser dado aos sítios históricos tombados; Declaração de Xi'an(2005), em relação à conservação do entorno edificado em sítios e em áreas do patrimônio cultural.

> [...] o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica. (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005)

Com fins de assegurar a vitalidade dos espaços habitados pela população ribeirinha e por conta da exclusão das margens do rio na área de proteção rigorosa do centro histórico de

João Pessoa, faz também parte da proposta a revisão do tombamento o dispositivo jurídico da Rerratificação da Poligonal de Tombamento Federal. Porém essa proposta não foi encaminhada para apreciação, mesmo se tratando de uma questão relevante para além da discussão do projeto de intervenção. A necessidade de revisão do perímetro tombado foi uma proposta técnica/conceitual formulada pelos servidores que compõem o GT Porto do Capim e Vila Nassau. Todavia, acredita-se que a equipe de chefia da Superintendência do Iphan na Paraíba não considerou a proposição pertinente.

> Trata-se de uma discussão eminentemente conceitual e técnica acerca de um instrumento de preservação e de uma delimitação equivocada, se comparada ao discurso que a sustenta. Esta discussão deveria existir independentemente de existir discussão sobre o projeto do Porto do Capim. (Tatiana Rodrigues em entrevista realizada na sede da Superintendência do IPHAN da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de setembro de 2013)

A proposta procura conciliar os diferentes interesses e olhares sobre as áreas urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, buscando coerência com legislações e recomendações internacionais culturais e ambientais, propondo uma intervenção que abriga os eixos de atuação acumulados historicamente no território: preservação do patrimônio cultural e meio ambiente; melhoria das condições habitacionais das populações ribeirinhas; e estruturação de equipamentos necessários à exploração turística condizente com a diversidade sociocultural atual. Esse potencial turístico pode ser explorado através de metodologias que dialoguem com as referências culturais locais, gerando renda aos moradores ribeirinhos.

> Enquanto cultura e patrimônio forem pensados como elementos isolados de uma conjuntura política maior que os remeta ao protagonismo do habitante da cidade, do cidadão, não haverá mais cidades belas e agradáveis. Ora, aqueles que vivenciam os lugares é que devem dizer o que gostam neles e como gostariam que eles fossem! Não se pode exigir de um morador que nunca teve acesso a um espaço de lazer de qualidade, a um tratamento de esgoto, a um transporte público de qualidade, a uma saúde de qualidade, enfim, a um bem estar dentro de seu próprio bairro, não se pode exigir que ele construa amor àquele lugar. O que dirá exigir que preserve aquele bairro! Ao mesmo tempo, contraditoriamente, esse mesmo morador é “culpado” e “perdoado” por todo o seu silêncio, por ter aceitado tudo o que o planejamento urbano e tecnicista lhe impôs de cima pra baixo. Os mesmos cuidados e preocupações que, normalmente, temos com nossas propriedades privadas deveríamos também ter com nossos espaços públicos. O bairro e a cidade também são nossos lares. Se não há mais interesses coletivos, como garante o apocalipse pós-moderno, que pelo menos os interesses individuais de viver e conviver da melhor maneira possível possam um dia alavancar políticas nascidas na relação cotidiana dos cidadãos com os lugares. (DOSSIÊ, 2012, p. 28)

Normalmente os bairros ocupados por populações de baixa renda, são estigmatizados pela presença da violência, do comércio ilegal de drogas e condições insalubres. Descrições de senso comum e predeterminadas procuram descrever esses espaços a partir da "noção da ausência", através de uma apreensão paisagística do território. Assim, tais espaços são representados de maneira homogênea, pelo o que eles não têm ou pelo o que não são. Seriam lugares sem ordem, sem lei, sem regras, sem moral e sem infraestrutura. As regiões do Porto do Capim e da Vila Nassau também parecem ser definidas através de representações estereotipadas sobre "espaços favelados" ou bairros de populações pobres.

Através das visitas técnicas pudemos recolher material suficiente para retratar os lugares a partir do que eles possuem, a partir do que existe e pode ser visto. Pudemos constatar a diversidade e pluralidade de formas de apropriação de uso dos espaços, verificamos que as áreas do Porto do Capim e Vila Nassau, a partir da visão de nosso grupo, são sim bairros economicamente pobres. No entanto, têm acesso a serviços públicos como escola municipal, água encanada, iluminação pública e coleta de lixo nas vias principais. Apresenta diversidade nas condições habitacionais, diversidade no exercício das atividades econômicas e de trabalho, diversidade no processo de ocupação do espaço pelos moradores antigos e recentes. São diversos também os desejos dos moradores em permanecer ou não no lugar.

Através do desenvolvimento da proposta de requalificação foram rebatidos os argumentos que afirmavam a impossibilidade de tratamento de esgoto, dos altos índices de violência e de que a maioria dos moradores querem sair e que só habitam aquela região naquelas condições porque foram jogados ali.

Dessa maneira, a equipe do GT Porto do Capim e Vila Nassau direcionou esforços para descrever e mostrar o que existe nessas áreas urbanas, o que acontece no dia a dia, as relações estabelecidas, as diversidades socioespaciais. Num esforço de entender e retratar o território enquanto espaço múltiplo e dinâmico; considerando que o processo de consolidação de bairros de "comunidades de baixa renda" também faz parte do processo de construção histórica das cidades; e que, portanto, não é condizente negá-los diante de um contexto de preservação de patrimônios culturais. Além disso, o Dossiê trabalha com os parâmetros legais ambientais e culturais que incidem sobre aquela área, coisa que o Projeto de Revitalização do Porto do Capim ignora.

Até aqui vimos como se deu o processo de elaboração conceitual da Proposta de Requalificação das Áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, desde as visitas técnicas até o aporte teórico-conceitual e legislativo em que se baseia a proposta. A seguir veremos como a proposta foi recebida pela equipe do Iphan/PB, na reunião que ocorreu no dia de 5 março de 2012.

2.3.2. A Exposição do projeto técnico

A exposição da proposta foi realizada pelo técnico André Soares, através de apresentação multimídia. Novamente estava presente toda e equipe técnica e de chefia do Iphan/PB. A apresentação foi estruturada através da conexão entre proposta conceitual e o projeto técnico buscando sintonia com modelos contemporâneos de políticas de patrimônio, através de embasamentos legislativos e recomendações nacionais e internacionais patrimoniais e ambientais; portarias nacionais para a preservação de áreas de entorno em centros históricos; diagnósticos temáticos e estratégias de ação.

> A fim de estabelecer parâmetros para a intervenção nas áreas urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, o Grupo de trabalho definiu uma premissa fundamental assaz óbvia: a cidade é resultado de estratificações e acumulações históricas urbanas. A forma da cidade revela os diversos tempos de constituição da cidade. Desta forma, entendemos que qualquer proposta de intervenção para a cidade deve considerar seus estratos sucessivos, sua história, compreendendo que não são válidas as formas de atuação que destroem o presente em nome de um "passado idealizado" ou de um "futuro sonhado" e não mais condizente com a realidade prática e cotidiana do local [...]. Ao se propor a permanência do casario e do arruamento consolidado pela população presente no Porto do Capim e na Vila Nassau e por governos anteriores que instalaram escola, água encanada e energia elétrica nessas áreas, não se objetiva "legitimar a existência de favelas" ou "consolidar um estado precário de moradias" e sim conferir mais cidadania e dignidade urbana a um trecho do Varadouro que abriga uma das poucas áreas habitadas no centro histórico de João Pessoa. A proposta do Grupo de Trabalho recomenda que os diversos parceiros do PAC das Cidades Históricas, PAC Sanhauá, bem como outros programas de planejamento urbano e habitacional dos três níveis governamentais passem a fazer melhorias na pavimentação, nos passeios públicos e nas moradias existentes, bem como sejam implantadas duas estações elevatórias para esgotamento sanitário do Porto do Capim e Vila Nassau. (DOSSIÊ, 2012, p. 61)

André iniciou a apresentação citando a Carta de Petrópolis (1987). Dentre o conteúdo apresentado, destaca-se o entendimento dos espaços urbanos na sua dimensão dinâmica de transformação, sempre enquanto "testemunhos ambientais em formação". Demonstrou que a

equipe entende que a cidade é socialmente fabricada, heterogênea e plural, por esse motivo, a preservação não deve privilegiar exclusividades de uso, "devendo abrigar necessariamente os universos do trabalho e do cotidiano", sendo a moradia a "função primordial do espaço edificado". Neste sentido, especial atenção deve ser dada à permanência de populações residentes e de atividades tradicionais nos Sítios Históricos Urbanos. Depois explicou que a proposta de Requalificação foi elaborada baseada nos mesmos pressupostos do "Projeto de Revitalização do Porto do Capim" (elaborado pela Comissão do Centro Histórico), a saber: acessibilidade, redução da criminalidade, recuperação ambiental, melhoria das habitações e infraestrutura urbana, implantação de estruturas de turismo, lazer e eventos e recuperação dos conjuntos urbanos significativos. Porém, as alternativas propostas pela equipe do GT Porto do Capim e Vila Nassau diferem significativamente daquelas propostas pela Comissão do Centro Histórico. Principalmente sobre a construção da arena de eventos, prevista no Projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico.

A primeira preocupação da equipe foi de verificar a plausibilidade técnica da implantação de rede de tratamento de esgoto na área, visto que a mais forte justificativa técnica para a realocação da população, por parte dos autores da Proposta de Revitalização elaborada pela Comissão do Centro Histórico, seria a impossibilidade de instalação de esgotamento sanitário naquele local. Foram convidados pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau, especialistas na área de Recursos Hídricos da Universidade Federal da Paraíba para esclarecer essas questões. Logo na primeira conversa foi constatado que "a implantação de sistema de esgotamento sanitário no local é perfeitamente possível e plausível, não havendo nenhum equipamento de maior complexidade envolvido" (DOSSIÊ, 2012: 48). Através de visitas técnicas foi produzido por especialistas da área de Recursos Hídricos, da Universidade Federal da Paraíba, um Relatório Técnico intitulado "Viabilidade técnica de implantação de sistema de esgotamento sanitário nas comunidades do Porto do Capim e Vila Nassau em João Pessoa".

> [...] A visita ocorreu mediante convite de técnicos do IPHAN e teve como objetivo verificar a viabilidade técnica da implantação de um sistema de esgotamento sanitário para atender às referidas comunidades.
> Trata-se de uma área mista no que diz respeito ao modo de ocupação e instalações das habitações, ocorrendo em alguns trechos arruamento calçado com largura variando de 8m a 3m, e noutros trechos a instalação foi desordenada, com becos e vielas estreitos, sinuosos e sem calçamento, nas proximidades do manguezal.
>
> Mediante consulta à base de dados topográficos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com curvas de nível de 1m/1m, sugere-se a possibilidade de implantar um

> sistema de esgotamento sanitário, com tubulações e duas estações elevatórias de esgotos [...]. (ATHAYDE JÚNIOR & MELO, 2012)

A proposta consiste em remanejar apenas a população residente nos trechos de "áreas de risco", muito precariamente avançadas na direção do rio. Essas pessoas seriam realocadas em moradias próximas às residências originais, na própria região do Porto do Capim. Propõem-se também a construção de novos espaços de convivência social, sempre levando em consideração as formas de apropriação dos espaços pelos moradores ribeirinhos, otimizando e requalificando os usos já presentes no local, evidenciando a função habitacional com a melhoria de condições dignas de habitabilidade, de desenvolvimento econômico e social das populações residentes, sempre assegurando a participação da sociedade e especialmente dos moradores. Como foi colocado anteriormente, na tentativa de buscar alternativas, readequar algumas concepções do projeto elaborado pela Comissão do Centro Histórico, a equipe do GT Porto do Capim e Vila Nassau optou por desenvolver a Proposta de Requalificação a partir dos pressupostos nos quais foi elaborado o Projeto de Revitalização. Tomamos então como pressuposto entender o centro históricoa partir de seu "potencial cultural e turístico, centro de oportunidades e referência em qualidade de vida". Para tanto as intervenções buscam os seguintes objetivos devidamente ajustados a partir do *Projeto de Revitalização*:

> Melhoria da acessibilidade e transportes.
>
> Redução da criminalidade no Centro Histórico através da permanência da população do Porto do Capim e da Vila Nassau na área de entorno do perímetro tombado.
>
> Recuperação ambiental do rio Sanhauá através de intervenções que ofereçam proteção e recuperação da mata ciliar presente nas margens do rio.
>
> Melhoria das habitações já consolidadas em várias ruas do Porto do Capim e da Vila Nassau utilizando recursos provenientes de Programas do Governo Federal.
>
> Melhoria da infraestrutura urbana, com soluções para implantação de saneamento básico em espaços adequados nas ruas mais estruturadas do Porto do Capim e da Vila Nassau.
>
> Implantação de estruturas para pequenos eventos e recepção de pequenas embarcações, aproveitando espaços já degradados pela população do Porto do Capim e da Vila Nassau.

> Recuperação de conjuntos urbanos significativos, como o da Rua da Areia e da Rua João Suassuna. (DOSSIÊ, 2012).

No que se refere aos espaços de convivência social, localidades para realização de shows, eventos e instalação de equipamentos turísticos, são propostas a construção/requalificação de dois trapiches para saída e recepção de embarcações de pesca artesanal e turismo náutico local e passarelas para passeios e contemplação do rio, sendo um dos trapiches localizado no mesmo local onde se encontra atualmente o "trapiche de seu Cosminho"; o segundo seria construído em espaço já bastante degradado, na área onde os moradores atuais seriam realocados, devido às condições sanitárias e ambientais. As alternativas pensadas para os equipamentos de turismo e lazer seriam a construção de três pequenas praças, uma na região do trapiche público, contando com passarelas para trilha ecológica, a segunda na rua Porto do Capim, no lugar onde se encontram as moradias degradadas; a terceira área seria uma praça esportiva contando com a estrutura de um centro cultural comunitário, estruturas que serão construídas em área onde já existe um campo de futebol de terra apropriado atualmente pelos moradores.

Durante a exposição da proposta foi frequente a preocupação em reintegrar a estratégia de considerar e aproveitar os usos dos espaços já apropriados pela população local, propondo requalificar os espaços oferecendo os equipamentos pertinentes para otimização dos usos.

Quanto à situação irregular das moradias, construídas em terras da União, o projeto sugeriu a utilização de uma ferramenta legislativa capaz de regularizar terrenos como os do Porto do Capim e Vila Nassau. Instruída pelo Estatuto das Cidades, a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), têm a finalidade de regularizar a situação fundiária de porções do território destinadas à recuperação urbanística, e Construção de Habitações de Interesse Social.

> Estes programas têm como legislação norteadora o Estatuto das Cidades (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. O art. 2º da lei diz que [...] a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
>
> XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
>
> XIII - audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos

> potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
>
> XIV - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais. (Estatuto da Cidade, 2001)

Dessa maneira a Proposta de Requalificação tentou contemplar os objetivos propostos originalmente pela equipe da Comissão do Centro Histórico. Porém, com a premissa de cumprir as legislações ambiental e cultural que incidem sobre a área, procurou qualificar o uso atual, mantendo os moradores no mesmo local, proporcionando a infraestrutura necessária para a configuração de condições dignas de habitabilidade, demonstrando que é tecnicamente viável a instalação de rede de esgotamento sanitário e legalmente possível a regularização fundiária em terras da União. A seguir veremos as plantas baixas e perspectivas referentes ao projeto técnicos, que foram apresentadas durante a reunião.

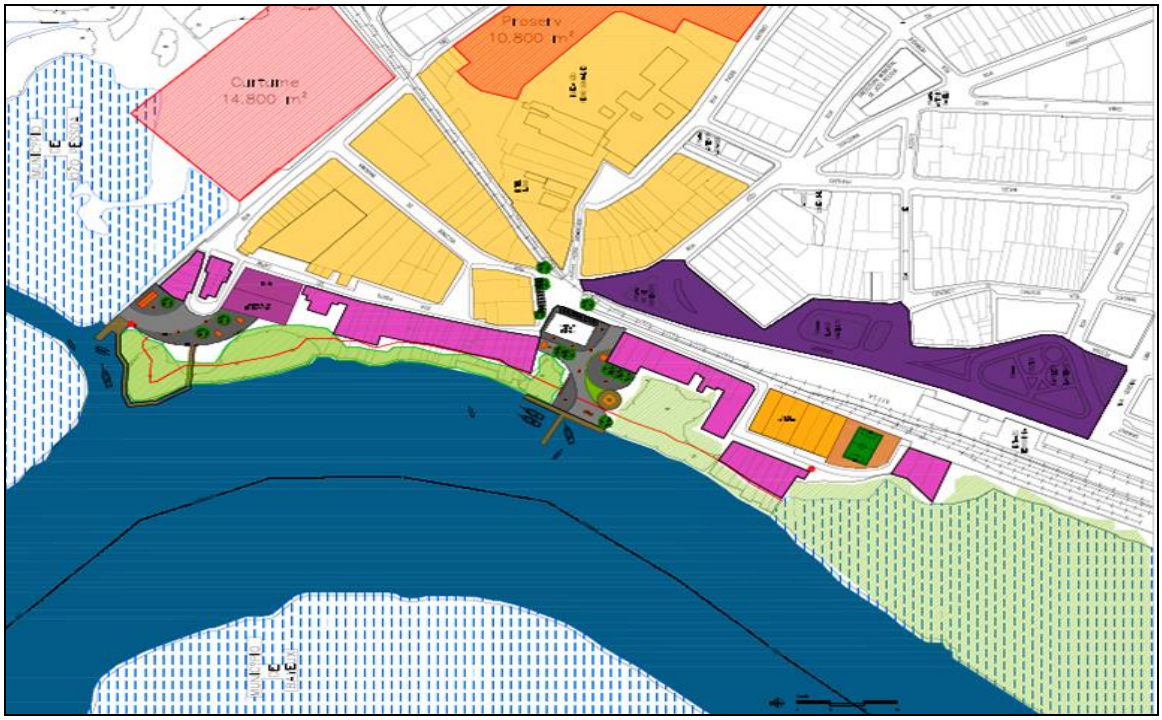


Imagem 29: Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Vila Nassau. Observe-se, em vermelho, a linha demarcatória da área que deve ser preservada às margens do rio (15 m).

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagem 30: Praça 1**:** proposta de requalificação, espaço de convivência destinado para pesca artesanal, turismo náutico e ecológico. Praça situada nas imediações do trapiche público, de piso permeável, com presença de passarelas para trilha ecológica, entreposto de pesca, oficina de carpintaria naval, quiosques para uso dos comerciantes da população local e mobiliário urbano adequado.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagem 31: Praça 2**:** proposta de requalificação, espaço de convivência destinado ao turismo cultural, náutico e paisagístico e para a realização de pequenos eventos culturais da cidade de João Pessoa. Abrigará Centro de apoio turístico, quiosques de comerciantes para uso da população local, mobiliário urbano, mirante e passarela em madeira.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagem 32: Espaços de convivência, proposta de requalificação - espaço de convivência destinado às práticas coletivas organizadas pela população local da Vila Nassau e do Porto do Capim. Praça esportiva da Vila Nassau com a presença do Centro Cultural Comunitário.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagem 33: Perspectiva geral da Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Vila Nassau e sua inserção no Centro Histórico de João Pessoa.

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.

Após a exposição, o superintendente substituto do Iphan/PB colocou o problema de consolidar situações de ocupação irregular de habitações precárias em área pública, permitindo o assédio da especulação imobiliária no local, um processo que, segundo sua opinião, fatalmente será desencadeado após os investimentos públicos de melhoria de infraestrutura. Tornou a afirmar que os moradores ribeirinhos ali residem porque aquele foi o lugar da cidade que sobrou para eles. Colocou que em vez de se manter as habitações, era necessário discutir a construção de espaços dignos de moradia, argumentando que a presença da comunidade privatiza um espaço público. Concluiu dizendo que aquele espaço sempre foi uma praça de mercado e que a área tem vocação para porto.

A segunda fala foi de Flávio, que na época ocupava o cargo de Chefe da Divisão Técnica. Em sua fala colocou que existe uma preocupação com o conceito do projeto na atualidade, falou que "nega" a proposta da Comissão do Centro Histórico, pois tal proposta "nega" o patrimônio cultural local, que o entendimento atual da construção permanente da história justifica a manutenção das casas e das ruas conformadas naquele espaço. Concorda que a qualificação do espaço pode gerar especulação imobiliária, mas isso não impede a permanência das moradias. Também ressaltou o fato de que é necessário um trabalho para o levantamento do patrimônio arqueológico.

Logo depois, o técnico em educação patrimonial, Gustavo Santos, que até então não havia se posicionado entre as propostas, tomou a palavra e disse que achou a proposta elaborada pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau era mais humana e que a proposta da Comissão do Centro Histórico desrespeita as referências culturais a população e aplica uma antiga política de limpeza social. A partir da desmitificação sobre a impossibilidade da instalação de rede sanitária, ele indagou a seguinte questão, em relação às habitações: o que é dignidade? Em sua fala foi retomado o trabalho desenvolvido pelo projeto Memórias Ribeirinhas, dizendo o que através do trabalho foi possível ter acesso ao olhar dos moradores por eles mesmos. Para ilustrar o que estava querendo dizer, falou sobre a experiência das oficinas de fotografias e do número de fotografias retratando os quintais das casas. Terminou sua fala com as seguintes perguntas: "onde eles vão criar suas galinhas?" e "por que a comunidade não é a vocação da área?"

Carolina, arquiteta da Superintendência, tomou a palavra e chamou atenção para o trabalho desenvolvido pela Comissão do Centro Histórico desde a década de 1990. Falou sobre a situação do abandono do centro histórico antes dos trabalhos da Comissão, que a realidade das praças foi completamente transformada. Concorda que a proposta inicial é árida,

mas questiona que não existem estudos socioeconômicos, falta conhecimento sobre a comunidadee que era necessário o GT Porto do Capim apresentar dados estatísticos.

Nesse momento ficou explícito que a equipe da Divisão Técnica estava se dividindo em dois grupos, onde a questão central da discussão era a permanência ou não das habitações locais, assim como a remoção das habitações para a construção da arena de eventos. Essa divisão já vinha se delimitando há algum tempo, porém foi nesse evento em que ficou clara a posição de dois grupos; a única pessoa que não tomou partido ou defendeu um ponto de vista foi o Flavio Martins, que, posteriormente, atuaria como superintendente do Iphan/PB no período de outubro de 2013 a março de 2014. Numa tentativa de se chegar a um "meio termo", Joana, técnica de arqueologia, pediu a palavra e colocou que era necessário entender a proposta de Requalificação enquanto uma reformulação do projeto original elaborado pela Comissão do Centro Histórico e não como uma contraproposta, pois só assim seria possível chegar a um acordo, um consenso entre os projetos. Em resposta a essa colocação, Tatiana, uma das elaboradoras da proposta de requalificação, falou que o cerne da questão é a comunidade e que, nesse aspecto, a nova proposta é uma ruptura, uma contraproposta.

Os técnicos não conseguiram chegar a um consenso; portanto, a decisão sobre qual seria o posicionamento institucional a ser adotado pelo Iphan em relação às medidas de intervenção sobre a área de entorno do Centro Histórico de João Pessoa ficou para julgamento da Chefia da Divisão Técnica.

Fato é que, passaram-se dois anos e a Chefia da Divisão Técnica, até a presente data, não retornou nenhuma resposta oficial aos elaboradores da Proposta de Requalificação. Porém, todas as vezes em que ocorreram reuniões junto a instituições municipais e estaduais acerca das obras e intervenções previstas na região do centro histórico de João Pessoa, os técnicos do Iphan/PB convocados pela chefia para a participação eram aqueles que defendiam a proposta de Revitalização do Porto do Capim elaborada pela Comissão do Centro Histórico. O que na prática pode significar uma resposta à posição escolhida pela chefia a favor do projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico. Pelo menos é o que demonstra através da omissão acerca do assunto. Ademais, os técnicos que compõem a equipe do GT Porto do Capim e Vila Nassau não foram autorizados a divulgar publicamente a proposta por eles elaborada. Nem de forma institucional, nem enquanto um documento de autoria individual, sob a justificativa de o processo estar instruído por uma Portaria do Iphan.

> Em 15 dias tivemos que escrever o texto [...]. A gente pegou justamente coisas que nós já tínhamos escritas e começamos a lapidar isso e pesquisar legislação de meio ambiente, plano diretor de João Pessoa, o próprio projeto... a gente se debruçou

> muito sobre o projeto de revitalização até para falar sobre ele e contestá-lo, precisava saber que projeto era esse. E aí foi que a gente conseguiu realmente formatar esse Dossiê. Que eu acho que foi assim, um dos documentos mais importantes que a gente já produziu aqui na **S**uperintendência da Paraíba, né [...]. A questão da gente pedir uma resposta da divisão técnica, se não me engano foi em março de 2012, e nós estamos agora em setembro de 2013 e até hoje a gente não tem uma resposta sobre o posicionamento da superintendência acerca daquele Dossiê, né. E eu acho que isso é muito negativo. Você vê que embora tenha tido uma reunião daquele tipo e que aquilo depois não tenha tido reverberação nenhuma! Como é que esquece um tema de tamanha relevância, que tá batendo às portas, agora realmente com o PAC II, né? Com o PAC Cidades Históricas, com recurso destinado a esse projeto, ainda assim a direção continua se recusando a discutir esse projeto... Então eu acho que é uma dificuldade muito grande de aceitar essa posição, ou mesmo que não aceite, [uma dificuldade] de se colocar acerca dessa posição, se posicionar! (Tatiana Rodrigues, em entrevista realizada na sede da Superintendência do IPHAN da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de setembro de 2013)[37]

Embora a Chefia da Divisão Técnica não tenha dado uma resposta oficial sobre a problemática do Porto do Capim diante do conflito instalado na equipe técnica e também não tenha apresentado nenhuma observação referente à "Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau" (levantando a suspeita de nem ao menos ter lido o Dossiê elaborado), no dia 22 de agosto de 2013, parte da equipe do Iphan/PB foi surpreendida quando foi divulgado nacionalmente o resultado dos projetos aprovados para financiamento através do Programa Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), sendo a maior parte dos recursos destinada a obras a serem realizadas no Porto do Capim e Vila Nassau, entre elas a construção da arena de eventos e a requalificação das vias de acesso à região ribeirinha[38].

2.4. PAC Cidades Históricas

O Programa Cidades Históricas, em sua primeira versão, foi desenvolvido entre os anos de 1973 a 1983, buscando aliar a promoção e preservação do patrimônio edificado às políticas de desenvolvimento econômico regional, com ênfase no turismo. O programa foi retomado em 1999 com o Programa Monumenta, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

[37] Tatiana é arquiteta e doutoranda em Sociologia, servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lotada na Superintendência da Paraíba. Ocupa a função de técnica em arquitetura e urbanismo.

[38] Informações disponíveis no Diário Oficial da União, no *website* da Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=22/08/2013&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=140>. Acesso em 30 out. 2013.

O PAC Cidades Históricas foi elaborado no sentindo de aliar as experiências dos programas anteriores a uma política transversal envolvendo Ministério da Cultura, Ministério das Cidades, Ministério da Educação e Ministério do Turismo, agências financiadoras como BNDES e Caixa Econômica Federal[39], primando pela participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos planos de ação.

> Para reverter o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico do patrimônio urbano para a geração de renda, de novos empregos, de agregação social e de afirmação de identidades, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, e com o objetivo de contribuir para o ordenamento e o planejamento do crescimento urbano, o PAC cidades históricas, além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabilizar ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural. E assim, intervir nos processos de esvaziamento populacional e funcional dos centros históricos, contribuindo para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e de infraestrutura urbana instalada. (IPHAN, 2009, p. 6)

Nesse mesmo documento, no item "objetivos e estratégias de ação" encontramos:

> Inclusão das cidades históricas e seu entorno nas ações da agenda social do Governo Federal, viabilizando as condições necessárias de infraestrutura urbana e social. Garantir ações de saneamento ambiental, melhoria do transporte e mobilidade urbana, habitação de interesse social e regularização fundiária, segurança cidadã, territórios da cidadania. (IPHAN, 2009, p.22)

Assim, podemos constatar que o Projeto de Requalificação, contrapondo-se à arena de eventos e propondo qualificar os espaços com a infraestrutura necessária, está bem mais condizente com as diretrizes do PAC Cidades Históricas do que o projeto formulado pela Comissão do Centro Histórico na década de 1990.

Foi divulgado no dia 22 de agosto de 2013 a lista das cidades e obras contempladas pelo PAC 2 Cidades Históricas, devendo as ações serem desenvolvidas num prazo máximo de três anos. Dentre os projetos aprovados, em João Pessoa pelo Programa estão[40]:

- Revitalização do Antigo Porto do Capim – Restauração da antiga Superintendência da Alfândega – Centro de Cultura Popular. Investimento de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

---

[39]MINC -IPHAN. *Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.* Brasil, 2009.

[40]Notícia do Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/dilma-garante-a-luciano-cartaxo-r-50-milhoes-para-revitalizacao-do-centro-historico/>. Acesso em 31 out. 2013.

- Revitalização do Antigo Porto do Capim – Restauração da Antiga Fábrica de Gelo – Centro de Apoio a Eventos e Visitantes. Investimento de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais);

-Revitalização do Antigo Porto do Capim – Requalificação do Antigo Cais do Porto – Arena de Eventos e Cultura. Investimento de R$ 16.185.000,00 (dezesseis milhões e cento e oitenta e cinco mil reais);

- Revitalização do Antigo Porto do Capim – Requalificação das vias de Acesso à Arena de Eventos e Cultura. Investimento de R$ 4.740.000,00 (quatro milhões e setecentos e quarenta mil reais);

- Revitalização do Antigo Porto do Capim – Implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá. Investimento de R$ 15.120.000,00 (quinze milhões e cento e vinte mil reais).

Dentre as obras contempladas estão todas as propostas elaboradas pela Comissão do Centro Histórico, que juntas formam o Projeto de Revitalização do Porto do Capim. No total, serão investidos no projeto, recursos do PAC 2 da ordem de R$37.870.000,00 (trinta e sete milhões e oitocentos e setenta mil reais). O que traduz claramente qual foi a posição escolhida pela Chefia da Divisão Técnica do Iphan/PB, mesmo que essa posição não tenha sido divulgada internamente na instituição ou verbalizada pelo Superintendente.

Embora o Gabinete da Superintendência do Iphan/PB insista em afirmar para a equipe técnica que ainda não foi definida uma proposta conceitual para o caso do Porto do Capim e da Vila Nassau, os desenhos e perspectivas enviados para Brasília no momento da candidatura de projetos a serem beneficiados com recursos do PAC 2, foram justamente aqueles elaborados pela Comissão do Centro Histórico. No dia 17 de setembro de 2013, o Coordenador Nacional do PAC Cidades Históricas esteve na Superintendência do IPHAN na Paraíba para discutir sobre os projetos aprovados. Nessa ocasião técnicos do GT Porto do Capim e Vila Nassau acompanharam, junto ao Chefe da Divisão Técnica e o Superintendente do Iphan/PB, a visita aos monumentos selecionados com recursos do PAC.

Durante as visitas realizadas nas áreas do Porto do Capim e Vila Nassau, os integrantes do GT aproveitaram para informar ao visitante sobre o conflito e as diferentes posições da equipe técnica em relação às ações de intervenção previstas para a área. Já no gabinete do Superintendente o grupo mostrou a Proposta de Requalificação que havia elaborado. O Coordenador do PAC sinalizou que era preciso que a equipe técnica como um todo estivesse de acordo com o tipo de intervenção que será realizada e que era necessário buscar um “meio termo” entre os dois projetos. Um dos autores da proposta de Requalificação

argumentou que essa proposta foi elaborada justamente no sentido de se chegar a um "meio termo". E que se as obras tiverem como referência o projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico, o grupo iria acionar o Ministério Público Federal, pois o projeto não condiz com as legislações ambientais e patrimoniais. A reunião acabou e não foram tomadas decisões.

No dia 10 de outubro de 2013 aconteceu na casa do Erário (prédio do Iphan/PB), reunião entre Prefeitura Municipal de João Pessoa, Iphan e Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Estavam presentes, por parte da prefeitura, o assessor do prefeito, duas agentes da Semhab e o diretor da Copac/JP. A SPU estava representada pela Secretária geral do Patrimônio da União. Da equipe técnica do Iphan estavam presentes três técnicas em arquitetura, um técnico em arqueologia, um em ciências sociais, um consultor da Unesco, o Chefe da Divisão Técnica e o Superintendente.

A reunião foi iniciada com a fala do Superintendente do Iphan/PB propondo a ampliação de um grupo de trabalho para discutir as questões das intervenções previstas no Porto do Capim. Em seguida André (técnico em Ciências Sociais) tomou a palavra, disse que iria apresentar uma proposta de intervenção para as áreas do Porto do Capim e Vila Nassau que havia sido elaborada por técnicos do Iphan, que buscava a readequação de algumas diretrizes do Projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico. Argumentou que os moradores ribeirinhos vivem no local desde a década de 1940 e que os primeiros moradores solicitaram à Capitania dos Portos a permissão para ocupar a área.

Disse também que quando o projeto da Comissão do Centro Histórico foi elaborado, o centro histórico de João Pessoa possuía apenas o tombamento de nível estadual, que em 2007 ocorreu o tombamento federal e que nesse processo a região do Antigo Porto do Capim ficou na área de entorno do sítio tombado. André dá ênfase na importância em travar diálogos entre os agentes institucionais, pois existem diversos órgãos públicos "pensando o centro histórico" e que nesse perímetro várias legislações se sobrepõem. Ressaltou o fato de que o Projeto de Revitalização não está de acordo com as diretrizes nacionais e internacionais patrimoniais assim como com as legislações patrimoniais e ambientais. À medida em que foi apresentando a proposta de Requalificação elaborada pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau, apontou que existe diferença nas condições das habitações e que não são todos os moradores que estão em "situação de risco", mostrou que é possível a instalação de esgotamento sanitário naquelas áreas urbanas. Terminou sua apresentação dizendo que a maior parte do recurso do PAC

(cerca de 80% do recurso total), será investida na região do Porto do Capim e que a proposta de Requalificação por ele apresentada traduz uma noção contemporânea de política pública.

Em seguida, a representante da SPU ressalta que, pelo fato de a área pertencer à União, existem alguns condicionantes de utilização do espaço. Informou ao grupo que existe uma lei federal de provisão habitacional[41]. Explicou que, se for necessária a remoção dos moradores, é dever da União realocá-los em outro terreno da União que possua o mesmo tamanho. Ela propõe avaliar a variável da dominialidade para tornar possível a regularização fundiária e que é função da prefeitura conciliar os arcabouços concorrentes. Ressaltou que as famílias precisam receber um tratamento diferenciado e propôs realizar audiências públicas na comunidade para ouvir o que os moradores pensam, pois eles devem ser considerados enquanto agentes sociais envolvidos no processo.

Porém a lei de regularização fundiária indeniza o terreno, mas não as benfeitorias. Ou seja, o morador terá que construir uma nova casa com recursos próprios. Essa situação seria um agravante para os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau mesmo quando o projeto da Comissão do Centro Histórico, que prevê a construção das habitações populares (embora não exista uma área definida para a realocação das pessoas, além do fato de que o número de habitações previstas para a construção não comporta o número atual de moradores que serão removidos).

O representante do prefeito de João Pessoa, diretor da Copac/JP, diz que o projeto da Comissão do Centro Histórico foi apresentado à Presidente da República. Colocou que a cidade espera há mais de vinte anos a realização desse projeto e que os cidadãos não podem mais esperar. Argumentou que João Pessoa precisa de uma área grande destinada a eventos no centro histórico, utilizou como modelo de comparação do Marco Zero em Recife e o Pelourinho em Salvador. Nesse momento o consultor da Unesco, lotado no Iphan/PB, interveio e fez uma crítica aos processos de intervenção que ocorreram tanto em Salvador quanto em Recife, dizendo que não foram modelos bem sucedidos e que não é admissível cometer o mesmo erro em João Pessoa. Em defesa da proposta de Requalificação ele argumentou que esta é uma proposta que apresenta uma visão contemporânea de gestão do patrimônio e, por fim, ressaltou a obrigação do Estado em cumprir sua função social perante a comunidade.

[41] Lei nº. 11.481, de 31 de maio de 2007. Prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social de imóveis da União.

No fim da reunião um dos arquitetos do Iphan propôs a criação de um grupo de trabalho constituído por agentes da Defesa Civil, Semhab/PMJP, Semam/PMJP, SPU, Iphan e Copac/JP. Ficou acordado que a prefeitura iria oficializar a criação desse grupo de trabalho.

Novamente se fez a opção pela criação de um novo grupo de trabalho, com o mesmo propósito para o qual foi criado o GT Porto do Capim e Vila Nassau, a saber, estudar o projeto elaborado pela Comissão do Centro Histórico e propor algumas adequações que estivessem de acordo com as diretrizes, recomendações e legislações ambientais e de patrimônio cultural contemporâneas. Todavia, se a "Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau" foi elaborada tendo como objetivo encontrar um "meio termo" entre as diferentes concepções sobre o que se julga adequado enquanto proposta de intervenção na região de um centro histórico, por que criar um novo grupo de trabalho em busca de um "novo meio termo"? Em vez de se discutir os projetos que já estão elaborados e partir para instâncias de decisão, a intenção parece ser a busca de um modelo cada vez mais próximo da proposta inicial, elaborada na década de 1990. Todavia, até a data de escrita desse texto, o novo grupo de trabalho não foi oficializado e não se reuniu uma única vez.

Diante de tal conjuntura, o que parece acontecer é que a busca pelo consenso ou pela negociação dos diferentes pontos de vista, aproxima-se cada vez mais de uma imposição sobre "o que se deve ser". Sob a justificativa do "resgate do uso original" e sob a ideia de que a área possui "vocação para ser porto" pretende-se a construção de uma arena de eventos e consequentemente a remoção da população ribeirinha, uma proposta que concreta as margens do Rio Sanhauá e cria um ambiente árido, estranho não só à população ribeirinha, mas que também será estranho aos moradores da cidade, que provavelmente não deixarão de frequentar os ambientes de costume para passear nas margens de um rio concretado.

Mesmo se admitirmos que a área possui "vocação" para porto, existiria um porto no passado sem uma população trabalhadora que lhe permitisse funcionar? Excluir a população trabalhadora do passado não seria uma estratégia para suprimir essa população trabalhadora do presente? Afinal, "quem faz" ou "quem fez" a história do Antigo Porto do Capim? Afirmar a antiga região portuária como atual região de moradia de trabalhadores é reiterar que essas pessoas sempre estiveram ali. Para se valorizar a história do Antigo Porto, é necessário a aplicação de um projeto agressivo do ponto de vista ambiental e excludente do ponto de vista social? A presença dos moradores necessariamente impede a exploração de atividades turísticas e de lazer tão desejadas pelo poder público?

2.5. Estratégias distintas em busca de objetivos semelhantes.

A partir das situações sociais relatadas é possível localizar o esforço por parte da equipe do GT Porto do Capim e Vila Nassau em criar espaços para divulgação da Proposta de Requalificação, assim como em buscar instâncias de negociação referentes à readequação do Projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico. Porém, a maioria dos sujeitos que vivenciaram experiências por meio do Convênio entre Brasil e Espanha hoje ocupam cargos públicos em diversas instituições governamentais, como, por exemplo, nos órgãos de preservação de patrimônios culturais nos três níveis de governo. Esses sujeitos apostam na proposta que foi elaborada na década de 1990, que traz princípios guiados através do eixo "patrimônio e desenvolvimento", baseado no tripé patrimônio/turismo/lazer. Segundo os sujeitos que fizeram parte da Comissão do Centro Histórico e que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa através de seus depoimentos e entrevistas, a noção de desenvolvimento vislumbrada pelo Convênio Brasil/Espanha parece ser a seguinte: Através da exploração dos potenciais turísticos relacionados ao lazer e entretenimento, aliados a um componente histórico devido à presença de patrimônios culturais consagrados, é possível traçar um caminho para o desenvolvimento e prosperidade econômica local, onde o poder público seria responsável pelas melhorias de infraestrutura, para que a iniciativa privada possa se instalar, se desenvolver a criar uma certa dinamicidade para o local. Por sua vez, o progresso econômico desencadearia a melhoria dos aspectos sociais.

> A verdadeira revitalização é quando você deixa que a coisa volte a acontecer de forma que tenha razão de acontecer, de forma que as pessoas comecem a circular. Mas só começa a circular se começar a ter alguns atrativos. Não só o barzinho, mas também o barzinho. Eu acho que é esse *mix*, juntar a qualidade de serviço ofertado, políticas públicas que façam com que as pessoas venham com segurança para cá, que você traga um fluxo, um transporte de qualidade, policiamento, iluminação, isso são coisas que vão fazer com que a cidade volte. E pra isso é preciso estrutura, planejamento. O poder público só, não vai resolver a situação. Eu acho que a iniciativa privada e importantíssima quando bem orientada, quando bem dirigida dentro de regras claras, entende? Dentro de marcos legais, não é? Se instalando, tomando conta do pedaço, porque a gente sabe, o que ele quer é lucro também, né! E eu acho que não tá errado não! O poder público eu acho que tem que controlar, são esses marcos reguladores que precisam ser observados, entende? Eu acho que é isso. Que é esse equilíbrio, essa sintonia fina é que tá faltando para os centros históricos. (Augusto Nascimento, em entrevista realizada na sede da Superintendência do IPHAN na Paraíba, em João Pessoa, no dia 20 de agosto de 2013)

Como se pode perceber no depoimento acima, os técnicos responsáveis pela proposta de Revitalização argumentam que através da exploração do potencial turístico é possível realizar uma política de promoção de patrimônios culturais eficaz e não estão dispostos a rever diretrizes e conceitos. Mas, pelo contrário, estão a todo momento rememorando o trabalho pioneiro realizado pela Comissão do Centro Histórico e continuam angariando esforços para cumprir uma "agenda de prioridades" elaborada nos anos 1990.

Esse estudo não procura negar a importância e relevância do trabalho pioneiro realizado por esses sujeitos, mas sim analisar o quão adequado seria aplicar o projeto de revitalização nos moldes em que foi concebido, uma vez que as experiências semelhantes vivenciadas em outros sítios históricos (como Recife e Salvador) se mostraram pouco sustentáveis do ponto de vista econômico, inadequadas nos aspectos da preservação patrimonial e excludentes do ponto de vista social. Quanto aos aspectos da preservação de patrimônios culturais, no que pode colaborar a construção de uma árida arena de eventos concretando a margem de um rio? Ademais, excluir a população local significa não levar em consideração recomendações para intervenções em sítios históricos descritas na Carta de Petrópolis, como também o conceito de entorno delineado na Declaração de Xi'an, assim como ignora que os efeitos do tombamento incidem também sobre as áreas de entorno, ou seja, é preciso considerar que existem restrições aos tipos de intervenções que podem ser realizadas no local. Desse modo, parece razoável uma revisão do arcabouço conceitual que sustenta o Projeto de Revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico. Essa revisão, inevitavelmente, ocasionaria alterações no projeto ao atualizar os pressupostos que norteiam atualmente as políticas públicas de patrimônio.

A alternativa proposta pelo Iphan foi a criação de um novo grupo de trabalho, dessa vez formado por agentes de diversas instituições. Porém, uma vez aprovados os recursos para realização de obras pontuais pelo PAC Cidades Históricas, qual seria a real probabilidade de reorganização ou readequação das propostas de intervenção? Certo é que nunca foi destinado pelo Governo Federal um montante tão significativo para obras de promoção de patrimônios culturais de cidades históricas. Esse recurso que será disponibilizado via Ministério da Cultura está em vias de promover a remoção de uma população ribeirinha que vive no local há setenta anos, para construção de uma árida arena de concreto que terá a função de abrigar eventos esporádicos que em nada condizem com uma política apropriada de preservação de patrimônios culturais. Diante de toda a problemática, qual seria o papel do Iphan, uma vez que as áreas de intervenção fazem parte do entorno de um sítio tombado?

Para além das questões conceituais, técnicas e legalistas, ainda existem as questões subjetivas, posturas pessoais, apego simbólico a produtos feitos por grupos determinados. A divisão que ocorreu entre a equipe técnica do Iphan (de um lado os favoráveis ao Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim elaborado pela Comissão do Centro Histórico, e de outro aqueles de defendem a Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, elaborada pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau) não foi fruto do acaso. Há uma lógica de formação desses grupos, existem características que unem os sujeitos assim como aquelas que os separam.

Quanto aos favoráveis ao Projeto de Revitalização, fica claro que o fato de que os técnicos que se envolveram nos trabalhos desencadeados pelo Convênio Brasil/Espanha apresentam uma visão semelhante sobre a questão do Porto do Capim, esses sujeitos receberam cursos de formação e capacitação que nortearam a elaboração de um Plano de Ação pensado para todo o perímetro de tombamento do Centro Histórico. Nesse sentido, as intervenções no Porto do Capim são pensadas em relação à intervenções previstas ou até já realizadas em outras áreas do centro histórico. Negar o projeto de construção da arena de eventos seria negar uma proposta que procura, na visão dos elaboradores, a integração do centro histórico. O fato de ter se passado dezesseis anos da elaboração do projeto, fez com que aumentassem as expectativas para sua realização, assim como o apego autoral de sua elaboração. Além disso, os sujeitos que participaram das experiências do Convênio foram também os primeiros a realizar trabalhos de recuperação de patrimônios culturais e promoção do centro histórico de João Pessoa, muitos dos trabalhos não foram realizados devido a dificuldades orçamentárias, e até hoje diversas propostas continuam nas listas de prioridades dos órgãos responsáveis pela preservação de patrimônios culturais. É como se o pioneirismo do grupo conferisse uma certa convicção de que os trabalhos elaborados devem ser realizados, na maneira como foram concebidos. Além disso, ser um dos nomes responsáveis por executar um projeto de grande repercussão, por tantos anos prometido pode garantir certo tipo de prestígio social e de realização profissional, revelando assim, como aspectos subjetivos se confundem com conhecimentos técnicos na configuração, nesse caso, da política pública de gestão do patrimônio cultural.

No caso do GT Porto do Capim e Vila Nassau, o grupo é formado por sujeitos que não vivenciaram o centro histórico de João Pessoa antes dos trabalhos realizados pela Comissão, possuem uma formação distinta, além de leituras e sensibilidades que são adquiridas através de outras trajetórias pessoais e profissionais. Os coordenadores do grupo, por exemplo,

vieram de outras superintendências do IPHAN, onde trabalhavam em realidades muito distintas nos estados de Roraima, Amapá e Mato Grosso, nos quais buscavam pensar a gestão do patrimônio cultural para além das separações de aspectos materiais ou imateriais.

> Quando eu cheguei em Cuiabá, o trabalho estava me motivando, eu era um servidor público, eu tava trabalhando com recurso público e com a utilidade da coletividade, isso pra mim era fundamental. Estava gostando disso.
>
> Trabalhei três anos com vários aspectos dessa questão do patrimônio, desde sempre trabalhei com todos os aspectos. Tinha o patrimônio edificado, gestão de centros históricos, trabalhando com populações, com culturas consideradas culturas populares (cururueiros, grupos de violeiros), questões indígenas ligadas ao patrimônio cultural, enfim, festas, celebrações, formas de expressão, todo o INRC e mais alguma coisa, eu sempre atuei, né?
>
> E aí o pessoal daqui da Paraíba realmente se interessou porque era uma lacuna. Eles queriam registrar as coisas, inventariar essa questão do patrimônio imaterial, montar uma narrativa do patrimônio imaterial aqui na Paraíba. Mal eles sabiam que não era exatamente isso que eu represento na verdade no IPHAN, né?
>
> Porque como minha formação em ciências sociais me deu subsídio para atuar, apesar de no curso não ter tratado de nenhum assunto específico de patrimônio cultural, mas ele me dava subsídios a trabalhar com questões de um modo mais geral ligadas ao patrimônio. Tudo que tivesse gente no meio, e relações sociais, eu poderia atuar, né? (André Soares em entrevista realizada na UFPB, em João Pessoa, no dia 25 de setembro de 2013)[42]

Nesse sentido, as experiências vivenciadas colaboraram para a formação de um grupo que contestasse um projeto que, há vinte anos, está em vias de ser executado e que nunca havia sido questionado. Um projeto que, aos olhos dos sujeitos que fazem parte do GT Porto do Capim e Vila Nassau, está equivocado, pois rememorar a história de um porto construído na década de 1930 não deveria ser mais relevante do que referendar e valorizar as referências culturais das pessoas que moram ali. Julgam também que é possível contemplar as duas histórias pertencentes aquele território, tanto a história do porto como a dos moradores ribeirinhos.

> Me parece que e uma coisa anacrônica, mesmo essa tradição ela já está de certa forma superada, quando você vê, pensar novos conceitos da Unesco, Constituição Federal de [19]88, uma visão do patrimônio de uma maneira mais aberta, e menos monumental, da diversidade em lugar da excepcionalidade. Mas me parece que é como se esses conceitos não tivessem sido assimilados dessa forma e a gente continuasse procurando ainda aquele mesmo patrimônio de Mário de Andrade, de Rodrigo Melo Franco. Parece que a gente realmente vem tentando quebrar uma

[42] André Soares é Mestre em Antropologia, servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lotado na Superintendência da Paraíba, ocupa a função de técnico em ciências sociais.

> tradição. (Tatiana Rodrigues, em entrevista realizada na sede da Superintendência do IPHAN da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de setembro de 2013)

A questão do Porto do Capim não necessariamente geraria polêmicas, não fosse o fato de um técnico do Iphan e o Chefe da Divisão Técnica terem sido também autores do Projeto de Revitalização que defendem noções de políticas de preservação cunhadas na década de 1980. Essa vaidade intelectual acaba fazendo com que uma questão individual vire uma causa política "em nome da sociedade pessoense". No caso do centro histórico de João Pessoa, ao se falar em turismo se fala também numa limpeza do olhar, numa limpeza do que não se quer ver. Construiu-se assim uma narrativa de negação do território para uma população pobre, população que existe em diversas áreas da cidade, mas que não é desejada para estar exposta na vitrine da cidade que se vende.

Segundo a concepção antropológica de cultura, podemos dizer que o homem em sociedade organiza suas condutas coletivas através de sistemas simbólicos que criam modelos que são transmitidos em forma de regras que orientam a produção de conhecimentos e de técnicas padronizadas. Porém, o valor atribuído aos bens culturais em nossa sociedade é garantido pelo reconhecimento de uma excelência técnica englobando os parâmetros tanto de sua produção quanto de seu consumo (DURHAM, 1984). É a atribuição de valor, orientada por uma concepção de "riqueza técnica específica", que parece privilegiar o reconhecimento de certos produtos culturais em detrimento de outros. Um bom exemplo pode ser encontrado no reconhecimento de certas produções materiais como pinturas, monumentos e objetos. Porém, a problemática não se localiza apenas no reconhecimento do valor cultural, mas também na maneira de se produzir e de se usufruir de tais bens culturais. Pois para que uma pessoa possa usufruir de determinadas produções culturais, é necessário que ela tenha domínio sobre os códigos de significação que as criaram. Em nossa sociedade, os sistemas de produção de significação, apesar de serem produzidos coletivamente (através de diferentes contribuições e modos de participação), apresentam restrições referentes ao acesso de classes sociais ao patrimônio produzido.

No caso do Porto do Capim, foi construída uma narrativa histórica que não identifica os trabalhadores do passado e a população moradora atual enquanto detentores de referenciais culturais, assim como produtores e usuários de patrimônios culturais. Dessa maneira, nega-se a apropriação dessa área da cidade por um grupo economicamente pobre. Pelos gestores culturais é reconhecida, legitimada e julgada mais relevante enquanto narrativa histórica nacional a história de construção de um porto deficitário do que a história de vida e de

resistência dos moradores atuais, que residem ali desde a década de 1940. O território está sendo negado àqueles que realmente usufruem do espaço e possuem vínculos simbólicos, afetivos e práticos da vida cotidiana, em nome de um projeto que foi concebido justamente por quem nunca vai frequentar o lugar no futuro. Esses agentes institucionais decidem o que serão dos espaços, mas não fazem funcionar o que eles mesmos projetaram. Executam uma metodologia que consiste em planejamento e execução, achando que os lugares ganham vida própria sozinhos. Retirar a população residente (porque é pobre) não vai fazer com que "naturalmente" outros grupos sociais frequentem o espaço.

As experiências de aplicação de projetos de revitalização no centro histórico de João Pessoa nos mostram como vem se configurando a relação entre políticas públicas patrimoniais e planos de desenvolvimento regionais, resultando num processo de negociação e conflito entre interesses da sociedade civil, Estado e iniciativa privada. Tal fenômeno está conectado a processos de formação de relações identitárias e jogos de relação de poder. Através das ações de revitalização**,** procura-se ressignificar determinados espaços da cidade, restaurar fachadas de casarões antigos, adequar o espaço a novos usos, construindo uma espécie de "realidade alegórica", remetendo-se às ideias de um tempo passado, muitas vezes, sem considerar os processos de transformação socioespacial que mudaram a configuração dos lugares e das práticas sociais então presentes.

Segundo Motta (2002), intervenções recentes em sítios históricos vêm enfatizando estratégias que visam a apropriação do patrimônio cultural pelo consumo visual, igualando um bem coletivo a um produto de consumo, promovendo processos de enobrecimento do espaço, que apresenta como uma de suas características um movimento de retorno da classe média aos bairros antigos. Criou-se, assim, uma nova forma de usar os centros históricos, através da valorização do bem cultural enquanto produto de mercado. Nesse contexto, a autora sugere que se negam os sítios por seu valor documental, enquanto fonte de conhecimento e de referências históricas. Tais intervenções a autora denomina de "modelo globalizado", caracterizado por fazer uma apropriação cenográfica dos espaços, sem a preocupação de ver a cidade enquanto objeto socialmente construído. Tal modelo, apesar de ser revestido de um "discurso da atualidade" volta a tratar os sítios históricos como no período inicial da preservação no Brasil, dando ênfase às referências visuais mais imediatas, independente de seus outros significados.

> Muitas dessas intervenções têm estabelecido uma situação de conflito ou de "desconforto" entre patrocinadores e órgãos de preservação, mesmo quando se inserem em uma mesma instância governamental, sendo também motivadoras de tensões internas nos órgãos de preservação. Elas têm provocado discussões em relação aos critérios e às concepções de valoração de bens culturais, assim como sobre o tratamento das áreas urbanas, incluindo a reflexão sobre o rigor a ser exigido na preservação do patrimônio e o papel a ser desempenhado pelo poder público. (MOTTA, 2000, p. 258)

Nesse capítulo tentamos mostrar o relato de diversas situações sociais, a fim de mostrar para o leitor como vem ocorrendo a comunicação e mediações internas na unidade do Iphan da Paraíba referentes aquilo se se julga apropriado realizar enquanto obras de intervenção na região de entorno do centro histórico da cidade. Que, em uma perspectiva mais ampla, traduz um pouco de como a gestão de uma política de preservação, proteção e promoção de patrimônios culturais vem sendo arquitetada mediante o embate de concepções, olhares que procuram alcançar objetivos semelhantes, a partir de estratégias e ações bastante distintas.

CAPÍTULO III
PARE, OLHE, ESCUTE. AQUI TEM GENTE!

Um Lugarzinho Bem Ali

Quando ouvem o seu nome
Nem se dá tanta importância assim.
Mas se forem mais além
Saberás, que tudo começou aqui.

Quem lá habita,
É suspeito a falar,
Pois tem tantas riquezas,
Que nos dedos não se pode contar.

Esse acaso duvidas
Vem conhecer esse cantinho.
Se vier com bondade
Em troca receberás muito amor e carinho.

De todas ela é única
Banhada pelo Rio Sanhauá.
E os moradores La afirmam
"Que é nela que querem ficar".

Ao aproximar o fim do dia

O pôr do sol tem o papel de seduzir,
Nossa gente, nosso bairro.
Comunidade Porto do Capim.[43]

O primeiro e o segundo capítulos foram destinados a compreender como se deu o processo de invenção do centro histórico de João Pessoa e a investigar os procedimentos na elaboração de planos de intervenção urbanos que buscam a recuperação e promoção de patrimônios culturais nesse local. Na esfera institucional, revisitamos a história do estabelecimento do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha e seus desdobramentos, como, por exemplo, a formação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Entre as ações desenvolvidas por esta Comissão debruçamo-nos sobre o *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. Verificamos que, na atual conjuntura da equipe técnica do Iphan/PB, os pressupostos nos quais foram elaborados o projeto de revitalização não são consensuais entre os gestores. Por esse motivo, técnicos do Iphan elaboram uma nova proposta, buscando adequar o projeto original a uma visão mais contemporânea de gestão do patrimônio cultural, de acordo com as recomendações e legislações patrimoniais e ambientais, que resultou na *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*.

Seria importante agora analisar como os planos de intervenção institucional propostos repercutiram na vida e nas dinâmicas cotidianas dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau, visto que eles convivem com a iminência de serem obrigados a deixarem suas casas desde 1997. Neste capítulo, serão utilizadas como fontes de pesquisa atas de reuniões entre Comissão do Centro Histórico e comunidade do Porto do Capim; entrevistas realizadas através do projeto Memórias Ribeirinhas, do Iphan; entrevistas realizadas com as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação[44]; assim como as experiências vivenciadas, das quais foram selecionados alguns eventos que serão relatados com objetivo de proporcionar ao leitor como determinados moradores buscam articular maneiras de estabelecer diálogo com o poder público, numa tentativa de se inserir e interferir nos processos de elaboração dos planos de intervenção. Por meio da descrição de determinados eventos também buscamos mostrar como os moradores encaram os planos de intervenção propostos para área, que irão alterar

[43]Rossana Marlene de Holanda, 22 anos, moradora do Porto do Capim.

[44]Ao contrário dos capítulos anteriores, aqui iremos utilizar os nomes reais dos moradores do Porto do Capim. Durante as entrevistas concedidas para essa pesquisa foi uma decisão dos entrevistados que seus nomes constassem nessa dissertação, como uma espécie de registro de suas reivindicações.

significativamente suas relações cotidianas com o espaço e com as pessoas. Também por meio de descrições queremos proporcionar ao leitor uma percepção acerca da maneira como aquele território é definido em relação às relações sociais que foram construídas pelos moradores ao longo desses setenta anos de ocupação.

O centro histórico de João Pessoa, como foi dito anteriormente, está dividido entre cidade alta e cidade baixa. Na cidade baixa está localizado o bairro do Varadouro, onde podemos encontrar, além do próprio Porto do Capim, a Praça Anthenor Navarro e o Largo São Frei Pedro Gonçalves, duas localidades que foram alvo de ações de revitalização através dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão do Centro Histórico, com recursos da prefeitura municipal de João Pessoa, governo do estado da Paraíba, PRODETUR e Coral Tintas. Essas ações promoveram e deram visibilidade à cidade baixa, de modo que a projeção e reconhecimento do que seria o "centro histórico de João Pessoa" são, para a maioria da população, são a praça e o largo. Ainda que o perímetro protegido pelo Iphan se estenda em uma área significativamente maior, abrangendo inclusive expressivos conjuntos religiosos coloniais na cidade alta. O perímetro do Iphaep é ainda maior do que o do Iphan.

Nessas localidades, uma das propagandas e estratégias de divulgação dos espaços é o convite para assistir ao pôr do sol no terraço do Antigo Hotel Globo, prédio construído em 1929, que possui vista para o Rio Sanhauá, onde o sol se põe. Uma das imagens utilizadas pelo Iphan para divulgação do centro histórico de João Pessoa enfatiza a presença do Rio Sanhauá, porém, não por acaso, a imagem omite a presença da população ribeirinha.



Imagem 34: Vista geral do rio Sanhauá e do bairro do Varadouro, em João Pessoa.
Fonte: Acervo do IPHAN/PB.

A presença de moradores na região também é omitida nos materiais de divulgação do centro histórico produzidos pelo Iphan, como por exemplo, no próprio site da instituição, onde são descritos os principais monumentos e áreas de valor histórico e patrimonial de João Pessoa:

> Porto do Capim – Criado em águas fluviais para escoar a produção local, principalmente o açúcar de exportação. Ao seu redor, estabeleceu-se a importante região comercial do Varadouro, onde foram construídos armazéns e a Alfândega. A partir de meados do século XIX, chegaram as primeiras ferrovias e a antiga Estação Ferroviária foi instalada no local. No início do século XX, a ferrovia se expandiu em sentido norte até o porto da cidade de cabedelo, desativando o Porto do Capim e interferindo na integração entre o rio e a cidade, o que ocasionou o abandono da região. **(**IPHAN, 2014)

Para ter acesso às margens do rio é necessário descer a ladeira, atravessar a linha do trem e caminhar até o trapiche público. Do outro lado dos trilhos encontram-se as áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. Ao ultrapassar a linha do trem, deparamo-nos com um universo social distinto daquele vivenciado no alto da ladeira.



Imagens 35 e 36: Ladeira que liga o Largo de São Frei Pedro Gonçalves ao Porto do Capim, 2013.
Fonte: Acervo pessoal. Autoras: Helena Tavares Gonçalves; Maria Valeska Asfora.



Imagem 37: Cruzamento da linha férrea, onde se inicia o bairro do Porto do Capim, 2013.
Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação.

O aspecto visual rompe com a imagem cenográfica que foi construída através das ações de revitalização. As edificações antigas que se encontram do outro lado dos trilhos estão bastante danificadas, em sua maioria fechadas e sem uso, com exceção da Intendência e da

Alfândega que passou por restaurações, cuja ocupação atualmente é possível, embora o prédio permaneça fechado e sem uso[45]. Galpões antigos foram ocupados por comerciantes que utilizam o espaço para depósito de madeira. Junto aos galpões e prédios históricos estão as pequenas e genuínas casas dos moradores ribeirinhos. É preciso caminhar entre as ruas principais e as vielas para chegar ao trapiche público, localmente conhecido como "trapiche de Seu Cosminho", um pescador local, construtor de pequenas embarcações e antigo morador do Porto do Capim.



Imagens 38 e 39: Trapiche público do Porto do Capim.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Atila Tolentino; Carla Gisele Moraes.

Através dos depoimentos concedidos pelos moradores mais antigos percebemos que a escolha por morar exatamente naquela região não foi aleatória. Muitos dos moradores antigos desenvolviam atividades diretamente ligadas à existência do porto. Em sua maioria, ou eram pessoas que trabalhavam carregando e descarregando as mercadorias que chegavam ao porto, ou eram pessoas que transportavam essas mercadorias de outras localidades até o porto. As mercadorias eram, em sua maioria, produtos alimentícios como, por exemplo, manga, coco, milho, sal, carnes e capim para alimentar os animais do exército. Seu Cosminho é um desses sujeitos que escolheu morar nas proximidades do Porto do Capim, por já ter estabelecida uma relação com aquele território.

> Eu cheguei aqui em [19]81, eu cheguei com trinta e poucos anos. Primeiro eu morei no Bessa, depois em Jacaré e depois eu vim pr'aqui. A gente morava em Livramento, plantava manga, carregava a canoa e vinha aqui pro porto. Eu vinha pro

[45] O uso do prédio da Intendência da Alfandega é reivindicado pelos moradores ribeirinhos, que tem como demanda a instalação de uma Unidade Básica de Saúde.

> porto desde pequeno, vinha com meu pai pra cá, com carga de manga. Eu decidi morar aqui porque a pessoa que vive de pescaria tem que morar perto da maré.

> Aqui sempre teve casa, quando eu cheguei aqui já tinha casa. Comunidade não tinha não. Comunidade foi feita de uns tempo desse pra cá, né? Não existia, pelo menos ninguém ouvia falar em comunidade, né? Então de uns tempos pra cá que vieram falando de comunidade, um pessoal de fora... Aí aqui fizeram uma também. (Entrevista com Seu Cosminho, realizada em sua casa no Porto do Capim. Acervo Projeto Memórias Ribeirinhas, Iphan/PB)

Em termos de dinâmicas sociais a primeira característica distinta do restante do centro histórico é a presença predominante da função habitacional. As primeiras famílias chegaram na região na década de 1940 e ali consolidaram suas moradias. Atualmente a maioria dos moradores fazem parte das mesmas famílias que ocuparam a região num primeiro momento. Caminhando entre as ruas principais e as vielas, observando o vai e vem das pessoas e conversando com alguns moradores percebemos que a organização socioespacial está baseada nas relações familiares e que a noção de território tem, como uma das referências, as relações sociais locais. A disposição das casas está baseada em relações de vizinhança, onde o projeto de casa está intimamente ligado ao projeto familiar de cada grupo residencial. Não há no Porto do Capim um morador que não tenha vínculo de parentesco estabelecido com outro morador, como fica claro na fala de uma das moradoras, "se não for parente é padrinho"[46]. Maria da Penha Nascimento, Dona Penha, uma antiga moradora, criada no Porto do Capim, relata como foi sua chegada, seguida da fala de Verônica Lima de Carvalho que conheceu o bairro por outras circunstâncias:

> A gente vinha do interior, a gente era de lá. Então meu pai veio primeiro né, aí depois veio minha mãe. Que meu pai trabalhava aqui no porto carregando e descarregando manga, as coisas que vinha de livramento, de porto velho, era muita coisa que vinha, era feijão verde, era uma feira mesmo, de tudo tinha aqui. Aí então meu pai trabalhava aqui. Meus pais vieram pra cá, fizeram uma casa lá no porto e ficamos aqui. Minha mãe criou doze filhos. Nós fomos criados todos aqui. Aí uns foram se casando, uns foi saindo, outros foram ficando e agora aqui mesmo tem eu, minha mãe morreu, tenho irmão em São Paulo e tem eu e minha irmã aqui. Minha irmã é mais velha do que eu, ela está com sessenta e seis anos e tá criando os netos aqui. A gente veio pra aqui tudo criança. Faz 52 anos que eu moro aqui. E eu não quero sair de jeito nenhum, aqui é muito bom, é perto de feira, é perto de mercado central, perto do comércio. É em cima do comércio! Não tenho vontade de sair daqui de jeito nenhum. Eu tenho bisneto aqui! Ave Maria, eu não quero sair daqui de jeito nenhum! Não quero não. (Dona Penha em entrevista feita com a Comissão Porto do

[46] Fala de Verônica, fundadora da Comissão Porto do Capim em Ação, moradora do Porto do Capim, em entrevista realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013.

> Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Moro aqui faz dezoito anos. Meu marido nasceu aqui, ele tem quatorze irmãos, a mãe dele o pai dele já faleceram, moraram aqui. Quatorze filhos, né? E meu marido é um deles. Aí tem os netos, os sobrinhos... Tudinho da família dele a maioria mora por aqui. E eu fui ficando. Aí me apaixonei pela comunidade, aqui é um lugar tranquilo onde as crianças podem brincar na rua, tem espaço pra elas correrem, pra brincar, tem escola aqui do lado para eles estudarem. Não tem violência como em outros bairros. Não tem violência, tranquilo! Eu gosto de dizer assim, é como se fosse uma cidadezinha do interior, pacata, tranquila, onde todo mundo se conhece, quase todo mundo é família. Quem não é família ou é padrinho ou é amigo, aí todo mundo se torna uma grande família! É o que me encanta aqui no porto é esse laço, sabe?! De amizade que une as pessoas. (Fala de Verônica em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Os relatos acima revelam as formas distintas de como duas moradoras atuais chegaram no bairro. Dona Penha que veio muito pequena, pois seu pai trabalhava carregando e descarregando as mercadorias que chegavam no porto e Verônica que mora no bairro há menos tempo, porém, foram determinadas configurações familiares que ocasionaram sua chegada. Os motivos que fizeram delas moradoras locais, distinguem-se. Contudo, na fala das duas moradoras podemos localizar que a importância daquele território está intimamente ligado às relações familiares ali estabelecidas.

A direita do pé da ladeira Pedro Gonçalves está o bairro do Porto do Capim, a esquerda da ladeira encontra-se a Vila Nassau. O Porto do Capim apresenta três ruas principais, em posição paralela ao Rio Sanhauá ficam as ruas Porto do Capim e Visconde de Inhaúma, perpendicular a estas fica a rua Frei Vital. Entre a Rua Porto do Capim e o Rio Sanhauá existem diversas vielas que dão acesso às casas dos moradores que vivem mais próximos ao rio. É também na Rua Porto do Capim, onde se encontram os depósitos de madeira, a escola municipal, a igreja católica, uma igreja batista, a antiga Intendência, a Alfândega, o pequeno comércio local e um telefone público.



Imagens 40 e 41: Rua Porto do Capim e a escola municipal, 2012.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau. Autores: Emanuel Braga; Helena Tavares Gonçalves.



Imagens 42 e 43: Igreja Batista no Porto do Capim e edifício da Intendência, 2012.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau. Autores: Emanuel Braga; Carla Gisele Moraes.





Imagens 44 e 45: Viela de acesso entre Rua Porto do Capim e margem do rio e comércio local.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autora: Helena Tavares Gonçalves.





Imagens 46 e 47: Comércio local e madeireiras no Porto do Capim e Vila Nassau.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autora: Carla Gisele Moraes.



Imagens 48 e 49: Rua Visconde de Inhaúma e Rua Frei Vital.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autora: Carla Gisele Moraes.

Na Vila Nassau há uma rua principal, caracterizada pelo comércio de conserto de automóveis, bares e restaurantes. Ao fim da rua principal e perpendicular a ela existe uma rua que dá acesso à região onde se concentram as casas dos moradores, uma igreja da Assembleia de Deus, o bar de Danda e um campo de futebol de terra.



Imagens 50 e 51: Rua principal da Vila Nassau e Rua de acesso às moradias.

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autora: Helena Tavares Gonçalves.



Imagens 52 e 53: Residência Vila Nassau, rua residencial e também acesso ao campo de futebol.
Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.



Imagens 54 e 55: Bar de Danda, na Vila Nassau.
Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012.

Durante o dia há fluxo intenso de pessoas e automóveis devido às atividades comerciais, como por exemplo, o carregamento de caminhões com madeiras estocadas nos galpões na rua Porto do Capim, ou ainda devido às atividades comerciais de conserto de automóveis na região da Vila Nassau. Ao entardecer, quando acabam as aulas no colégio, as ruas são ocupadas por crianças e suas brincadeiras de pega-pega, futebol, bicicletas, etc. Os moradores colocam cadeiras na rua, na frente de suas casas, onde passam algum tempo conversando, ouvindo músicas, fazendo churrasquinho e bebendo cerveja. A rua é um espaço de convivência coletivo, por esse motivo os moradores atribuem muita importância às relações de vizinhança. Enquanto espaço coletivo, a rua vira o lugar da festa, dos momentos de lazer próprios desses moradores. A citação a seguir foi a resposta dada por seu Cosminho,

quando uma das técnicas do Iphan/PB (envolvida no Projeto Memórias Ribeirinhas) perguntou sobre as "festas tradicionais" da comunidade. A resposta foi a seguinte:

> Pra começo, toda semana tem festa aqui. Todo fim de semana tem festa, tem som ligado, o pessoal tomando cerveja, só quem não toma sou eu, porque eu não gosto de beber na rua não, eu tomo dentro de casa mesmo. Aí vem aquela ameaça de sair. Sai não sai, fica não fica. Eu não quero sair não. Ave Maria, quando a mulher fala em sair daqui fica logo triste e fica triste todo dia. Pelo meu gosto eu não saía daqui. Pra começo, aqui é um canto em que ninguém vê briga, aqui ninguém vê morte. Esse negócio de que vai sair daqui pra outro canto. Pra começo eu não gosto de me mudar.
>
> Eu sei que fui juntando uns terrenos por aqui até ali embaixo. Nesse terrenos mora três filho meu. Mora Cida ali, aqui do lado é um filho meu, aqui atrás é uma filha. Mora quatro aqui comigo! É mora quatro, porque tem o caçula que é pai desse daqui (aponta para criança que está em seu colo). Já nasceu aqui, esse daqui é filho de quem já nasceu aqui. (Entrevista com Seu Cosminho, realizada em sua casa no Porto do Capim. Acervo Projeto Memórias Ribeirinhas, Iphan/PB)

Provavelmente a resposta esperada para essa pergunta fosse que Seu Cosminho falasse sobre a procissão de barcos que acontece no dia de Nossa Senhora da Conceição ou das belas quadrilhas organizadas para as festas de São João, todavia seu Cosminho atenta para o fato de que mais importante, ou tão importantes quanto, que as ditas "festas tradicionais" são as relações cotidianas que tornam aquele espaço um lugar especial. São os pequenos encontros, o churrasquinho na frente das casas, os vizinhos que se reúnem para beber cerveja e ouvir música que transformam aquele espaço e faz do Porto do Capim ser tão importante. Na fala de seu Cosminho, logo após ele relatar os momentos das festas, ele volta ao assunto da remoção, mostrando que uma das preocupações em deixar aquele espaço significa não apenas mudar de casa, mas deixar para traz essas relações cotidianas que são importantes para a manutenção da vida social. Ademais, novamente aparece a importância das relações de parentesco na configuração socioespacial local.

Embora tivesse transitado diversas vezes pelas ruas do Porto do Capim e da Vila Nassau, foi em fevereiro de 2013 que passei a construir um contato mais próximo com os moradores e pude compreender melhor as dinâmicas sociais locais, quando passei a participar das reuniões semanais da Comissão Porto do Capim em Ação.

Uma das entidades que desenvolve trabalhos junto à comunidade é a Fundação Cia. da Terra, que através do projeto "Subindo a Ladeira" desenvolve ações de educação patrimonial com as crianças locais por meio do universo artístico (música, teatro, dança, fotografia,

vídeo). Através do contato com as crianças, a equipe do projeto percebeu que era recorrente na fala dos pequenos a manifestação de angústias e dúvidas sobre questões de remoção de suas moradias. Provocados pelo anseio das crianças, os representantes da Fundação travaram contato com a antiga coordenadora do Projeto Folia Cidadã no intuito de intermediar uma conversa, uma vez que ela já possuía interlocução com os moradores ribeirinhos. No primeiro encontro os moradores colocaram a preocupação em relação ao projeto de revitalização e pediram ajuda na busca em estabelecer diálogo com o poder público e recolher informações sobre a "revitalização". A partir desse encontro os moradores passaram a se reunir semanalmente. Assim surgiu um grupo mobilizado, formado por moradores e educadores da Fundação Cia. da Terra. O grupo, que iniciou suas atividades em 2010, recebeu o nome de Comissão Porto do Capim em Ação (nome escolhido pelos moradores). Os moradores mobilizados têm em comum esclarecer o que de fato está previsto pela prefeitura e demais órgãos públicos em relação à ameaça de remoção. Além de buscar esclarecimentos sobre os projetos de intervenção previstos para a área, procuram meios de evitar a destruição do bairro. As reuniões contam com a colaboração de alguns agentes externos, principalmente estudantes e professores universitários.

> A fundação da Comissão mesmo veio a partir da necessidade, quando o pessoal da Fundação via os meninos reclamando "não tia, não tenho expectativa de vida, porque a gente vai sair, a gente não vai planejar nosso futuro aqui, porque vai sair." Aí o pessoal da Fundação sentiu essa necessidade se mobilizar com os moradores, informar e trazer informações para os moradores. Como lutar, como se mobilizar, e já tinha o trabalho Subindo a Ladeira, né! E aí veio dessa necessidade que eles conheceram pelas crianças que faziam as oficinas. De tanto reclamar que ia sair, eles vieram saber que história era essa e aí encontrou com Roseane, Cida, Verônica que estão desde o início da formação da Comissão e até hoje acompanham a gente. A formação da Comissão mesmo veio através da necessidade da comunidade com esse projeto, porque não se tinha informação nenhuma, era sempre... Hoje também não se tem tanta resposta, mas era sempre coisas muito vagas e que acabavam tirando o sono dos moradores. Hoje eles se sentem um pouco mais tranquilos, eu acredito, porque pelo fato de não ter essa confusão de informação, ou de saber que a gente tá correndo atrás da informação. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Nos primeiros encontros o objetivo foi discutir a iminência da remoção, a importância das relações de vizinhança e parentesco aliadas à noção de território, assim como o planejamento de ações para fortalecer vínculos comunitários. O trabalho tinha como objetivo despertar o empoderamento político dos moradores, mostrando possíveis formas de organização social, essa mobilização inicial foi conduzida por educadores da Fundação Cia da Terra, que já tinham experiências e vivências em outros movimentos sociais. O modelo

escolhido para organização coletiva dos moradores foi a formação de uma comissão. Atualmente a Comissão Porto do Capim em Ação é formada por dez mulheres, responsáveis pela mediação entre o poder público e a comunidade. No momento das reuniões, que acontecem semanalmente no Bar da Penha no Porto do Capim, são pensadas e discutidas estratégias para obter formas de diálogo com poder público (Prefeitura, Secretaria de Habitação, Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil, Ministério Público, Câmara dos Vereadores, Iphan). O esforço dessas mulheres em se fazerem ouvir se dá, principalmente, por agendamento de reuniões com representantes dos órgãos públicos citados acima. É também preocupação da Comissão a organização de eventos locais com fins de fortalecimento dos vínculos comunitários. As festas anuais organizadas pela Comissão são: Carnaval, Festa de São João, Raízes do Porto e Procissão de Nossa Senhora da Conceição[47].

Quanto à participação de um número maior de moradores locais nas reuniões, as mulheres relatam que é uma dificuldade conseguir mobilizar as pessoas para os encontros semanais, mas que mesmo assim, os moradores sempre perguntam a elas como vão as ações.

> Na Comissão tem 10 mulheres que representam esses moradores. A mobilização dos moradores é bem complicada, pra eles saírem de casa mesmo, pra eles entenderem o que é que tá acontecendo. Porque até mesmo a linguagem que o poder público usa pra dialogar não é uma linguagem fácil, assim, nas poucas vezes que entra em contato com a comunidade, né! Nas reuniões todas as terças são essas dez mulheres mesmo. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> A gente vem pra reunião. Discute as coisas e quando a gente vai pra casa o pessoal pergunta "e aí como e que foi?", "O que foi feito lá? O que é que eles responderam?", "Como é que tá?" Poder público e comunidade, a gente fica nesse caminho. (Fala de Verônica em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

A dificuldade de mobilização também está relacionada ao fato de que o projeto de revitalização foi pela primeira vez divulgado publicamente aos moradores em 1997. Anos se passaram e a promessa de efetivação dos planos de intervenção continuam, porém os moradores continuam na mesma situação, isso provocou três tipos de postura entre os

[47] No final do ano de 2013, as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação começaram a manifestar o desejo de formar uma Associação, com objetivo de formalizar a organização juridicamente para poder concorrer a editais e disponibilizar recursos financeiros para realizar "projetos sociais" na comunidade. No início de 2014, data em que já havia finalizado minhas atividades de pesquisa de campo, as mulheres da Comissão (com auxílio de um trabalho voluntário desenvolvido por uma assistente social e um advogado) elaboraram um regimento interno e formalizaram legalmente a Associação de Mulheres do Porto do Capim em Ação.

moradores: existem aqueles que acreditam que em algum momento terão que sair, mesmo contra a vontade, pois estão em situação irregular. Há aqueles que acreditam o projeto nunca será executado, devido ao tempo em que os moradores esperam pelo início das obras. O terceiro grupo são aqueles que acreditam que o projeto pode acontecer a qualquer momento e por isso tentam se organizar politicamente para obter informações sobre as ações previstas, buscam dialogo com órgãos institucionais e tentam articular ações de resistência e mobilização política junto aos demais moradores.



Imagem 56: Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação em julho de 2013.
Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação.



Imagem 57: Associação de Mulheres do Porto do Capim, Parte do Grupo de mulheres que formam a Comissão Porto do Capim em Ação: Wilma do Nascimento Costa, Maria da Penha da Silva, Rozeane da Silva Mendes, Clara Regina Timba dos Santos, Adriana de Lima, Rossana Marlene de Holanda, Maria Aparecida Lima (Cida), Verônica Lima de Carvalho.[48]
Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação, 2014.

Minha participação nas reuniões da Comissão foram desencadeadas após a exposição de minha pesquisa no II Seminário de Pesquisa do Iphan[49]. Através da exposição no seminário, uma professora de geografia da UFPB, que estava presente no evento me convidou para conhecer outros pesquisadores que estavam debruçados sobre o mesmo tema. Em reunião na UFPB conheci os fundadores da Fundação Cia. da Terra. Nessa reunião contextualizei o processo de elaboração da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, deixando claro que, apesar de ter sido elaborada por agentes

[48] Em dezembro de 2013 a Comissão Porto do Capim em Ação tornou-se Associação de Mulheres do Porto do Capim, organização jurídica de direito privado sem fins lucrativos. O que torna possível buscar apoio, colaboração, parcerias ou contratação de serviços para empreender ações nas áreas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, educação, moradia e qualidade de vida, atendendo a interesses e necessidades legitimas dos moradores da Comunidade; além de formalizar parcerias e convênios com órgãos governamentais, autarquias e órgãos do terceiro setor para a realização de ações, programas e atividades de acordo com os objetivos e finalidades da Associação. (ESTATUTO da Associação de Mulheres do Porto do Capim, 2013).

[49] O Seminário de Pesquisa do Iphan é um evento interno previsto no calendário do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Na Superintendência da Paraíba, tem sido prática nos últimos anos a abertura do evento para o público externo, muitas vezes integrando a apresentação das pesquisas de alunos bolsistas de várias turmas da Superintendência da Paraíba e em outras Superintendências próximas (como o Rio Grande do Norte) e convidados externos.

técnicos do Iphan, ela não refletia uma posição institucional. Por ser uma das autoras do projeto, julguei que possuía direito e liberdade suficiente para divulgar a proposta. Após a apresentação para esse pequeno grupo, fui convidada para apresentar o projeto alternativo para a Comissão do Porto do Capim em Ação.

No dia 14 de fevereiro de 2013, estávamos presentes na reunião da Comissão eu e André Soares (técnico em Ciências Sociais do Iphan). Fizemos uma apresentação de slides, mostrando as plantas do projeto técnico. Explicamos que devido à legislação ambiental casas pontuais teriam que ser removidas e as moradoras demonstraram compreensão da questão. Aproveitaram também para sugerir algumas alterações em nossa proposta, como por exemplo, o uso destinado a algumas edificações. Querem substituir a fruição cultural de um dos espaços propostos na intervenção por uso de aproveitamento comercial. A apresentação da proposta gerou certa ansiedade e expectativa nas mulheres da Comissão, que, pela primeira vez, tiveram contato com um projeto de intervenção que mostrava a viabilidade de se manter as habitações locais, levando a infraestrutura necessária. Mais uma vez deixamos esclarecido que, apesar da proposta ter sido elaborada por representantes do Iphan, ela não refletia a posição institucional. Depois desse evento as moradoras tiveram contato com outros projetos que previam a recuperação do local sem a necessidade de retirar as moradias existentes, elaborados por uma professora de arquitetura da UFPB e por alunos do mesmo curso. Diante de tantas possibilidades ficou claro para as moradoras que a escolha de determinado projeto não tinha a ver com questões de viabilidade, mas sim de interesses políticos e econômicos.

Após a apresentação do projeto de requalificação, a Comissão do Porto do Capim em Ação solicitou o Dossiê e a Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, por meio de ofício entregue ao Iphan, no dia 28 de fevereiro de 2013 (anexo II). Depois de trinta dias de espera o documento que receberam foi a apresentação de slides de minha pesquisa de mestrado (anexo III), feita durante a realização do II seminário de Pesquisa do Iphan. Os slides continham informações sobre o desenvolvimento da pesquisa, dentre eles, algumas plantas da proposta de requalificação. Porém, não foi esse o documento solicitado.[50]

Quanto ao projeto habitacional da Secretaria de Habitação, a grande preocupação da Comissão é o número previsto de pessoas realocadas. Segundo o levantamento feito pela

[50] Foram também entregues ao Iphan Ofícios solicitando cópia do material da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, por parte da Fundação Casa de Cultura Cia da Terra; pela Câmara Municipal de João Pessoa, através de um vereador; e pela Assembleia Legislativa, através de um deputado estadual. Esses documentos constam nos anexos IV, V e VI, respectivamente. O documento que receberam do Iphan/PB foi a apresentação de slides de minha pesquisa de mestrado, feita durante a realização do II seminário de Pesquisa do Iphan.

Comissão Porto do Capim em Ação, vivem hoje na comunidade cerca de quinhentas famílias, em torno de duas mil e quinhentas pessoas. A maioria dos moradores manifestam o desejo de continuar morando no local. Porém, as mulheres da Comissão foram informadas pela Secretária de Habitação do município que o projeto habitacional prevê a construção de duzentas e noventa e sete unidades habitacionais.

> Vivem aqui em torno de quinhentas famílias. Famílias, assim, umas duas mil e quinhentas pessoas incluindo Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital. A maioria quer ficar, em torno de setenta por cento quer ficar e trinta quer sair. E assim, nesse setenta por cento tem as necessidades daqueles que precisam sair mesmo, vão sair mas eles não querem. Vão sair pela parte da defesa civil. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Mas tem a questão que o projeto deles é só para duzentas e noventa e sete famílias. Então vão ficar muitas ainda que eles vão ter que decidir como é que vai fazer, né. O projeto da prefeitura não tem casa para todas as pessoas que moram aqui. São só duzentas e noventa e sete unidades. (Fala de Regina em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Outra importante questão que vale a pena ser discutida é a viabilidade de se manterem as relações cotidianas estabelecidas nesse território em outra localidade. Por um lado os gestores públicos afirmam que existe a preocupação em se manter as relações de vizinhança nos novos conjuntos habitacionais. Porém, os projetos de moradia habitacional aplicados na cidade de João Pessoa caracterizam-se por estruturas verticalizadas, pequenos prédios de dois ou três andares, sendo que não há quintal nas casas, os apartamentos possuem área de 42m². Nessa configuração, onde os moradores vão criar suas galinhas, seus tanques de caranguejos, seus animais de estimação, onde vão pendurar suas roupas, onde colocar as cadeiras à noite? As relações sociais estabelecidas localmente estão conectadas sim às relações de vizinhança, mas dependem também de outros fatores relacionados ao uso do território. Morar em pequenos apartamentos numa estrutura verticalizada inviabiliza a manutenção dos modos de vida dos moradores ribeirinhos. E mesmo que fossem realocados em área próxima (cerca de 500 metros do local), que é uma das propostas da Secretaria de Habitação, ainda assim suas relações cotidianas estariam sensivelmente abaladas, pois esses moradores construíram suas casas, em média, a 15 metros da maré.

Faria diferença, por exemplo, para um corretor de imóveis negociar a venda de uma casa que fica a 15 da praia ou de um apartamento que se localiza a 500 metros do mar? A

mesma lógica não é considerada no caso dos moradores ribeirinhos. Ademais, as estruturas familiares variam caso a caso e os projetos habitacionais padronizados não comportam a diversidade desses grupos familiares, como é possível perceber na fala de uma moradora local:

> Eu não quero a comunidade saia daqui, porque eu acredito, como a maioria dos moradores que tem uma relação com a comunidade de pertencimento né. De achar que cada cantinho foi moldado do jeito que a gente queria. Então tem essa relação de pertencimento, de achar que cada beco e cada casa é sua! Porque querendo ou não lhe pertence, foi você que construiu! Então é isso, pra não destruir a relação dos moradores, pra não estragar as atividades culturais e até mesmo para não enterrar a história dos moradores que até hoje aqui vivem. Mais de 60 anos. Eu sou nascida e criada aqui, faz 22 anos. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Através da pesquisa de campo pude conhecer as casas de algumas famílias locais, pude também entender que o projeto de casa de cada grupo está diretamente relacionado ao projeto de família dessas pessoas. A casa de Roseane da Silva Mendes, agente de saúde, 50 anos, por exemplo, possui dois quartos, sala, cozinha e banheiro. É uma casa pequena, porém, ao contrário do que insistentemente é repetido por agentes públicos, a moradia não apresenta péssimas condições habitacionais. Na sala há dois sofás de dois e três lugares, estante, televisão, aparelho de som. Os quartos possuem cama de casal, cama de solteiro, guarda roupas, cômodas e ventiladores. A cozinha é toda azulejada, e equipada com geladeira, fogão de seis bocas, microondas, liquidificador e máquina de lavar roupas. O banheiro é pequeno, possui pia, vaso sanitário e chuveiro. Ela mora com sua neta e seu ex-marido. Os dois estão em processo de separação, porém moram na mesma residência. Roseane pretende se mudar com a neta para outra casa no Porto do Capim, porém é necessário fazer algumas reformas na nova residência. Por esse motivo ela continua morando com seu ex-marido. Os dois estão juridicamente casados. Se fossem receber um apartamento, provavelmente não teriam direito cada um a uma habitação.

Outro caso é o de Marinha da Penha Nascimento, conhecida por Dona Penha, aposentada e dona de casa 65 anos, trabalha com produção e venda de carvão e com a venda de mariscos. Mora com dois filhos, numa casa grande, com sala ampla, onde existe um sofá de três lugares, estante para televisão e aparelho de som, uma pequena mesa redonda com estrutura de ferro e base de vidro e duas cadeiras. Cada quarto possui uma cama de casal e um guarda roupa, a cozinha conta com geladeira, fogão, armário. O banheiro é pequeno e possui

pia, vaso sanitário e chuveiro. Nos fundos da casa há um terreno grande, com um pequeno fogão de barro, onde é preparada a mariscada[51], uma churrasqueira, um chuveiro e um trapiche. No trapiche, há uma mesa redonda de madeira e cadeiras em volta.

Um terceiro tipo de configuração familiar é o caso de Maria da Penha da Silva, 42 anos, que trabalha no comércio e é proprietária de um bar no Porto do Capim. Penha construiu na frente de sua casa um bar que funciona nos finais de semana e onde ocorrem as reuniões da Comissão Porto do Capim em Ação. No interior da moradia existem dois quartos com camas e guarda-roupas, uma sala com sofá de dois lugares, estante para televisão e aparelho de som, nas paredes há retratos dos netos. Na cozinha, existe um fogão e uma pia (Penha utiliza a geladeira do bar para guardar os mantimentos). O banheiro é pequeno, há vaso sanitário e um chuveiro. A casa está passando por reformas; estão sendo construídos mais um quarto e um banheiro. Penha vive com seu filho, nora e dois netos.

Através dessas descrições, gostaria de chamar a atenção para o fato de que não necessariamente o grupo familiar é constituído por mãe, pai e filho. Muitas vezes o conceito de família extrapola esse modelo e novas estruturas se formam de acordo com as necessidades e vontades de cada sujeito. Por exemplo, a avó mora junto com os netos, não porque não há espaço para ela morar em outra casa. O fato de dividirem a mesma residência é o que confere certa estrutura e possibilita que as demais atividades cotidianas sejam realizadas por esses sujeitos. Também é recorrente a presença de pequenos estabelecimentos comerciais na frente das casas. O que nos mostra que as relações sociais são espacialmente mediadas. Segundo os moradores, existe um público de consumidores de não moradores. Nesse sentido, mesmo que o conjunto habitacional proposto tenha espaço para o estabelecimento de comércio local, os comerciantes não contariam com o público consumidor de costume.

> Essa revitalização deixa a gente muito preocupada, porque a maioria das pessoas da comunidade trabalha como autônomo, né. Tem seu comerciozinho, acho que casa sim casa não tem o seu. Então fica muito difícil pra gente saber onde vai ficar esse comércio, como nós vamos trabalhar? Se a gente for morar num condomínio, vai trabalhar onde? Como? O pessoal do projeto disse que ainda não sabe o que vai fazer com os comércios das pessoas. Eles estão um pouquinho preocupado e nós estamos muito preocupados, porque a maioria das pessoas daqui trabalham assim. E eu tenho certeza que eles não vão se preocupar em dar para cada um lugarzinho para trabalhar. Até porque também não tem espaço. Onde eles querem colocar a gente não tem lugar suficiente nem pra fazer as casas. (Fala de Adriana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

[51] Dona Penha é aposentada e complementa sua renda mensal vendendo mariscada, que é preparado no quintal de sua casa.

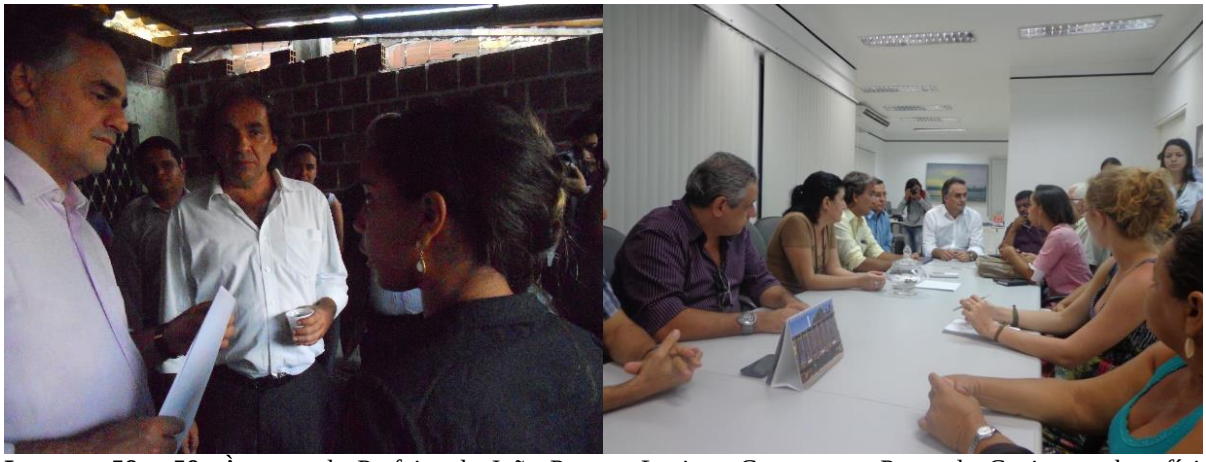
> Porque aqui tem um fluxo de pessoas. Não tem só as pessoas da comunidade, tem as pessoas que vêm que compram, aí vão botar os comerciantes numa área onde só tem a comunidade aí vai ficar muito reduzido. (Fala de Verônica em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Final de semana, na frente de cada uma das casas tem um negocinho, vende cerveja, churrasco, lanche, bolo, pizza, cachorro quente, tudo que você imaginar. Tem o bar de Danda, as meninas que trabalham com manicure, salão de beleza. (Fala de Adriana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Em março de 2013, devido a articulação política da Comissão Porto do Capim em Ação com um vereador local, o prefeito da cidade de João Pessoa fez uma visita ao bairro. Nesse evento ele percorreu a rua Porto do Capim e seguiu até o trapiche, depois caminhou até o Bar da Penha, onde acontecem as reuniões. Lá uma das integrantes entregou nas mãos do prefeito um documento solicitando uma audiência e também uma cópia do ofício encaminhado ao Iphan solicitando informações detalhadas sobre a Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau. A audiência com o prefeito aconteceu no dia 2 de abril de 2013. A reunião foi marcada para as quatro horas da tarde, no gabinete do prefeito. Todas as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação estavam presentes. Ficamos aguardando o prefeito chegar, a reunião começou às 18 horas. De início fomos avisadas de que apenas quatro pessoas poderiam participar da reunião, devido à falta de espaço na sala. Porém todas as mulheres fizeram questão de entrar e não se incomodaram em ter que acompanhar a reunião em pé. Na mesa central da sala sentaram-se o prefeito, o vereador responsável em articular a reunião, dois educadores da Fundação Cia. da Terra, eu, um representante da Ong SOS Patrimônio e três mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação. O restante das pessoas acompanharam a reunião em pé, ou sentados em algumas cadeiras colocadas ao fundo da sala.

A reunião começou com a fala do vereador agradecendo a atenção do prefeito e passou a palavra para Rossana, representante da Comissão. Rossana falou que a intenção da reunião era informar ao prefeito de que os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau gostariam de discutir de maneira conjunta o projeto do PAC, que gostariam de participar da construção do projeto. Na ocasião também informou ao prefeito de que existe um projeto elaborado pelo Iphan que contempla ações de exploração turística na área sem a necessidade de retirar os moradores do local. O prefeito disse que os planos são transformar o Porto do Capim em um importante pólo de turismo e de tecnologia. Comprometeu-se a abrir diálogo com os

moradores e a não tomar nenhuma decisão sem antes discutir com a comunidade, e que a Secretaria de Habitação estaria em constante contato com os moradores.



Imagens 58 e 59: À esquerda Prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, no Porto do Capim recebe ofício solicitando audiência entre prefeitura e moradores; A direita, Comissão Porto do Capim em Ação no Gabinete do Prefeito.

Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação, 2013.

Essa audiência aconteceu em abril de 2013 e as entrevistas que realizei com as mulheres da Comissão ocorreram em outubro do mesmo ano. A avaliação delas sobre o encontro foi a seguinte:

> Foi meio que um protocolo né. Ele ouviu, pra dizer que ouviu a comunidade né. Mas não teve um diálogo mesmo. Não teve retorno. O que foi o próximo passo, que foi encaminhado nessa assembleia, foi que a gente ia ficar em contato constante com a Secretaria de Habitação, só que isso também não está acontecendo. Ela sempre nos dá um prazo e nunca cumpre. Nunca nos dá uma resposta. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> E esse dia da resposta nunca chega. E já vai fazer dois meses já, e sempre que a gente cobra, marca mais 15 dias. As respostas não chegam. (Fala de Adriana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Inclusive na reunião com o prefeito, ele falou que não seria o que a comunidade queria que fosse e nem seria o que a prefeitura queria também, então ficaria no meio termo. Só que não está havendo esse meio termo. Não tem conversa. O projeto não está sendo desenvolvido com a comunidade. É o que eu sempre digo, eles apresentarem o projeto para a comunidade não quer dizer que a comunidade participou do desenvolvimento do projeto. E foi isso que foi pedido na reunião com o prefeito: que a comunidade participasse do desenvolvimento do projeto. Não está havendo isso. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> O prefeito disse que haveria diálogo, a Secretaria de Habitação disse que haveria diálogo. E como é que chega uma coisa sem ter sido avisada? (Fala de Regina em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Através de entrevistas e depoimentos podemos constatar que os moradores ribeirinhos manifestam o desejo de continuar morando em suas residências atuais, que não estão ali porque "foram jogados" ou porque aquele foi o lugar "que sobrou para eles morarem", como afirmou a Secretária Adjunta de Planejamento municipal (Seplan/PMJP), em reunião que ocorreu no Iphaep (já relatada anteriormente). Além disso, as mulheres da Comissão percebem claramente a estratégia política utilizada pelos gestores públicos em negar informações aos moradores sobre o que está previsto sobre seus destinos.

> A falta de informação reflete na falta e posição e de atitude dos moradores da comunidade. Uma situação inesperada a gente é pego de surpresa e aí vai ficar sem reação. A comunidade não vai saber como agir se for pega no susto. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Até porque a maioria das pessoas da comunidade acreditam que o projeto não vai acontecer. Porque há muitos anos se fala no projeto. Eles acreditam que nunca vai acontecer das casas serem realocadas. (Fala de Adriana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Outra coisa que acontece é, como saber se a pessoa quer ficar na casa onde mora ou se quer sair sem saber onde é essa casa? Como é essa casa que eu vou ter que morar? (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

No dia 27 de setembro, parte do grupo das mulheres da Comissão estiveram em reunião com a Secretaria de Habitação do município, ocasião em que a Secretária afirmou que ainda não existia um projeto definido para as moradias. Contudo a Secretária se comprometeu em, no prazo de quinze dias, apresentar o projeto para os moradores, além de levar técnicos da Defesa Civil com a finalidade de detalhar quais são as áreas consideradas de risco. No dia 9 de outubro, o prefeito de João Pessoa anunciou em evento público realizado na Praça Anthenor Navarro para o início das Obras de Revitalização do centro histórico. Nessa ocasião, uma representante da Comissão do Porto do Capim em Ação perguntou à Secretária de Habitação sobre seu compromisso de comparecer à comunidade e esclarecer o projeto das

habitações. A secretaria pediu, novamente, mais quinze dias para marcar a visita. Até a data de escrita desse texto, não houve o esperado contato com os moradores.

Dentre as ações desencadeadas pela Comissão, diversos eventos foram articulados, mas aqueles julgados pelas representantes da Comissão como os mais significativos foram: Sessão especial na Câmara de Vereadores de João Pessoa; reuniões com a Secretaria de Habitação, uma na comunidade e uma na sede da secretaria; ida do prefeito à comunidade; reunião da Comissão Porto do Capim em Ação no gabinete do prefeito; evento cultural Ocupe Porto do Capim; Festa de Nossa Senhora da Conceição e Festa de São João.

> A sessão na Câmara dos Vereadores teve uma visibilidade bem bacana para a comunidade, pra luta. Mostrou para os empalitosados a nossa causa. Acredito que poucos vereadores estavam presentes e muitos moradores não puderam comparecer, mas teve um resultado muito gratificante para a comunidade. A gente teve uma visibilidade maior e veio para somar. A gente ouvia a fala de alguns representantes das secretarias, falas bem absurdas sem contexto nenhum, eles nem sabiam o que estavam falando, mas ouviram né, teve alguma posição por parte do poder público. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Teve o Ocupa Porto do Capim. A gente ficou a tarde inteira, veio o pessoal da universidade, teve muita gente que abraçou a causa. Foi bacana. Teve debate na escola, teve ciranda, apresentações culturais, teve bazar, artistas da terra, muita, muita gente apoiando a causa. (Fala de Verônica em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Tem a Procissão também de Nossa Senhora da Conceição, que é no dia 8 de dezembro, faz 22 anos que acontece a procissão. Quem começou essa procissão foi eu. Foi uma promessa que eu fiz. Eu vi aquela capelinha toda desprezada, aí, lá na Ilha da Santa, a gente sempre ia com a maré. Aí eu passei, eu vi, eu pedi uma graça e alcancei, né. Aí quando foi no mesmo ano eu levei uma procissão, só com uma canoa. Aí você vê agora que sai em televisão, jornal. É muito barco, vem gente de todo canto, outras procissão acompanha também. Aí fizemos a capelinha maior lá na ilha, porque era só um cruzeiro, agora tem a capelinha e tem a santinha dentro da capela. Vem padre celebrar a missa, tudinho. Mas começou só com uma canoa. (Fala de Penha em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Segundo as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação, as ações julgadas mais relevantes foram justamente aquelas que proporcionaram visibilidade à causa dos moradores, e que foram possíveis (no caso da Sessão Especial na Câmara dos Vereadores e no evento Ocupe Porto do Capim) graças à colaboração de agentes externos da comunidade que endossam a causa. No caso da Sessão na Câmara dos Vereadores, o evento só foi possível devido a iniciativa de um vereador local, sensibilizado pela Comissão Porto do Capim em

Ação em convocar uma sessão exclusiva para discutir a situação dos moradores ribeirinhos. Por mais que essa sessão não tenha desencadeado medidas concretas de transformação na situação atual, foi um espaço onde os moradores (não apenas as mulheres da Comissão) puderam colocar seus pontos de vista e fazer suas reivindicações diretamente aos agentes públicos responsáveis em "pensar" a cidade. Foram contemplados naquilo que é uma frase recorrente no bairro: "nós queremos ser ouvidos!". No caso do evento Ocupe Porto do Capim, os moradores contaram com a colaboração de um coletivo cultural que tem sede na Praça Anthenor Navarro e que está conectado com outros coletivos culturais em escala mundial, por meio de redes alternativas de comunicação. Esse evento mobilizou a classe artística da cidade de João Pessoa, foram realizadas no Porto do Capim apresentações musicais, teatrais e dança. Houve a realização de mesas de discussão, exibição de documentários, atividades com as crianças. Todo o evento foi transmitido ao vivo por meio da internet. Esse evento fez com que pessoas de fora do bairro tomassem conhecimento da luta dos moradores e a visibilidade da causa é colocada, pela Comissão do Porto do Capim em Ação, como algo importante a ser conquistado.

Pude acompanhar a Procissão de Nossa Senhora da Conceição nos anos de 2012 e 2013. As ruas do Porto do Capim ganham colorido e decoração especial no dia 8 dezembro. São penduradas bandeirinhas nas cores azul e branca nas ruas que fazem parte do trajeto da procissão. O Trapiche também passa por reformas, recebe nova pintura e são colocados balões também nas cores azul e branco (cores que simbolicamente representam Nossa Senhora da Conceição). A Ilha da Santa também é preparada para as festividades. Todos os anos alguns pescadores se encarregam de cortar o capim, limpar o terreno e pendurar as bandeirinhas. A organização da celebração é feita pela comunidade católica de moradores das áreas ribeirinhas que frequentam a igreja de São Frei Pedro Gonçalves.

No início do dia, às sete horas da manhã, os devotos se reúnem em frente à igreja, ali é realizado um café da manhã coletivo, com diversas frutas, sucos, café, leite, queijos, pão e bolos. Formam-se filas ao redor da mesa, onde as crianças são servidas primeiro depois os mais velhos e por último o restante do público. No ano de 2013 a procissão contou com o auxílio de um caminhão de som, que reproduzia o discurso do padre assim como as canções em voz e violão que eram executadas durante a caminhada. Após o café da manhã, a imagem da santa sai da igreja para seguir o percurso da procissão. O trajeto terrestre se inicia no largo de São Frei Pedro Gonçalves, passa pela rua Porto do Capim e segue até o Trapiche. No Trapiche, muitas pessoas que não fizeram a caminhada inicial aguardam a chegada da Santa.

Há um barco principal onde a santa é levada. Nesse barco vão também o padre, as organizadoras da festa, as crianças representando os anjinhos e alguns convidados. Durante o percurso pelo rio Sanhauá os fiéis seguem rezando o terço e cantando músicas religiosas. Acompanhando o barco principal, pequenas canoas de moradores locais seguem em direção à Ilha da Santa. Participaram também da Procissão nesse ano um pequeno público visitante, imprensa local e um barco da Marinha do Brasil.




Imagens 60 e 61: Procissão Nossa Senhora da Conceição 2013.

Fonte: Acervo Pessoal. Autora: Patrícia Assad.




Imagens 62 e 63: Procissão Nossa Senhora da Conceição 2013.

Fonte: Acervo Pessoal. Autora: Patrícia Assad.



Imagens 64 e 65: Festa Nossa Senhora da Conceição 2012.

Fonte: Acervo Pessoal. Autora: Helena Tavares Gonçalves.



Imagens 66 e 67: Ilha da Santa. Festa Nossa Senhora da Conceição 2012.

Fonte: Acervo Pessoal. Autora: Helena Tavares Gonçalves.

Ao chegar na Ilha da Santa, a imagem de Nossa Senhora da Conceição é colocada em frente à capela, ali é rezada uma missa em homenagem à Santa. Após a missa, a imagem e as pessoas retornam aos barcos e voltam ao trapiche. A imagem da Santa é guardada na igreja católica localizada na rua Porto do Capim, conhecida como “Capelinha”. No período da tarde, os moradores se reúnem na frente das casas para almoçar, ouvir música, conversar e comemorar.

Podemos constatar que para os moradores ribeirinhos, a ideia de território tem como referência suas relações sociais. No entanto, apesar de pertencer ao território, eles não possuem a propriedade da terra. Segundo Haesbaert (2006), a noção de território apresenta

dimensões políticas, simbólicas, naturais e econômicas. No caso do Porto do Capim, é justamente o entendimento do território a partir dessas diferentes dimensões que ocasiona conflitos entre os interesses dos moradores locais e os gestores públicos. Ao encarar o centro histórico enquanto fragmento de uma memória pública, evoca-se o espaço como testemunho da "história oficial", entretanto o mesmo espaço pode fazer parte de narrativas históricas distintas. Quando o território é reivindicado como espaço histórico, recupera-se uma interpretação do ponto de vista de um grupo social específico. No caso de João Pessoa, a história de ocupação dos moradores não cabe na alegoria forjada para contar tanto a narrativa de nascimento da cidade, quanto à história da construção do Porto Internacional do Varadouro, mesmo que possamos questionar que foi a própria história de construção do porto e sua posterior desativação que provocou a ocupação inicial do espaço para fins de moradia ou ainda que possamos questionar qual a relevância em se rememorar a história de um porto que, desde o princípio, estava fadado ao fracasso.

> O porto da Paraíba foi sem dúvida o grande escândalo da época, mas o interesse do clientelismo seria mais forte e mais duradouro mantendo-o abafado sob grossos cobertores oficiais. Só muito depois de deixar a Presidência da República convenceu-se Epitácio Pessoa de que no local do falacioso empreendimento sobraram apenas quatro peças de ferro e cimento semi-submersas que por vezes repontam no Sanhauá, além de uma velha draga desativada pela ferrugem. Ferro e cimento naturalmente exportados pelos ingleses [...] De fato, o conluio entre a incompetência e o clientelismo deixou uma das mais vergonhosas marcas na história da engenharia. Além do incrível desperdício de dinheiro público, a crescente obstrução da bacia do Sanhauá. (JOFFILY, 1983, p.78)

Essa citação foi retirada do livro Porto Político que conta a história de construção do Porto Internacional do Varadouro, revelando interesses políticos que estavam em jogo na década de 1920. Através dos estudos históricos, o autor da obra chega à conclusão de que a construção do Porto foi considerada inviável desde a elaboração do projeto, mesmo antes de se iniciarem as obras já haviam sido realizados pareceres contra a instalação do porto. Fato é que, mesmo após as constatações e avaliações técnicas optou-se por sua construção. A obra nunca chegou a ser finalizada e o popularmente conhecido Porto do Capim nunca foi capaz de receber uma embarcação de grande porte, devido à questões de natureza do rio, como por exemplo sua profundidade. No livro o autor relata a história do porto. Em 1920 o projeto de sua construção aprovado pelo então presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa. O governador da Paraíba, cargo indicado pelo presidente, era Sólon de Lucena (primo de Epitácio). Em 1921 foi feita a primeira denúncia sobre a inviabilidade de construção do porto através de um parecer feito por um engenheiro, funcionário da empresa inglesa contratada

para execução das obras. Em 1922 novas avaliações foram feitas e o primeiro parecer foi reafirmado. Ou seja, constatou-se a inviabilidade da obra. De qualquer forma, no mesmo ano foi assinado um decreto aprovando um novo projeto para a continuação das obras do porto. Em 1925 o contrato com a empresa inglesa, responsável pela construção, expirou. As obras foram abandonadas e os olhares se voltaram para a construção de um porto em Cabedelo, há 17 km do Porto do Capim.

Digamos que seria, no mínimo, tentador estabelecer uma comparação entre o processo de construção do projeto que idealizou a construção do Porto Internacional do Varadouro e o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim que atualmente vem sendo idealizado por gestores públicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa e por parte da equipe do Iphan/PB. Pois nada garante que as obras de revitalização previstas irão promover a apropriação do espaço para novos usos. Esse projeto nega as formas de apropriação e o uso que hoje estão estabelecidos no lugar, para fins de moradia.

Sob o discurso de se reestabelecer o "vínculo entre o rio e a cidade" e sob a suposição de que a área possui uma inegável "vocação para porto" corre-se o risco de transformar um espaço cheio de vida, uma das poucas áreas do centro histórico que apresenta uma função habitacional, em um espaço vazio e árido, que esporadicamente receberá visitas de um público interessado em desfrutar de atividades de lazer, às custas de recursos financeiros exorbitantes, disponibilizados via Ministério da Cultura. Estes recursos poderiam ser utilizados na requalificação da área através da viabilização de infraestrutura necessária garantir melhores condições de habitabilidade para a população que vive ali e que também faz parte da história de formação da cidade, aliadas à estratégias de desenvolvimento de turismo comunitário e recuperação ambiental e reconhecimento das referências culturais historicamente construídas pelos moradores locais.

Sobre o conceito de revitalização, as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação colocaram suas opiniões a partir da maneira de sentirem como a população é encarada no Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

> Tem moradores no Porto do Capim, mas eles estão mais preocupados é com os prédio. E não com os moradores que têm uma história de vida aqui. Aí eles estão querendo restaurar... Pra eles é restaurar, pra gente é destruir a comunidade. (Fala de Verônica em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Da forma que eles falam parece que a comunidade não tem moradores. (Fala de Regina em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Para eles vai ter vida quando eles tirarem a comunidade e esconderem a comunidade. Pra eles revitalização é isso. (Fala de Adriana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

> Realmente o conceito de revitalização deles é diferente da humanidade, porque isso não é humano. O conceito de vida que eles tão querendo trazer pra cá não é humano, porque fazer um concretão para ter movimento temporariamente, quer dizer, quando tiver verão vai ter movimento aqui nessa área (se vier a acontecer o projeto) e quando não for verão também não vai ter vida. Então, não vai ter movimento. Então é um conceito de revitalização que eles têm bem diferente da humanidade. A comunidade hoje não tá precisando dessa revitalização, precisa-se de requalificação das casas, das ruas, a gente tem consciência de que tem alguns moradores vivendo em área de risco e eles também têm essa consciência de que estão morando em área de risco e que precisam sair. Então, não estamos precisando de vida. Porque tá cheio de vida, porto do capim pulsa vida. (Fala de Rossana em entrevista feita com a Comissão Porto do Capim em Ação, realizada no Bar da Penha no Porto do Capim, no dia 22 de outubro de 2013)

Podemos perceber que, nos termos em que foi elaborado o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, a palavra "revitalizar" pode significar, para alguns, "restauração" e para outros "destruição", ou pode também significar "esconder a comunidade". Para os membros da Comissão do Centro Histórico a revitalização será alcançada através da restauração dos prédios históricos e da construção de uma árida área destinada para realização de grandes eventos. Seria trazer a vitalidade criando atrativos que façam com que um novo público passe a frequentar aquele espaço. Aos olhos dos moradores ribeirinhos, a revitalização vai destruir a comunidade, aquilo que o centro histórico guarda de mais particular em sua configuração atual. Os moradores ainda salientam que o Porto do Capim não está precisando de vida, mas de melhorias na infraestrutura do bairro, ou seja, é reiterada a vitalidade do bairro, ao mesmo tempo que a invisibilidade da população para o poder público.

Ademais, podemos verificar na fala de Rossana que "concretão" é o nome pelo qual é conhecido o projeto de revitalização, esse foi um nome informal, inicialmente utilizado pelos técnicos do GT Porto do Capim e Vila Nassau, mas que foi incorporado pelos moradores por caracterizar de maneira fidedigna o que representa na prática a efetivação da construção da arena de eventos. Ou seja, esse projeto não contempla em nada as reais necessidades desses moradores. Os ribeirinhos não vislumbram que o projeto proporcionará melhores condições

de vida à comunidade, por isso, o chamam de “concretão”, pois a “revitalização” vai concretar não só as margens do Rio Sanhauá, mas também toda a vida que pulsa nesse território.

Outro dispositivo utilizado pela Comissão do Porto do Capim em Ação foi a realização de uma denúncia ao Ministério Público Federal, alegando que a obra não respeita a legislação ambiental e que são necessários laudos ambiental, antropológico e arqueológico que autorizem o início das obras. Sobre essa denuncia a Comissão ainda aguarda um retorno.

Por fim cabe dizer que nesse capítulo buscamos mostrar as dinâmicas sociais estabelecidas nas áreas do Porto do Capim e da Vila Nassau, tentando caracterizar o bairro pela sua diversidade, e mostrar que a noção de *território*, para os moradores, está conectada com as relações sociais que foram estabelecidas ao longo do processo de ocupação do espaço, e de como seria inviável manter-se o modo de vida desses sujeitos no projeto vislumbrado pela Secretaria de Habitação. Do mesmo modo, parece igualmente equivocada, em termos de política de preservação e promoção de patrimônios culturais, a retirada de moradores para a construção de uma arena de eventos, a exemplo de várias experiências semelhantes que já ocorreram em outros centros históricos brasileiros, como por exemplo os estudos realizados por Leite (2007), na cidade de Recife (PE). Por outro lado, o Projeto de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau (elaborado pelo GT Porto do Capim e Vila Nassau) procura contemplar as duas narrativas históricas desse lugar, ou seja, procura legitimar os processos de ocupação e a história da comunidade, assim como a herança histórica de um porto que nunca foi concretizado. Por meio de entrevistas e vivências junto aos moradores ribeirinhos, foi possível desconstruir algumas afirmações genéricas vindas de gestores públicos que insistem em se posicionar “em nome dos moradores” para dizer que os mesmos não querem morar ali, que é um desejo sair, que eles só estão ali porque “foram jogados” ou porque aquele foi o espaço da cidade que sobrou para habitarem. Relatamos como os planos de intervenção repercutem na vida dos moradores. Tentamos mostrar que a população local não está alheia ao processo, eles reivindicam a legitimidade de uso do espaço, procuram meios para estabelecer diálogo com órgãos públicos e desenvolvem ações para fortalecimento de vínculos comunitários e identitários.

CAPÍTULO IV
CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, como se sabe, a criação de um órgão governamental responsável por eleger, identificar e selecionar aquilo que seria reconhecido como elementos constitutivos representantes de uma identidade nacional, assim como o início do processo de proteção aos monumentos nacionais se deu através da implementação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse momento histórico foi marcado, no plano político-ideológico, pela busca do que seria "identidade nacional", da busca de elementos capazes de traduzir aquilo que seria propriamente a marca do "ser brasileiro". Dentro da política do Sphan, naquele momento coordenada por intelectuais expoentes do movimento modernista, foram elencados estilos de exemplares que de certa maneira expressavam um tipo de arquitetura que refletia uma atribuída autenticidade nacional. O principal estilo arquitetônico escolhido foi o Barroco, pois entendia-se que tal estilo artístico trazia os componentes de uma "primeira brasilidade", de uma arte nacional, fazendo da região de Ouro Preto/MG uma espécie de laboratório para a intervenção institucional e criação de referências conceituais para a formulação de políticas patrimoniais (FONSECA, 2009). Segundo Motta (2000), os trabalhos iniciais do então Sphan eram baseados na ideia de uma suposta unidade nacional, orientados pelo projeto político do Estado Novo, para a construção de uma nação moderna, identificando edificações e sítios históricos do período colonial como "primeira expressão autenticamente brasileira". Nessa perspectiva**,** sítios urbanos deveriam ter certas características uniformes. Assim, as práticas de restauração desse período incidiam esforços sobre as fachadas, buscavam certa fisionomia, criando um cenário colonial.

Esse tipo de perspectiva acabou por privilegiar a proteção de monumentos que reafirmavam os poderes das classes dominantes, preservando a história e a memória da elite oligárquica do país, assim como os ícones referenciais do catolicismo e do militarismo. A escolha e preservação de igrejas católicas, fortes militares e casarões das elites locais podem ser considerados enquanto elementos que configuram aquilo que Zukin (1996) denominou de "paisagens de poder":

> Paisagem é uma ordem espacial que é imposta ao meio ambiente construído ou natural. Desse modo, a paisagem é sempre socialmente construída ao redor de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a corporação de

> franquias) e ordenada pelo poder... A paisagem, assim, da forma material a uma assimetria de poder econômico e cultural. (ZUKIN, 1996, p. 207)

Ainda que bens tombados como, igrejas, casarios coloniais, imagens de santos barrocos tenham sido apropriados também pelas camadas populares da sociedade, o modelo de fruição imposto a eles pela política de preservação do Iphan, acabou privilegiando a apropriação desse patrimônio pelas elites em detrimento das referencias culturais mais "populares".

Nesse contexto a "nação" é apresentada como discurso, através de uma narrativa que se pretende coerente e contínua. Logo, divergências e diferenças não aparecem no discurso da identidade nacional. Segundo Gonçalves (2002), dentro da lógica da construção de discursos de identidade nacional, está a estratégia de escolher alguns símbolos que têm a função de traduzir, através da objetificação, aquilo que seriam os elementos constituintes da Nação. Esses discursos vêm sempre acompanhados da ideia de que é preciso preservar para não perder. A perda, a destruição e a descaracterização cultural são ideias fortemente presentes no campo da construção de discursos identitários. Essa perspectiva leva a encarar o tempo presente sempre numa situação de perda progressiva, justificando práticas de colecionamento, restauração e preservação de patrimônios culturais.

> Desse modo, pode ser analiticamente produtivo pensar os patrimônios culturais como alegorias por meio das quais ideias e valores classificados como nacionais vêm a ser ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares (GONÇALVES, 2002, p. 28)

Dessa maneira, a construção dos discursos de identidade nacional está baseada em narrativas onde o patrimônio aparece sempre na situação de risco e perda. A partir desse ponto de vista, o desaparecimento da história é um processo iminente. Para combater tal processo criam-se técnicas e estratégias de apropriação e preservação do patrimônio cultural baseadas numa "suposta existência original ou primordial da nação" (GONÇALVES, 2002, p. 32). Essa concepção nos leva a compreender que o processo de construção de narrativas está imerso em um universo de escolhas possíveis que irão legitimar uma história própria e autêntica, onde o que deve ou não ser preservado não é algo determinado em si. Pelo contrário, a autoridade para dizer o que é ou não patrimônio cultural é resultado de disputas de jogos de relação de poderes, construídas socialmente.

No caso do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, sustenta-se o argumento de que é preciso resgatar o **"**vínculo entre o rio e a cidade**"**, que as intervenções previstas na área têm por objetivo remeter à ideia de porto, que tal área tem "vocação para ser um porto" e de que é preciso recuperar a mata ciliar. Em contraposição a esses argumentos, os técnicos do GT Porto do Capim e Vila Nassau alegam que a construção de uma grande arena de eventos nada remete à ideia do antigo porto; de que o projeto não prevê recuperação ambiental, uma vez que pretende consolidar uma grande área de concreto no lugar onde se encontram hoje as casas dos moradores locais e a vegetação remanescente do mangue; de que o vínculo rio/cidade já existe na relação entre moradores e o lugar.

Nesse sentido, qual seria o papel do Iphan? No caso, o "nacional" estaria melhor representado por uma comunidade local ribeirinha ou por uma grande praça de eventos? Poderíamos ainda questionar se cabe ao Iphan continuar defendendo a ideia de identidade nacional. Essas questões parecem não apresentar resposta única. O que podemos perceber é que a construção dos argumentos dos técnicos favoráveis e contrários à implementação do projeto de revitalização elaborado pela Comissão do Centro Histórico, são apresentados a partir de numa subjetividade que só aparece publicamente quando respaldada por uma objetividade técnica e legal. Munidos desses argumentos, os técnicos constroem discursos e aplicam ações de intervenção em espaços patrimonializados, baseados em ideias abstratas de valores nacionais (uma vez que qualquer ideia de "nação" ou de "identidade nacional" é arbitrária e abstrata), que direcionadas ao caso do centro histórico de João Pessoa vêm gerando diversos conflitos na instituição.

A busca de referenciais identitários capazes de traduzir as características de uma nação pode ser considerada uma busca ideológica que na prática acaba por subsumir a diversidade de manifestações culturais distintas que coexistem num mesmo espaço/tempo. No caso dos patrimônios de uma nação, é preciso considerar que eles são resultado também das produções das classes economicamente pobres.

Assim, encaramos que a identidade não pode ser vista como uma coisa dada, como marca embutida nos sujeitos. Mas sim enquanto processo, como algo que se constrói e se ressignifica, na medida em que está em constante interação com os processos históricos, sociais e políticos que permeiam as relações sociais, configurando uma estrutura de sentimentos conectada às experiências do presente, trazendo para o estudo uma dimensão de relações de poder e enfrentamento político. Nesse sentido, podemos entender que diversos referenciais identitários coexistem, estão em constante interação, fazem parte de relações

dinâmicas de consenso e conflito, que emergem das relações entre os homens. O que está em jogo é o investimento que se faz a um tipo de ideal identitário. Aqui a memória nos garante certa identificação dentro de um universo de lembranças possíveis, criando uma subjetividade compartilhada. Essas escolhas estão ligadas as configurações sociais do presente. Dessa forma, "novas formulações identitárias se organizam justamente mediante o enfrentamento das instâncias de dominação, pela construção de um projeto. E este projeto é ao mesmo tempo cultural, econômico e político"[52].

> Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdade social, vemos que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem. (CANCLINI, 1997, p. 194)

Essa perspectiva implica no fato de que ao mesmo tempo em que grupos dominantes produzem representações de si que justifiquem algum tipo de exploração ou dominação de outros, grupos dominados e explorados criam representações que de alguma maneira contestam a ordem vigente[53]. Segundo Stuart Hall (2008), todas as identidades estão localizadas em um espaço-tempo simbólico e as pessoas carregam vínculos com os lugares de origem e suas tradições ao mesmo tempo em que são obrigadas a negociar com a cultura onde atualmente vivem; por isso, não há uma cultura que esteja autonomamente situada fora do campo das relações de poder.

Apesar de carregarmos a ideia da miscigenação como marca nacional, durante grande parte da história do Iphan, pouco da produção cultural de grupos indígenas, negros, caboclos, crioulos foi reconhecido enquanto patrimônio nacional. Ao negligenciar o fato de que a sociedade está dividida em grupos e em classes, não se considera que diferentes grupos se apropriam de forma desigual e diferente dos patrimônios culturais.

Recentemente, através do Decreto 3551 de 2000 que institui a Política de reconhecimento e Registro de Patrimônio Imaterial nacional, buscou-se reparar uma "injustiça histórica" no âmbito da política de preservação patrimonial. Portanto, se por um lado o Iphan valoriza os grandes monumentos das camadas dominantes, a política de patrimônio imaterial

[52]MOURA, M. *Identidades*[online], p. 03. Disponível em: <www.olugardosomnomundo.com>. Acesso em 14 out. 2009.

[53] Sobre a concepção que encara o conceito de identidade como estrutura de sentimentos ligada a questões referentes à dimensão do conflito das relações de poder, ver PINHO (2004) e HALL (2008).

passou a reconhecer as manifestações das ditas “camadas populares”, “reparando”, assim, uma espécie de dívida histórica. O problema é que é um equívoco pensar que o patrimônio material seria o patrimônio das elites, enquanto que os aspectos imateriais fariam parte apenas do universo simbólico das camadas populares. Logo, as elites não produzem saberes? As camadas populares não têm seus patrimônios edificados? Evidente que esses questionamentos são decorrentes da divisão entre patrimônios materiais e imateriais e seus instrumentos legais de reconhecimento e preservação, pois na práticas os aspectos materiais e imateriais das culturas são interdependentes, coexistem e fazem parte de um “todo”. Todavia, o que quero chamar a atenção é que, mesmo após a instrução da política de patrimônio imaterial a divisão de classes da sociedade aparece refletida também na divisão da política de patrimônio cultural do Estado.

O conceito de nação, enquanto construção social está sujeito a reformulações, muda de época em época, pode ser representado através de suportes concretos da produção cultural material. À medida que os discursos identitários são objetificados e internalizados, eles alcançam eficácia social (CANCLINI, 1994). É a construção de um modelo que se quer universal que procura estabelecer uma narrativa coerente e homogênea sobre a trajetória da nação.

> Neste sentido, eu diria que a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se construir como o prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem. (ORTIZ, 2006, p. 138)

É a partir da década de setenta que a noção da existência de referenciais identitários plurais começa a fazer parte das preocupações das formulações de políticas patrimoniais, quando a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ficou sob a direção de Aloísio Magalhães, responsável por operar com a noção de *referência cultural* para se pensar, considerar e incluir as diversidades de elementos, símbolos e signos relevantes de diferentes grupos sociais. Essa nova perspectiva implicava em encarar a diversidade cultural e regional enquanto símbolo e marca da identidade nacional brasileira, o que ocasionou um deslocamento das práticas de preservação, que antes tinham foco na nação e que passaram a voltar o olhar para o que há de significativo e importante em cidades e em locais específicos, encarando a seleção do patrimônio cultural brasileiro para além dos critérios de excepcionalidade e considerando aspectos históricos e sociais locais. No entanto, operar com

a noção de referência cultural implica também em selecionar o patrimônio cultural levando-se em consideração a preservação, valorização e reconhecimento da relação que se estabelece entre o sujeito e o patrimônio consagrado, tanto nos aspectos materiais quanto nos imateriais (dicotomia que não era uma pauta institucional na época de Aloisio Magalhães, diga-se de passagem).

Segundo Leite (2007), na década de 1970 o processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil resultou na contribuição para flexibilizar a tarefa de atribuir valor aos bens que poderiam ter relevância aos estados e municípios, mas não necessariamente relevantes a respeito da memória e identidade nacional. É interessante perceber que a mudança de perspectiva que guiou as transformações das políticas patrimoniais no Brasil também estava conectada a uma nova perspectiva a nível mundial. As recomendações presentes na Carta de Veneza (1964)[54] e nas Normas de Quito (1967)[55], passaram a guiar as novas formas de política de preservação. Entre as diretrizes estavam a associação entre preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano. Além disso, aconteceram mudanças no próprio entendimento das noções de *monumento*, associando-o aos seus contextos, trazendo a ideia de "entorno"[56] e ambiência, introduzindo também a noção do uso econômico do patrimônio.

> A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, **bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular**, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza, 1964).

Podemos considerar que, nesse período, a conceituação de patrimônio passou a ser ampliada, e a sociedade civil organizada passou a solicitar tombamentos; no âmbito internacional os ideais de respeito às diversidades culturais ganharam força devido ao momento histórico do pós-guerra. Naquele momento também se despertou para o uso do patrimônio por seu potencial econômico, especialmente turístico.

---

[54] ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. *Carta de Veneza*. Veneza: ICOMOS, 1964.

[55] OEA - Organização dos Estados Americanos. *Normas de Quito*. Quito: OEA, 1967.

[56] A ideia de entorno, embora melhor trabalhada mais recentemente, já estava implícita no Decreto Lei 25/1937, no Artigo nº18, quando se fala em "vizinhança da coisa tombada" e na definição de perímetros de tombamento e perímetros de entorno nos sítios históricos.

> Pode-se dizer que a aproximação do tema da preservação com o da **qualidade de vida** foi o grande avanço que se processou nessa área, em decorrência da participação e do interesse das comunidades urbanas pelo assunto... Adotou-se, assim, na prática, a ideia de *ambiência* – que possibilitou a inclusão de outros estilos, anteriormente rejeitados, ao repertório da preservação, revogando-se a primazia de um único estilo (barroco/colonial) na composição do patrimônio cultural. (MOTTA, 2000, p. 266)

Porém, perdurava a ideia de unidade estilística do conjunto urbano. Apesar de superada a estética modernista, permanecia o mesmo entendimento do que é um *bem cultural*, "conceito atribuído à escolha de determinada estética em razão da materialidade dos objetos" (MOTTA, 2000, p. 266). Nesse contexto, foi elaborado o Plano das Cidades Históricas (PCH), do qual se originou em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, tendo como foco o desenvolvimento do turismo, visto supostamente como recurso para diminuir desigualdades regionais (LEITE, 2007). Tal plano esteve sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), em conjunto com Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e Iphan. Em sua primeira etapa foram atendidos os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão[57].

Esse é um ponto fundamental para compreender as mudanças que influenciaram, a partir da década de setenta, as políticas de patrimonialização que passaram a contar com a interferência de novos agentes e órgãos governamentais em assuntos e questões delegadas inicialmente ao âmbito exclusivo do Iphan. Nessa nova configuração política, o Iphan continuou responsável por pareceres técnicos de restauração, mas passou a travar diálogo com outros agentes institucionais e com o setor privado para a formulação das políticas de intervenção na área patrimonial, agregando ao valor histórico dos patrimônios interesses referentes à exploração e desenvolvimento turístico, com o objetivo de desenvolver economicamente as regiões, construindo um vínculo entre patrimônio cultural, turismo e economia.

Novas reflexões sobre o entendimento dos *bens culturais* surgiram na década de 1980 devido às pressões de crescimento dos centros históricos já tombados e de transformações no entorno dos monumentos, que "representam o entendimento do patrimônio enquanto

[57] ANDRADE, A. L. D. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415>. Acesso em 12/03/2012.

documento" (MOTTA, 2000). Iniciava-se um processo de valoração dos sítios urbanos em virtude das leituras possíveis contidas na configuração do espaço, rompendo com uma perspectiva estritamente visual, "ampliavam-se as possibilidades de apropriação do bem cultural como referência de identidade, independentemente de uma determinada estética previamente selecionada. A construção simbólica foi, então, ampliada pela possibilidade de leitura da forma urbana" (MOTTA, 2000, p. 266). Dentre as ações desse período foram desenvolvidos estudos e inventários dos sítios urbanos tombados para orientar os critérios de intervenção que considerassem a cidade como um processo, ao invés de eliminar os vestígios mais recentes da história em nome de imagens idealizadas, reconhecendo os sítios como lugares socialmente construídos onde é possível fazer uma leitura das trajetórias de transformação da cidade: a cidade vista como um texto.

Em diálogo com a análise feita por Motta sobre a trajetória das ações de preservação do Iphan, é possível localizar também a produção de documentos referenciais, como, por exemplo, Cartas Patrimoniais, que têm por objetivo orientar as ações de salvaguarda do patrimônio cultural. Em 1987, no 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, foi elaborada a Carta de Petrópolis, já citada no segundo capítulo, que traz em seu conteúdo recomendações que indicam um caminho para tratar da preservação dos sítios históricos levando-se em consideração os processos de transformação da cidade e os usos sociais do presente.

No entanto, a autora sugere que, embora esse tipo de perspectiva tenha tido continuidade em ações pontuais desenvolvidas por agentes institucionais dos órgãos de preservação, a partir dos anos 2000, passou a imperar nas políticas de intervenção de sítios urbanos uma perspectiva chamada de "neoliberal". Esse caminho colocava o patrimônio cultural no jogo do livre mercado, o que poderia implicar num retrocesso quanto às possibilidades de preservação do patrimônio urbano, igualando as práticas da atualidade ao período inicial da história do Iphan, dando ênfase aos aspectos visuais, construindo cidades-cenários, sem levar em consideração a possibilidade do entendimento do patrimônio como documento histórico. Seguindo nessa perspectiva é importante ressaltar o fato de que, na época de fundação do Iphan existia uma preocupação com o patrimônio "em si", uma preocupação técnica, especializada. Hoje, porém, a parceria entre patrimônio e mercado, coloca os bens culturais predominantemente enquanto suportes para uma economia da cultura, mesmo que coexistam outros valores embutidos.

Tais políticas de intervenção contam com participação não só dos órgãos de preservação, mas também de empresários da indústria turística e do entretenimento. Esses agentes normalmente direcionam suas ações de intervenção ancoradas em um discurso que se apropria da "cultura" enquanto um objeto de capital potencial, como elemento que legitima e justificativa suas ações. Porém, é importante ressaltar que ao significado de "cultura" são atribuídos valores e sentidos distintos, que traduzem os diferentes objetivos a serem alcançados através de políticas de revitalização. É na interação entre tais agentes, mais a participação dos movimentos sociais e de setores da iniciativa privada que as intervenções de revitalização vão assumir formas que garantem suas singularidades.

Como vimos no primeiro capítulo e foi referenciado em estudos realizados por Scocuglia (2004), entende-se que os processos de construção de uma "memória comum" se dão em João Pessoa a partir do estabelecimento do Convênio Brasil/Espanha, no fim da década de 1980. Já na década de 1990 os modelos de intervenção propostos apresentam semelhanças com modelos de outras cidades brasileiras, através de parcerias público/privadas como também contando com financiamentos de programas nacionais e internacionais, como, por exemplo, o PRODETUR/NE, contando com recursos do BNB e BID. Nesse processo, o bairro do Varadouro foi ressignificado enquanto lugar representante do nascedouro da cidade. Áreas alvo de revitalização foram a Praça Anthenor Navarro e o Largo São Frei Pedro Gonçalves. As intervenções previstas apresentavam como uma de suas justificativas a situação de esvaziamento e abandono.

> Com efeito, o exemplo – modelo seguido no final da década de 1990 pelos órgãos que implantaram a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves foi o das reformas do *Recife Antigo* – exemplo paradigmático das atuais práticas de revitalização do patrimônio cultural e da atuação dos órgãos do patrimônio nacional como parceiros deste processo, junto com a iniciativa privada e órgãos públicos municipais e estaduais. Este modelo era o mais próximo da realidade cultural de João Pessoa. O *Recife Antigo* foi exemplo nacional com o desenvolvimento do *Projeto Cores da Cidade*, da Fundação Roberto Marinho e empresas privadas, estimulando a participação desse tipo de ação em outras localidades, mesmo sem esta vinculação institucional específica, mas também voltadas para a construção de cenários urbanos para consumo turístico e dinamização cultural. (SCOCUGLIA, 2004, p. 88)

No período da década de 1990 até os anos 2000, localizamos a Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa como o principal agente gestor do centro histórico da cidade. Foram os técnicos que compunham essa organização os

responsáveis por elaborar o Plano de Revitalização do Bairro do Varadouro, sendo um dos projetos desse plano o *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. Esses sujeitos atualmente ocupam cargos em instituições de proteção ao patrimônio cultural nos níveis municipal, estadual e federal. De acordo com entrevistas realizadas com dois dos técnicos que compunham essa equipe, foi relatado que as ações realizadas por essa Comissão, assim como os cursos de capacitação promovidos através do Convênio Brasil /Espanha, tinham como perspectiva a utilização do patrimônio cultural a serviço do desenvolvimento econômico local, tanto que o Programa recebeu o nome de "Patrimônio para o desenvolvimento".

Chegamos então numa questão que vale a pena ser problematizada, para que possamos compreender porque o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim vem gerando conflitos entre os agentes institucionais do Iphan.

Ao trabalhar com a temática de patrimônios culturais, os órgãos de preservação fazem uma apropriação do conceito de "cultura" que enfatiza um tipo de entendimento conceitual em detrimento de outros. Principalmente quando "cultura" passa a ser instrumentalizada enquanto uma espécie de ferramenta a serviço do desenvolvimento econômico na formulação de políticas públicas.

Em primeiro lugar, partiremos da afirmação de que as definições de "cultura" variam segundo autores e contextos. Nesse estudo e segundo uma perspectiva antropológica, "cultura" foi entendida enquanto um conjunto de elementos que garantem ordenamento das dinâmicas cotidianas de grupos específicos, sendo o homem em sociedade um produto da cultura, que constrói através de sistemas simbólicos as orientações de suas relações cotidianas, produzidas coletivamente e que estão continuamente em transformação. Assim, a cultura engloba todas as práticas sociais, num movimento de formulação, transformação e reformulação de seus significados, os quais dizem respeito também aos aspectos práticos da vida cotidiana.

> Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. (GEERTZ, 1989, p. 15)

Logo, diferentes culturas humanas podem ser entendidas através de diferentes processos de invenção de modos de vida, englobando crenças, maneiras de se comportar em diferentes espaços e territórios, vestimentas, comida, celebrações, relações de parentesco e mais tudo aquilo que diz respeito à vida social. Essas diferenças ou fronteiras são contextualizadas em lógicas culturais próprias, revestidos e ordenados por complexas redes de significação simbólica, caracterizadas por suas capacidades de permanência e transformação que garantem seu dinamismo.

Durham (1984), em artigo publicado no livro *Produzindo o Passado*, faz uma reflexão sobre o entendimento de cultura relacionando tal conceito com as práticas de preservação:

> Não podemos entender a cultura de forma extremamente utilitária, mas devemos sempre considerar que os bens materiais mais úteis estão imersos numa espessa camada de relações sociais, elaborações estéticas e formas rituais das quais retiram muito de sua significação. (DURHAM, 1984, p. 30)[58]

Nesse sentindo a esfera cultural faz parte do domínio dos símbolos e faz do homem um animal simbólico, onde a linguagem é a ferramenta imprescindível que define nossa humanidade. Dessa forma, entende-se que não há sociedade sem cultura. De acordo com essa perspectiva, não há sentido na busca por ideias genéricas como "resgate cultural", "perda de cultura", "busca pelo uso de um espaço ou de costume original", muitas vezes presentes nas justificativas de projetos que visam preservação e promoção de patrimônios culturais.

No contexto das políticas de revitalização, cultura aparece como o elemento responsável por conduzir o foco das ações políticas, porém as apropriações são feitas com diferentes sentidos e significados. Para os órgãos de preservação, "cultura" é normalmente utilizada como sinônimo de produção artística, festiva ou ritualística. Já os órgãos de desenvolvimento econômico e de turismo fazem a apreensão de tais elementos culturais incorporando a essa produção o sentido de "produto cultural"; ou seja, agregam ao valor cultural um valor de mercadoria passível de ser consumida. Nesse processo, práticas sociais que distinguem grupos, populações, comunidades, passam a incorporar um valor de mercado, que vem sendo intensamente explorado pela indústria do turismo e do entretenimento, criando um vínculo entre patrimônios culturais, turismo e economia. Ao tratar "cultura" como

[58] DURHAM, E. R. "Cultura, Patrimônio e Preservação" *In:*ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o Passado.*São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p.30.

produto, seleciona-se também qual é o público que terá acesso aos bens culturais mercadorizados; nesse aspecto, os patrimônios culturais nacionais deixam de ser públicos, sua acessibilidade passa a ser restrita.

Segundo Ortiz (2008), na esfera política a noção de cultura vincula-se a certa racionalidade, planejamentos são formulados para que determinadas metas sejam alcançadas. Ao fazer uma apreensão da "cultura" como um elemento capaz de produzir "desenvolvimento", esquecemos do fato de que a própria ideia de desenvolvimento vinculada à noção de progresso econômico e de avanço tecnológico, é uma invenção moderna de um contexto específico, industrial e urbano. Ou seja, a noção de desenvolvimento é um conceito datado historicamente, enquanto que a existência de "cultura" é algo inerente à vida em sociedade. O vínculo entre cultura e desenvolvimento permite traçar políticas de reconhecimento das diferenças, onde o diverso torna-se um bem comum. No entanto, uma política cultural para o desenvolvimento vai privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros.

Tais planos de desenvolvimento cultural visam atingir um público determinado, fazendo generalizações, onde não são caracterizados quem são esses sujeitos, como vivem, quais suas tradições, em qual território estão, como organizam suas famílias, enfim, não são caracterizados quais os tipos de relação que se estabelecem e em relação a quais elementos. Por fim, acabam por:

> Trabalhar pelo desenvolvimento sustentável (sem definir o que seria sustentável), produzir meios para "vivermos juntos" (esquecendo-se das barreiras de classe, gênero, etnias). Dito de outra forma, o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes; da produção de bens culturais para o mercado global à defesa dos direitos humanos, como se entre tais objetivos existisse uma harmonia indiscutível. O problema é que nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando?" (ORTIZ, 2008, p. 06)

Colocamos então a seguinte questão**:** qual é o desenvolvimento que busca ser alcançado pela Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, trabalhando com um programa intitulado "Patrimônio para o desenvolvimento"? Através das entrevistas realizadas durante o processo de pesquisa, verificou-se que a ideia de *desenvolvimento* remete a questões de progresso econômico. E, no caso do projeto de

Revitalização do Antigo Porto do Capim, esse desenvolvimento só será alcançado através da remoção dos moradores locais, como é colocado na justificativa do projeto:

> Buscando reverter este quadro de abandono e degradação, desde 1997, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa desenvolve o Plano de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim, por ser esta área estratégica para o Desenvolvimento do Centro Histórico e da cidade como um todo, dado seu potencial de interface entre o patrimônio histórico, cultural e ambiental. (COMISSÃO, 2007, p. 7)

Embora possamos julgar equivocada a maneira e as concepções em que foram elaborados os planos de revitalização pela Comissão, poderíamos considerar que esse grupo não tinha por objetivo apenas a proteção dos prédios históricos, mas foram formados, através de cursos de capacitação promovidos pelo governo espanhol do período, numa perspectiva em que o patrimônio cultural é instrumentalizado para servir de componente para se alcançar o que se entende como "progresso econômico". Todavia, mesmo do ponto de vista estritamente econômico e da circulação de bens, serviços e capital, as regiões do Porto do Capim e da Vila Nassau apresentam dinamicidade econômica, distribuída em pequenas quantias que circulam periodicamente naquele território.

Ainda que a missão institucional do Iphan passe pela promoção do desenvolvimento socioeconômico, sendo sua missão institucional atual "promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e assim contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país"[59]; a ideia é que o "desenvolvimento" seja uma consequência da política de preservação e não que o patrimônio cultural consagrado seja utilizado como uma ferramenta à serviço do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, um projeto elaborado por essa Comissão, não deveria ser simplesmente cooptado pelos agentes institucionais do Iphan sem passar por uma revisão conceitual, adequando-o à uma visão contemporânea de política patrimonial onde se busca promover o reconhecimento das referências culturais dos diversos grupos sociais que, em consequência do reconhecimento, poderiam ser desencadeados processos de desenvolvimentos (sociais, econômicos, ambientais, etc.).

Constatamos então que a revitalização prevista[60] para as áreas do Porto do Capim e Vila Nassau (área de entorno do Centro Histórico de João Pessoa) consiste na realização de

[59] http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan. Acesso em 27/03/2014.

[60] Com projeto submetido e aprovado pelo PAC Cidades Históricas.

um projeto elaborado na década de 1990 pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa que atualmente está sendo encabeçado por ex-membros dessa Comissão que hoje fazem parte da equipe do Iphan/PB. Ficou evidenciado, também, que tal projeto foi concebido através da perspectiva "política para o desenvolvimento [econômico]". Questiona-se então se a tônica desse projeto de intervenção, no contexto de política pública patrimonial, seria adequado, uma vez que, através da remoção dos moradores, demolição das casas e construção de uma arena de eventos, os referenciais identitários dos moradores locais não serão reconhecidos e nem fortalecidos, muito menos serão garantidos o direito à memória dos ribeirinhos.

4.1. *Políticas de Intervenção em Centros Históricos: entre o consenso e os dissensos*

No processo de formação das cidades, os centros urbanos de ocupação mais antiga (que posteriormente ganham o *status* de centros históricos) representam não só um aspecto funcional da vida cotidiana, como também estrutural. São inicialmente locais de prestígio social e de destaque no desenvolvimento econômico dos centros urbanos; num momento posterior, com o crescimento das cidades a formação de novos bairros e centros administrativos, os antigos centros perdem seu prestígio social e função econômica, passam a ser estigmatizados e caracterizados pelo abandono e decadência. Num terceiro momento esses espaços adquirem uma identidade patrimonial (ARANTES, 2000; LEITE, 2009), que os coloca, novamente, no centro das políticas urbanas.

Nesse contexto, busca-se estratégias de intervenções relacionadas tanto aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos quanto à configuração dos usos dos espaços, de novos usos desejados por pequenos segmentos políticos e técnicos para os "espaços revitalizados". Esses usos refletem diretrizes de políticas públicas ligadas à área do patrimônio cultural que tendem a aliar ao valor histórico e arquitetônico um valor de mercado, agregando ao patrimônio a ideia de *mercadoria*, passível de ser consumido, colocando a iniciativa privada enquanto um dos agentes atuantes no processo. Assim, as intervenções realizadas em centros históricos procuram construir a imagem de um lugar harmônico, pouco conflituoso, limpo, seguro e que ofereça opções de lazer e diversão; tudo isso relacionado ao valor histórico atribuído aos monumentos ali presentes. Como consequência, as políticas de promoção de patrimônios culturais acabam, na maioria das vezes, negligenciando o fato de que diferentes grupos sociais

se apropriam de maneiras distintas desses patrimônios. Nessa mesma perspectiva, Canclini (1994) afirma que:

> As atividades destinadas em defini-lo (o patrimônio histórico), preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais. (CANCLINI, 1994, p. 92)

Embora cada cidade que passa por processos de revitalização de seus centros históricos tenha suas características particulares referentes à maneira como são realizadas as intervenções urbanas, também é possível localizar o que há de comum na maioria dos casos e experiências de revitalização em diversas cidades brasileiras. Uma das estratégias recorrentes utilizadas durante o processo caracteriza-se por utilizar de "particularidades culturais regionais" enquanto elementos diferenciadores que garantem excepcionalidade ao lugar. Porém, as intervenções geram padrões que acabam por criar certa uniformidade entre os diversos centros revitalizados, criando um cenário composto por uma arquitetura de caráter monumental, com fachadas restauradas, produzindo imagens coloridas e vibrantes, contrastando com o restante da cidade. Jacques (2004), aponta para o processo que vem ocorrendo, onde planos de revitalização em centros históricos, sob a justificativa de valorizar uma "cultura local" acabam suprimindo a diversidade própria desses espaços.

> Essas áreas [centros históricos] a princípio deveriam preservar a memória cultural de um lugar, de uma população e muitas vezes de toda uma nação. O modelo de gestão patrimonial mundial, por exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas e nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas – em diferentes países de culturas das mais diversas – cada vez mais semelhantes entre si. É um processo de "museificação" urbana em escala global. A memória da cultura local – que deveria ser preservada – se perde, e em seu lugar são criados grandes cenários para turistas. Na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardiã das tradições culturais, é expulsa do local da intervenção. (JACQUES, 2004, p. 24).



Imagem 68: Centro Histórico de João Pessoa/PB Fonte: Disponível em: <http://www.politicapb.com.br/Noticia.aspx?id=121300>.



Imagem 69: Centro Histórico de Salvador/BA Fonte: Disponível em: <http://osvaldocampos.blogspot.com.br/2010/04/viver-no-centro-historico-de-salvador.html>.



Imagem 70: Centro Histórico de Fortaleza/CEFonte: Disponível em: <http://www.skyscraperlife.com/ciudades-y-arquitectura-la/34479-brasil-historico-patrimonio-historico-de-brasil-2-fotos-por-post-10.html>.



Imagem 71: Centro Histórico de Recife/PE Fonte: Disponível em: <http://maritacaonline.blogspot.com.br/2011/01/recife-centro-historico.html>.

O primeiro passo para a transformação da imagem do centro histórico, sua ressignificação simbólica, se faz através da reinvenção de seu passado, provocando intervenções concretas/materiais, reordenando o espaço público na tentativa de minimizar aspectos conflituosos, higienizando tais espaços. Nesse processo, o patrimônio passa a ser associado a uma ideia pacífica de espaço público, ancorada numa suposta concepção de passado comum e de tradições compartilhadas (LEITE, 2009). Cria-se uma imagem de centro histórico enquanto espaço público idealizado, potencializado enquanto atração turística e de lazer, representando ideias abstratas de funcionalidade, qualidade de vida e cidadania.

A partir de diretrizes que tratam cultura como um produto, áreas degradadas de localidades históricas transformam-se em segmentos de mercado, fazendo uma apropriação cultural do espaço, através da especulação turística e da indústria do entretenimento. Este processo resulta numa realocação estética do passado e transformação das áreas marginais em centros de lazer a serem utilizados por uma parcela da sociedade e por visitantes da cidade, resultando numa apropriação do espaço urbano a serviço do capital privado. Encarando o patrimônio cultural somente enquanto mercadoria e o cidadão estritamente enquanto consumidor, alterando outros sentidos públicos dos lugares, impondo restrições aos seus usos devido aos limites de acesso ao consumo por parte das diferentes classes sociais.

> As experiências recentes que exemplificam essa tendência são muito diversas e possuem, evidentemente, suas próprias singularidades. Diferentes localidades integram essa perspectiva orientada pelo (e para) o [sic] mercado, combinando intervenção no patrimônio, requalificação dos usos da cidade e melhorias na infra-estrutura urbana. Essas políticas urbanas têm dividido opiniões e recolocado o debate sobre o patrimônio em torno de temas caros às ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural. São estes alguns dos conceitos que perpassam o debate sobre as cidades históricas, divididas entre a suposta autenticidade da tradição e a espetacularização de suas fachadas para o consumo visual. (LEITE, 2007, p.21)

Em João Pessoa, as intervenções no centro histórico realizadas a partir da década de 1990, nas regiões da Praça Anthenor Navarro e Largo São Frei Pedro Gonçalves, tiveram como objetivo a inserção de novos usos aos espaços, ligados à atividade de entretenimento e lazer. Hoje em dia, não há esse movimento de efervescência cultural, como ocorreu logo após a conclusão das intervenções. No entanto, alguns "novos usos" conseguiram se manter, como por exemplo, o funcionamento de instituições públicas, associação dos advogados, sede de uma Fundação Cultural, dois restaurantes e um coletivo cultural. Por outro lado, casas de show, bares e restaurantes abrem e fecham as portas corriqueiramente. Já na região do centro histórico conhecida como "cidade alta", onde estão a maioria dos conjuntos religiosos tombados, não houveram intervenções que propusessem a redefinição de usos para os espaços. Hoje a cidade alta tem como característica marcante a atividade comercial, em pequena e grande escala, também é a região onde concentram-se diversas instituições administrativas do poder publico, há intenso fluxo de pessoas e automóveis durante o horário comercial, esse movimento cai drasticamente no período noturno. Um dos poucos núcleos habitacionais que ocorrem no Centro Histórico, são justamente aqueles presentes nas áreas do

Porto do Capim e da Vila Nassau, onde as ruas (inclusive no período noturno) são tomadas pelos moradores que colocam suas cadeiras nas calçadas para conversar e ouvir musica, enquanto crianças brincam com seus jogos de rua, literalmente, na rua. Nesse contexto, coloco o seguinte questionamento: se a falta de habitação é um dos problemas localizados no Projeto de Revitalização, o que por sua vez acarreta ao centro a situação de abandono, porque deslocar da área do Centro Histórico um dos poucos núcleos habitacionais que existem no perímetro?

Assim, é possível notar certa tensão que enquadra as experiências de revitalização, entre as imagens idealizadas do passado e as imagens idealizadas do futuro, colisão entre "o que se pensa que foram" e "o que se pensa que devem ser". Nessa tensão são concebidos projetos de intervenção que não superam o confronto com a realidade do tempo presente dos centros históricos, e se aplicam ações pouco sustentáveis nas áreas dos centros antigos, na medida em que tais projetos buscam reinventar e reorganizar espaços patrimonializados sem levar em consideração as práticas sociais presentes no cotidiano.

Os projetos de redefinição e reorganização dos espaços públicos orientados para o consumo de bens culturais, ou como colocou Motta (2000), os "modelos globalizados", alteram diretamente as dinâmicas de sociabilidades já estabelecidas em lugares específicos na tentativa de se transformar áreas dotadas de valor histórico em espaços destinados ao desenvolvimento turístico**.** Dessa forma, corre-se o risco de fomentar a formação de novas áreas de segregação socioespacial, devido à sobreposição da segregação hegemônica do Estado às divisões e lógicas já existentes construídas pelas dinâmicas sociais locais. Scocuglia (2004), em estudos realizados sobre os processos de *revitalização* e *reinvenção*do centro histórico de João Pessoa, afirma que:

> Há uma espécie de redução do valor cultural ao valor econômico, uma fetichização da cultura. Porém parece haver uma outra dimensão do consumo presente no contexto de revitalização dos centros históricos que sugere a criação de significados culturais não apenas no ato simbólico de consumir, mas também como prática social de diferenciar estilos de vida, demarcar fronteiras e relações sociais. (SCOCUGLIA, 2004, p. 52)

Segundo Paola Jacques (2009) a relação entre espaço público e imagens da cidade contemporânea passa, inevitavelmente, por um processo de espetacularização. Esses processos são caracterizados pela negação dos conflitos e dos dissensos próprios dos espaços públicos, ocultando a vitalidade dos espaços mais populares das cidades, padronizando e

uniformizando espaços cenograficamente. Nestes cenários urbanos, o tipo de imagem urbana que é vendida é aquela de espaços pacificados e domesticados. O que a autora localiza enquanto um dos principais pontos a serem problematizados nesse contexto é o fato de que a existência de conflitos e dissensos seriam características próprias aos espaços públicos. Nesse sentido, ao se forjar imagens da cidade pautadas no consenso, espaços pacificados, criam-se espaços apolíticos. A autora referencia essas ideias aliadas ao pensamento de Jacques Rancière sobre o entendimento do "desentendimento" enquanto categoria fundamental do espaço político.

> Tais imagens consensuais de espaços aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, são imagens de espaços apolíticos. Se pensarmos como Jacques Rancière, no desentendimento como categoria fundamental do político, nos conflitos e dissensos que caracterizam a própria vida pública, estes espaços públicos transformados em simples imagens espetaculares são a própria negação do político – caráter que está ou deveria estar, na base de qualquer formulação de esfera pública. (JACQUES, 2009, sem página)

Esses autores argumentam que os conflitos urbanos são legítimos e necessários, pois a permanência da tensão entre os conflitos permite, e dela depende a construção de uma cidade mais democrática.

> [É o dissenso] que mistura permanentemente, embaralha e tenciona as fronteiras entre espaços opacos e luminosos (lisos e estriados, nômades e sedentários) mantendo viva a tensão entre eles no que podemos chamar de "zonas de tensão", ou seja, precisamos urgentemente aprender a trabalhar com os conflitos e a manter essas tensões no espaço público, aprender a melhor agenciar, atualizar e incorporar estes conflitos e tensões nas teorias e práticas urbanas. (JACQUES, 2009, sem pagina).

As ações de espetacularização aparecem como se fossem necessidades da sociedade de uma maneira geral, adquirindo o caráter de consenso, onde "a sociedade em sua diversidade, contradições e conflitos dá lugar a uma nova sociedade: a do empreendedorismo e do consenso" (VAINER, 2002, p. 95). No caso dos projetos de intervenção propostos para a região do Porto do Capim, podemos localizar que existe uma tendência no Projeto de Revitalização, elaborado pela Comissão do Centro Histórico na década de 1990, em se criar na área urbanizada do Porto do Capim um espaço destinado a práticas de encontro

passageiras, uma vez que está prevista a remoção dos moradores locais para a construção de uma área de eventos destinada a execução de grandes shows que, supostamente, ocorrerão periodicamente. Retirar a população economicamente pobre que reside no local seria justamente a estratégia de se forjar um espaço da cidade que está livre de tensões e conflitos sociais. A região do Porto do Capim e da Vila Nassau carrega o estigma de ser um espaço violento, perigoso, área de prostituição e de tráfico de drogas. Características essas que, no senso comum, são atribuídas a populações de baixa renda. Mesmo se considerarmos que há ocorrência de assaltos na região da cidade baixa, assim como o consumo e venda de "substâncias ilícitas" não podemos atribuir aos moradores locais as autorias dos crimes ou a comercialização das substancias ilegais. Ademais, outros bairros de João Pessoa (como, por exemplo, aqueles localizados próximos a orla marítima) apresentam índices de violência significativos, fazendo do problema da violência urbana, uma questão geral da cidade e não uma característica particular da área do centro histórico.

O que ocorre é a permanência do discurso da "criminalização da pobreza". A própria existência da "comunidade" manifesta uma tensão social. Podemos entender o processo de ocupação daquele território como uma forma de resistência de pessoas que insistem em morar em um espaço que não foi planejado para elas. Formas de ocupação que revelam a participação popular, onde os próprios moradores são responsáveis pela construção do espaço onde vivem escapando do controle de um planejamento que pressupõe direcionar o crescimento e organização da cidade. Nesse sentido, a presença da "comunidade" vai contra o processo de espetacularização urbana tão desejado por alguns gestores públicos.

De acordo com as intervenções previstas pelo Projeto de Revitalização, que visam transformar os usos daquele espaço e almejam um novo público frequentador, é necessário que essa população supostamente responsável pela violência urbana nas áreas próximas da "comunidade" seja removida do centro histórico, para assim ser possível forjar um espaço harmônico, livre de problemas sociais. Segundo uma estratégia genérica, homogeneizadora e consensual.

Na proposta alternativa concebida por alguns agentes que compõem a atual equipe técnica do Iphan, *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*, são pensadas e elaboradas maneiras de se manter os usos que foram apropriados historicamente por um grupo social específico ao mesmo tempo em que se busca dialogar com os interesses de uma ação política que procura desenvolver socioeconomicamente, por meio do turismo e entretenimento, as áreas do centro histórico da cidade. Considera-se então a

estratégia de se trabalhar com as questões dos conflitos, buscando uma espécie de mediação, na perspectiva de se manterem os dissensos ou os diferentes interesses que estão em jogo, que seriam o uso residencial, a preservação ambiental e o desenvolvimento turístico [comunitário].

Na esfera institucional, podemos localizar um esforço da atual gestão da Prefeitura Municipal de João Pessoa e do Iphan/PB, que insistem, na esfera discursiva, em se encontrar um "meio termo" entre as duas propostas citadas acima (a *Revitalização* e a *Requalificação*). Essa foi a postura assumida pelo prefeito da cidade, durante a reunião que aconteceu no gabinete da Prefeitura no dia 2 de abril de 2013, com a Comissão do Porto do Capim em Ação. O discurso do "meio termo" também parece ser estratégia entre os agentes que ocupam os cargos de chefia do Iphan/PB, quando aparentemente buscam estabelecer medidas de negociação entre os diferentes pontos de vista sobre o que se julga adequado enquanto plano de intervenção para a área do centro histórico de João Pessoa. Todavia, os planos não vêm sendo discutidos, nem entre os agentes institucionais, muito menos com a sociedade civil. Nas reuniões internas do Iphan/PB, das quais foi possível minha presença para fins de observação, ficava clara a divisão da equipe técnica em dois grupos, os que defendiam o Projeto de Revitalização e os que defendiam a Proposta de Requalificação. A saída encontrada pela chefia da Superintendência do Iphan/PB era sempre sugerir a formação de um novo grupo de trabalho que encontrasse um "meio termo" entre as duas propostas de intervenção. Entretanto, os autores da Proposta de Requalificação argumentavam que aquele projeto já contemplava os diferentes pontos de vista e conseguia conceber um plano de ação onde os diferentes usos dos espaços (os atuais e os desejados) pudessem coexistir. O resultado foi que, não foi criado grupo de trabalho. Ao contrário, os encaminhamentos que vem acontecendo são no sentido de executar o projeto para a Revitalização. Essa tomada de posição é evidente, principalmente na conjuntura atual, onde o novo superintendente, nomeado no início de 2014, é um dos autores da proposta, fez parte da Comissão do Centro Histórico e que julga adequado a execução do Projeto de Revitalização.

A questão que fica para a reflexão seria: como trabalhar com a ideia de gestão desses espaços públicos patrimonializados, assumindo-se os dissensos enquanto elementos inerentes a esses espaços? Em João Pessoa, a Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau é aquela que considera os diferentes usos construídos no decorrer dos tempos, como também os usos desejados dentro de um mesmo projeto. O que faz com

que essa proposta possa vir a contribuir para o entendimento dos espaços públicos enquanto ambientes múltiplos, plurais e com vitalidades próprias.

4.2. *O empoderamento dos moradores em defesa do "lugar"*

Podemos entender espaços específicos da cidade enquanto "territórios de subjetivação" (LEITE, 2007)[61]. Tais territórios são encarados como regiões específicas não apenas através de suas demarcações físicas, mas também voltando o olhar para as relações simbólicas que orientam as práticas sociais do local. Quando relacionamos essa perspectiva a processos de formação de pertencimento identitário, os *lugares* passam a carregar características como movimento, tempo e trajetória. Tal entendimento de *lugar* enquanto demarcação física e simbólica do espaço nos ajuda a investigar os conflitos e dissensos presentes entre os usos sociais do presente e os usos desejados pra um futuro próximo no caso das regiões do Porto do Capim e da Vila Nassau. Pois, para compreender as relações entre os moradores e suas atividades econômicas, com Rio Sanhauá, com a distribuição do comércio local, e por fim, a relação desses sujeitos com outras localidades e práticas sociais presentes no centro histórico, é necessário termos como ponto de partida suas casas, os significados a elas atribuídas enquanto suportes práticos e simbólicos de suas vidas cotidianas. Estes suportes, em relação com outros *lugares*, criam trajetos, que tornam as localidades intercomunicáveis, que por sua vez criam territórios de subjetivação, que nos levam a entender a cidade enquanto objeto socialmente construído.

Sob a iminência da desapropriação de suas casas, os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau lançam mão de discursos-ações baseados em sentimentos de pertencimento que buscam legitimar as formas de apropriação desse espaço enquanto espaço para moradia. É interessante perceber que esses discursos se reorganizam mediante a necessidade provocada na relação que existe entre um projeto político de revitalização, que enfatiza o valor de mercadoria dos espaços patrimonializados e a forma como tais projetos afetam diretamente as dinâmicas de sociabilidades entre moradores e o *lugar***:** "O modo como essas práticas sociais criam nexos identitários com lugares sociais colide muitas vezes com as formulações abrangentes das políticas oficiais de cultura" (LEITE, 2007, p. 39).

[61]A noção de "territórios de subjetivação" trabalhadas por Leite (2007) é referenciada nos estudos de Felix Gautarri.

Dessa maneira podemos localizar que uma das consequências provocadas pela ameaça da remoção das moradias dos ribeirinhos resultou na mobilização política dos moradores, através da formação da Comissão Porto do Capim em Ação. Esta Comissão luta pela defesa de uma identidade territorial e pelo reconhecimento daquele território enquanto parte indissociável do conjunto de referenciais culturais locais, reivindicando o direito a esse lugar da cidade. Nesse processo, uma das ações mais marcantes da Comissão é a busca de estabelecer diálogo com o poder público, não apenas no sentido de obter esclarecimentos sobre o projeto previsto, mas também na luta em se reivindicar formas de diálogo e a participação dos moradores nos processos de elaboração dos futuros planos de intervenção. Nesse sentido, as mulheres que formam a Comissão, juntamente com o apoio de professores da Universidade Federal da Paraíba e educadores da Fundação Cia da Terra se colocam em uma posição de confronto com o poder público. Essa organização política insere os moradores ribeirinhos de forma ativa no debate sobre os modelos de habitação e sobre planos de revitalização previstos para a área.

Fica claro que o valor de uso definido pelos moradores entra em choque com o valor de troca imposto pelos gestores públicos, pois os discursos do poder público ressaltam a importância do turismo para o desenvolvimento econômico da cidade, selecionando alguns espaços da cidade enquanto significativos para essa atividade. A cidade se transforma em coisa a ser vendida, em um contexto de competição entre as cidades. Onde, nos aspectos do planejamento estratégico, a pobreza é redefinida como problema paisagístico ou ambiental (VAINER, 2000).

> Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão a venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes do que dirigentes políticos. (VAINER, 2000, p. 78)

Nesse sentido, as populações do Porto do Capim e da Vila Nassau são consideradas um entrave para a valorização do centro histórico enquanto produto turístico, pois as discussões sobre "vitalidade" não levam em consideração a importância e as relações estabelecidas por essa população. Podemos avançar no sentido de constatar que, se é preciso

"devolver o rio à cidade", os moradores ribeirinhos nem mesmo são considerados enquanto cidadãos, enquanto parte constituinte da cidade.

A organização política da Comissão Porto do Capim em Ação surge como uma resposta ao poder público onde um determinado espaço da cidade passa a ser reivindicado como de direito legítimo de um determinado grupo social. E tendo em vista que estão localizadas em uma área de proteção patrimonial, é dever do Iphan mobilizar esforços para atender às reivindicações que surgem na esfera da sociedade civil organizada em defesa de suas referências culturais. Caso contrário, o Iphan/PB irá realizar uma política de intervenção baseada no que o "olhar técnico" de determinados agentes institucionais julga ser adequado, em vez de realizar uma política pública patrimonial a partir daquilo que é importante para os usuários daquele espaço.

4.3. *Reflexões finais*

O Iphan, ao longo de sua história, criou uma maneira específica de se pensar os patrimônios culturais nacionais, onde os agentes institucionais trabalham com noções, conceitos e perspectivas de suas áreas de formação em nome de uma gestão política de preservação de patrimônios culturais, que criou o que podemos chamar de "cultura institucional do Iphan", que vem se transformando ao longo do tempo. Essa cultura institucional, que é multifacetada historicamente, consiste numa apreciação específica de um olhar profissional que atribui valor à sociedade brasileira, onde se escolhem determinadas narrativas que irão caber nos códigos institucionais do Iphan.

A discussão sobre "cultura institucional" surgiu através da entrevista realizada com André Soares, técnico em Ciências Sociais do Iphan/PB, a partir da qual pude refletir um pouco sobre o que significa ser "técnico em ciências sociais" num órgão de preservação de patrimônios culturais.

> É o que eu costumo dizer dentro do IPHAN, a gente não faz nem antropologia, a gente não faz nem arquitetura, a gente não faz nem arqueologia, a gente não faz geografia, nem pedagogia, nem biblioteconomia, nada. A gente faz algo que se surgiu e esse algo que está mudando ou se pretende mudar que é uma espécie de praxe institucional. Praxe profissional de um gestor de patrimônio cultural. Então é isso que no fundo eu faço, com essas inspirações tributárias dos conhecimentos antropológicos e das ciências sociais como um todo. Mesmo a arquitetura, ela não tem conhecimento suficiente para entrar no Iphan e fazer o que ela faz, o arquiteto,

> digamos. O arquiteto do IPHAN é um arquiteto atípico, não é o arquiteto da academia, não é o arquiteto do escritório... Alguns são, né!? Infelizmente. Mas, assim, normalmente não são. É outro tipo de prática, e outro tipo de conhecimento que surgiu dessa cultura institucional, que a gente poderia chamar de cultura institucional do IPHAN. (André Soares em entrevista realizada na UFPB, em João Pessoa, no dia 25 de setembro de 2013)

Através dessa cultura institucional define-se o que cabe ou não na alegoria do patrimônio cultural. O caso do Porto do Capim nos revela os limites de uma política de gestão que trabalha com aspectos da cultura material e imaterial enquanto categorias separadas. Talvez o cerne da questão seja que a alegoria do patrimônio cultural edificado (seja ele colonial, barroco, excepcional, monumental, de fachadas ou do mundo das artes) não dá conta para referenciar as trajetórias de ocupação do espaço nos casos da comunidade do Porto do Capim e da Vila Nassau. Por sua vez, as formas de apropriação desse território também não cabem na alegoria do patrimônio imaterial, muitas vezes vislumbrado através de aspectos teatralizados ou folclóricos ou ainda como elementos lúdicos que compõem, junto aos cenários dos centros históricos, o modelo espetacularizado de nossos patrimônios culturais. Afinal de contas, expressões culturais no formato de apresentações artísticas, descontextualizadas, desmaterializadas e desterritorializadas, completam muito bem o modelo de centro histórico cenográfico de fachadas coloridas, que aposta no consumo da cultura enquanto mercadoria.

> Eu fui no último encontro do DPI; a diretora está sempre falando que é preciso contratar mais cientistas sociais, mas eu não sei o que é que o cientista social vai fazer com essa alegoria tão folclórica. Exatamente! Você não faz identificação, reconhecimento e proteção de coisas que são importantes para as pessoas. Você faz identificação, reconhecimento e proteção do que você acha que é uma diversidade cultural brasileira, que é esse folclore que está alegorizando o patrimônio edificado já consolidado: o patrimônio colonial-histórico-monumental-artístico-e-excepcional. Então no Porto do Capim, como é uma comunidade que foi fundada na década de 40, mas que se a gente for buscar algum lastro de essencialismo que se busca às vezes nessas ideias... São descendentes de quais etnias indígenas? Que descendência quilombola eles têm? Ou que tipo de produção cultural ou alegórica, uma forma de expressão exemplar, uma manifestação, sei lá o que que a gente pode dizer... Um coco de roda! Quer dizer, o imaterial está ligado a algo que já está dado. É tipo... como se pegasse o livro do Câmara Cascudo e dissesse "o patrimônio cultural do Brasil já está catalogado, agora a gente precisa encaixar o que já foi catalogado nessas espacialidades e nessas comunidades que existem no Brasil afora". Quem tiver isso vai tá dentro dessa alegoria, quem não tiver isso, não vai tá dentro dessa alegoria. (André Soares em entrevista realizada na UFPB, em João Pessoa, no dia 25 de setembro de 2013).

Não faremos aqui uma discussão mais detalhada sobre a institucionalização do Registro como ferramenta de proteção à patrimônios culturais, ou sobre os avanços e limites desse tipo de proteção. No entanto, é possível localizar na própria definição de "bens culturais de natureza imaterial" certa tendência em se aproximar as manifestações de grupos sociais de camadas mais populares (não eruditos) ao patrimônio imaterial.

> Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.[62]

Essa definição dialoga muito bem com o próprio entendimento de "folclore", definido na Carta do Folclore Brasileiro, elaborada durante o I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, na cidade de Salvador/Bahia.

> Constituem o tipo folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição do popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humanos ou a fixação de uma orientação religiosa e filosófica. Reconhece-se que a relação folclore e turismo é uma realidade. O turismo pode atuar como divulgador do folclore e como fonte de recursos para o crescimento da economia local, o que pode significar melhoria da qualidade de vida das camadas populares. Essa relação, porém, precisa ser avaliada no sentido de resguardar os agentes da cultura popular das pressões econômicas e políticas. (Carta do Folclore Brasileiro, 1951)[63]

Mesmo que o Porto do Capim não caiba no modelo do patrimônio cultural edificado e que também não caiba no modelo do patrimônio cultural folclorizado, uma noção de gestão do patrimônio cultural que entenda o lugar de pertencimento, como um lugar que tem certa simbologia e complexidade dos quais dependem a manutenção de determinadas relações sociais, pode contemplar esses sujeitos, respeitando e reconhecendo suas referências culturais.

---

[62] IPHAN. *Patrimônio Imaterial* [online]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em 20 dez. 2013.

[63] COMISSÃO Nacional de Folclore. *Carta do Folclore Brasileiro* [online]. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013.

Seria justamente pensar uma estratégia integrada entre os aspectos culturais materiais e imateriais da política do Iphan, onde se reconhece que a manutenção dos modos de vida dos moradores ribeirinhos dependem de certa simbologia que alcança sua materialidade em uma espacialidade específica. Essa noção mais complexa de gestão, que procura trabalhar com a noção de *Referencia Cultural*, está presente na Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Segundo Londres (2000), as *Referências Culturais* são entendidas enquanto um conjunto de elementos relacionados à diversidade das produções materiais e aos valores e sentidos atribuídos, por diferentes sujeitos, aos bens e às práticas culturais. Podemos, então, pensar a noção de *Referência Cultural* enquanto um sistema de elementos de atribuição de valor que formam um conjunto e tem como resultado a construção de laços afetivos que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade à determinadas produções culturais, em seus aspectos práticos e simbólicos, em suas produções materiais e imateriais.

> No caso de inventários de sítios históricos urbanos, quando o que está em jogo não é apenas a proteção de determinados bens, mas o reordenamento de um espaço, a questão é ainda mais complexa, pois implica a administração de interesses distintos, e a interferência no destino de uma região e dos que nela habitam. Trata-se de produzir um conhecimento para iluminar uma intervenção. Ao se incluir nesse conhecimento a identificação de *referências culturais*, deseja-se que, nessa intervenção, seja levada em conta não apenas a consideração do valor histórico e artístico dos bens. Mesmo que a isso se acrescente uma preocupação com a racionalidade econômica e social da intervenção, é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada. Pois, do ponto de vista da cultura, considerar apenas a concentração, em uma determinada área, de um número significativo de monumentos excepcionais, de algum modo a "desvitaliza", uma vez que se deixa, assim, de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço... Logo, quando não se trata de um solo virgem, inexplorado, mas de regiões que tem historia, tradições, ou seja, quando se trata de um solo "cultivado", que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de "preservar o patrimônio", implica numa reorganização de uso desse solo. Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes. (LONDRES, 2006, p. 88).

Quanto ao Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, está explicita a intenção de transformar aquele espaço num pólo de atração turística, onde há o desejo de que um novo público, de camadas sociais economicamente mais elevadas, passe a frequentar o

local. Poderíamos pensar que os gestores públicos estão promovendo o "enobrecimento" daquele espaço.

O conceito de gentrificação foi elaborado por Ruth Glass em 1964, quando a socióloga constatou algumas mudanças na dinâmica populacional em bairros londrinos. Ocorreu que imóveis de áreas centrais degradadas e ocupadas pela classe trabalhadora, foram reabilitados, o que ocasionou a apropriação dessas áreas renovadas por uma classe média que substituiu os moradores antigos. O termo *gentrification* tomou proporções mundiais e passou a caracterizar o processo de segregação socioespacial desencadeado por reformas urbanas de reabilitação.

É recorrente o uso de tal conceito nos estudos sobre os centros históricos brasileiros[64]. Em João Pessoa, assim como as experiências em outras cidades brasileiras, por mais que fosse um desejo do poder público qualificar espaços degradados da cidade, buscando a redefinição dos usos, a captação de recursos privados, como também cooptar um público frequentador e consumidor específico, não verificamos a ocupação desses espaços por uma "elite intelectual", uma "elite econômica" ou uma "classe artística". Ademais, o Projeto de Revitalização que está em vias de ser executado, parte do princípio de que naquele espaço há apenas degradação, um lugar cheio de problemas, então justifica-se construir uma grande arena de concreto para apagar da história que ali houve a presença de moradores economicamente pobres, que mancharam a imagem de um espaço urbano onde se vende importância histórico-cultural.

No caso do Recife Antigo, estudos realizados por Leite (2009) apontam para um fenômeno que vem se apresentando corriqueiramente nos espaços que passaram por processos de revitalização. No início das políticas de intervenção, espaços revitalizados passam por momentos de "efervescência cultural", principalmente devido ao incentivo dos usos dos espaços como centros de entretenimento, consumo e lazer. Com o passar dos anos, quando o local deixa de ser alvo de ações públicas e privadas que fomentam o "consumo cultural", os sujeitos consumidores migram para outros pontos da cidade, pois o vínculo criado através das ações de revitalização não é com o espaço em si, mas sim com aquilo que tal espaço pode oferecer enquanto "produtos culturais". Se não há produtos, o público vai consumir em outros espaços. Nesse processo, os centros históricos passam a ser ocupados novamente pelos "usuários indesejados", pelos grupos que foram marginalizados e por tal condição. É como se

[64] Podemos verificar que em estudos em diferentes cidades chega-se a conclusão que práticas de gentrificação foram utilizadas nos processos de reabilitação urbana ou nos plano de revitalização, como por exemplo em LEITE (2007), SANT'ANNA (1995), GONDIM (2007), SCOCUGLIA (2004).

esses espaços retornassem ao *status* de "abandono". Leite (2009), chamou tal fenômeno de "pós-revanchismo patrimonial" ou "contrarrevanchismo", essa expressão está relacionada à ideia de *revanchismo* aplicada aos processos de *gentrification*.

> [...] é conhecida nos estudos urbanos para designar uma espécie de vingança tardia, mas eficaz, da cidade, que demarca espaços, segrega usuários e expulsa moradores indesejados. A operação lembra as políticas de higienização urbana das cidades portuárias, típica do urbanismo haussmaniano. O que resulta desse ambíguo processo de embelezamento estratégico – para usar mais uma vez a feliz expressão de Walter Benjamin (1997) −, é a não menos conhecida espetacularização da cultura em geral, e do patrimônio material e imaterial em particular. (LEITE, 2009, p. 2)

Tendo em mente a ideia de revanchismo (de que o processo de patrimonialização foi uma revanche da cidade aos usuários e moradores indesejáveis), o contrarrevanchismo aparece no auge dos processos de patrimonialização e de suas vulnerabilidades. Sinaliza uma abertura da cidade àqueles que não foram incluídos nas políticas de enobrecimento. "Contudo, o alto preço por essa curiosa e tardia 'inclusão social' é a volta desses espaços a condições de esvaziamento e deterioração crescentes" (LEITE, 2009, p. 2).

Argumentamos ao longo desse texto que, no caso do *Projeto de Revitalização Antigo do Porto do Capim*, os gestores públicos defensores do projeto vislumbram a possibilidade de se estabelecer um grande polo turístico no centro histórico da cidade, através da construção de uma arena de eventos e exploração de turismo ambiental, náutico e cultural. Segundo seus idealizadores, essas ações serão capazes em reestabelecer o "vínculo entre o rio e a cidade" e "devolver o rio à sociedade pessoense". Segundo o coordenador da Copac (órgão municipal responsável pela proteção do patrimônio cultural): "nossa intenção é restaurar a cidade. Não tem como pensar a cidade sem pensar em restaurar o que tem de mais antigo, que é o centro histórico, e o nosso não existe"[65]. Ou seja, para o coordenador do órgão de preservação do patrimônio cultural na instância municipal, o centro histórico só passará a existir quando um novo uso for estabelecido naquele espaço, através da remoção da população local, que por sua vez tornará possível que um novo público passe a frequentá-lo.

Podemos perceber que os procedimentos estabelecidos para viabilizar a revitalização concebida podem gerar processos de gentrificação. Todavia, tomando como base experiências

[65] Coordenador da Copac Fernando Milanes Neto. Portal de noticias G1 [online]. Disponível em:<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>. Acesso em 07 dez. 2013.

fracassadas de revitalização, que apostam unicamente no uso do centro histórico para fins de entretenimento, tanto em outras localidades do centro histórico de João Pessoa quanto em outras cidades, como, por exemplo, Recife e Salvador, questionamos a própria viabilidade do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Esse estudo aponta que a construção de uma arena de eventos e a promoção de grandes shows não farão com que um novo público passe a frequentar aquele espaço. Um morador que resida, por exemplo, em alguns dos bairros da orla marítima, dificilmente vai se deslocar até o centro da cidade para passear na beira de rio concretado. Acredita-se também que as intervenções não vão gerar a desejada especulação imobiliária, uma vez que as mesmas estratégias foram pensadas para outras regiões do centro histórico, que por sua vez fracassaram na tentativa de estabelecer o uso dos espaços pautados unicamente em atividades relacionadas ao lazer e entretenimento a serviço do capital privado. Dessa maneira, corre-se o risco de transformar o espaço da permanência, da vitalidade, da dinamicidade, em mais um espaço vazio do centro histórico da cidade, que esporadicamente receberá a visita de um público consumidor que não possui vínculos estabelecidos com aquele espaço, mas sim com as atividades de consumo disponíveis em determinados momentos.

4.4. Agradecimentos

Encerrando, gostaria de compartilhar com o leitor pequenas reflexões relacionadas ao trabalho de campo realizado nessa pesquisa. Enquanto pesquisadora do Programa de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, uma das minhas atribuições, devido a realização das práticas supervisionadas, foi a participação em atividades práticas na instituição. Uma delas e talvez a mais significativa tenha sido a participação na elaboração da *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*. Durante o processo de elaboração desse projeto nossa equipe se propôs a idealizar um conjunto de ações de intervenções que contemplassem e respeitassem as referências culturais dos moradores ribeirinhos, aliadas às questões e demandas relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento de turismo comunitário.

Enquanto cidadã, moradora de João Pessoa e de acordo com minhas experiências de vida e trajetória profissional, possuo uma posição clara em defesa e ao acesso dos direitos dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau em possuírem condições dignas de habitação no

local onde escolheram viver, respeitando suas relações de vizinhança, parentesco, trabalho e projetos de vida. Por esse motivo gostaria de compartilhar com o leitor minha dificuldade em desenvolver certa "neutralidade", enquanto estive em momentos conflituosos, onde era preciso observar e considerar, para fins de análise e desenvolvimento da pesquisa, os diversos pontos de vista sobre a mesma questão: a elaboração de intervenções adequadas a serem aplicadas na área de entorno do Centro Histórico de João Pessoa. Transformar o dia a dia na instituição em uma experiência etnográfica exigiu o exercício e a sensibilidade de perceber quais eram os momentos em que eu deveria fazer minhas colocações e intervir no "evento" e quais eram os momentos em que eu deveria "observar, descrever e interpretar". Uma das reflexões que faço sobre a situação é que com o passar dos dois anos de desenvolvimento da pesquisa, percebi que, nos momentos em que vivenciava o cotidiano da instituição passei a observar mais e a intervir menos.

Já nas experiências de vivências junto aos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau, através da participação nos encontros semanais da Comissão do Porto do Capim em Ação, me senti à vontade em compartilhar com os moradores meu ponto de vista, opinião, anseios e angústias referentes às ações de intervenção previstas na área. Novamente fazendo o exercício de intervir quando julgava necessário, como também de "observar, descrever e interpretar" os eventos de que participava. Porém, ao contrário da experiência institucional, percebo que, com o passar dos dois anos de desenvolvimento da pesquisa, meus posicionamentos e intervenções tornaram-se frequentes, o que não impediu minha observação e interpretação dos acontecimentos. Fato é que os diferentes contextos exigiram exercícios de análise diferenciados devido à natureza de minha participação nas duas situações.

Por fim, gostaria de agradecer aos moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau pelas conversas, entrevistas, caminhadas e histórias contadas e em especial às moradoras que fazem parte da Comissão Porto do Capim em Ação, pelo carinho, respeito, confiança e amizade, pelos sorrisos despendidos a cada encontro e pelos longos abraços sinceros de cada despedida. E dizer para o leitor que ainda há tempo de conhecer o lugar, com o perdão da palavra, mais genuíno do centro histórico de João Pessoa, onde crianças brincam na rua, onde moradores passam o fim da tarde sentados em frente às suas casas conversando, sorrindo, se divertindo e se refrescando com a brisa que vem do rio. Onde podemos caminhar a noite sem correr o risco de sermos assaltados. E se tiver fome, não faltarão opções de onde comer uma boa comida caseira com direito a feijão de corda, macaxeira e carne de charque, tapioca, churrasquinho ou ainda um delicioso caranguejo acompanhado de uma cervejinha ou

refrigerante bem gelados. E se der vontade de navegar pelo rio, procure Seu Cosminho para combinar um belo passeio. E se for devoto de Nossa Senhora da Conceição, venha ao Porto do Capim no dia 8 de dezembro e participe das celebrações religiosas. Se quiser participar de um São João daqueles com direito a quadrilha de bairro, boa música e a pequenas fogueiras na frentes das casas não deixe de visitar o Porto do Capim. Não precisa de ingresso, não precisa pegar fila, é só chegar com o coração aberto e estar disposto a conhecer a beleza que guarda a simplicidade dessa gente bonita que vive do Porto do Capim.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, A. L. D. Of. Nº103/97-9ºCR/IPHAN/SP. Disponível em:<http://*portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415*>. Acesso em 12/03/2012.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório final Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste.**BNB, 2005.

BRASIL. "Artigos 215 e 216". *In:* **Constituição Federal.** Brasília, DF. 1988.

_____. Decreto Lei Nº 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Poder executivo, Rio de Janeiro, 1937.

_____. Decreto Nº 3551, de 04 de agosto de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Poder executivo, Brasília, DF, 2000.

_____. Lei nº. 11.481, de 31 de maio de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Poder executivo, Brasília, DF, 2007.

CANCLINI, N. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional.** Revista IPHAN nº 23, 1994.

_____. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade.**São Paulo: EDUSP, 1997.

COMISSÃO Nacional de Folclore. **Carta do Folclore Brasileiro** [online]. Salvador, Bahia, 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013.

COMISSÃO Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. **Workshop Construindo o Futuro.**Relatório Final. João Pessoa, 2000.

_____. **Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim**. João Pessoa: CPDCHJP, 2007.

DURHAM, E. R. "Cultura, Patrimônio e Preservação" *In:* ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o Passado.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA LISBOA. **Carta de Lisboa**, 1995. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>. Acesso em: 04/04/2014

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

_____."Referências Culturais: Bases para novas políticas de patrimônio". *In:* MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Registro do Patrimônio Imaterial.** Brasília: IPHAN/MINC, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro/RJ: LTC, 1989.

GLUCKMAN, M. "Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna". *In:* FELDMAM, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo/SP: Global, 1987.

GONÇALVES, J.R.S. **A Retórica da Perda: Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**.Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HAESBAERT, R. "Concepções de território para entender a desterritorialização". *In:* Santos, M.; Becher, B.(Org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IPHAN; AECI; ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório Final do I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Porto do Capim.** João Pessoa/PB, 2005.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 04/04/2014.

_____. **Declaração de Xi'an.** China: ICOMOS, 2005. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf.>. Acesso em: 04/04/2014.

JAQUES, P. "Notas sobre espaço público e imagens da cidade". *In:* **ARQUITEXTOS**. Ano 10, julho de 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em 12/12/2013.

_____. "Espetacularização Urbana Contemporânea". *In:* Fernandes, A.; Jaques, P. (Org.). **Cadernos PPG-AU/FAUFBA.** Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, 2004.

JOFFILY, José. **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

JORNAL Correio da Paraíba. **A vez de João Pessoa**. João Pessoa, 08 de março de 1997.

Leandro, A. G. **O Turismo em João Pessoa e a Construção da Imagem da Cidade**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

LEITE, R. P. **Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

LEITE, R. P; PEIXOTO, P. **Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto**. Cadernos Metrópole nº 21, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Memórias Ribeirinhas: Porto do Capim.**João Pessoa: IPHAN; Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2011.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento nº 1.501-T-02**, "Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba". João Pessoa: IPHAN, 2002.

_____. **Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau.** João Pessoa: IPHAN, 2012.

_____. **Dossiê final das atividades de Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN/MinC, 2006.

_____. **Carta de Petrópolis**. Cadernos de Documentos nº 3 – Cartas Patrimoniais. Brasília, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>. Acesso em 04/04/2014.

_____. **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.** Brasília: IPHAN/MINC, 2009.

MOURA, M. **Identidades.** Disponível em:<http://pp03.www.olugardosomnomundo.com>. Acesso em: 14/09/2009.

MOTTA, L. "Apropriação do Espaço Urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global". In: ARANTES, A. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas – SP: Papirus, 2000.

MOTTA, L.; THOMPSON A. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF, 2010.

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito**. Quito: OEA, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>. Acesso em: 04/04/2014

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Olhar Antropológico**. São Paulo/SP: Unesp, 1998.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

ORTIZ, R. "Cultura e Desenvolvimento" *In:* **Políticas Culturais em Revista.**Volume *1*. Número 1, p.122-128, 2008. Disponível em: <http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em 12/12/2013.

PINHO, P. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90.**5º Parte\Cidades Monumentos. 2003. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3307>. Acesso em 04/04/2014.

SANT'ANNA, M. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995.

SCOCUGLIA, J. **Revitalização Urbana e (Re)Invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2004.

_____. **Cidadania e Patrimônio Cultural**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2004.

_____. **Imagens da Cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

TOLENTINO, Átila. "Oque é Patrimônio Cultural para você." *In:* **Educação Patrimonial. Reflexões e Práticas**. Caderno 2. João Pessoa: Casa do Patrimônio de João Pessoa, 2012.

VASCONCELOS, M.; MELLO, M. "Re: atrás de, depois de..." *In:*VARGAS, H.; CASTILHO, A. (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos. Objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2009.

VAINER, C. B. "Prática, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano." *In:*ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.

ZUKIN, S. "Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder". In: (Org.). ARANTES, A. **O Espaço da Diferença**. Campinas – SP: Papirus, 2000.

Sítios da Web

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em 29/11/2013.

<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html>. Acesso em 19/09/2013.

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=22/08/2013&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=140>. Acesso em 30/10/2013.

<http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html>. Acesso em 19/09/2013.

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf>. Acesso em 25/11/2013.

<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14926&retorno=paginaIphan>. Acesso em 04/10/2013.

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=22/08/2013&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=140>. Acesso em 30/10/ 2013.

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/dilma-garante-a-luciano-cartaxo-r-50-milhoes-para-revitalizacao-do-centro-historico/>. Acesso em 31/10/2013.

<http://*portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415*>. Acesso em 12/03/2012.

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>. Acesso em 27/03/2014.

<http://www.politicapb.com.br/Noticia.aspx?id=121300>. Acesso em 27/03/2013.

<http://osvaldocampos.blogspot.com.br/2010/04/viver-no-centro-historico-de-salvador.html>. Acesso em 27/03/2013.

<http://www.skyscraperlife.com/ciudades-y-arquitectura-la/34479-brasil-historico-patrimonio-historico-de-brasil-2-fotos-por-post-10.html>. Acesso em 27/03/2013.

<http://maritacaonline.blogspot.com.br/2011/01/recife-centro-historico.html>. Acesso em 27/03/2013.

<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>. Acesso em 07/12/2013.

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=18271&retorno=paginaIphan> Acesso em 11/04/2014.

Anexos

Carta da Comunidade do Porto do Capim ao Senhor Ricardo Coutinho, prefeito do município de João Pessoa. Maio de 2009.

Ofício da Comissão Porto do Capim em Ação solicitando ao Iphan/PB cópia da Proposta de Requalificação das áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Ofício do Iphan/PB à Comissão Porto do Capim em Ação.

Ofício da Fundação Casa de Cultura Cia da Terra solicitando ao Iphan/PB cópia da Proposta de Requalificação das áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Ofício da Câmara de Vereadores de João Pessoa solicitando ao Iphan/PB cópia da Proposta de Requalificação das áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Oficio da Assembleia Legislativa da Paraíba solicitando ao Iphan/PB cópia da Proposta de Requalificação das áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

João Pessoa, setembro de 2009.

Carta da Comunidade do Porto do Capim
Ao Senhor Ricardo Coutinho
Prefeito Municipal de João Pessoa/PB

C/c: Governo do Estado da Paraíba
Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba – Iphan/PB
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – Iphaep

Assunto: Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim

Prezado Senhor Ricardo Coutinho, Prefeito da Cidade de João Pessoa/PB, nós abaixo assinados, moradores da **Comunidade do Porto do Capim**, no bairro do Varadouro, nesta cidade, gostaríamos de solicitar a Vossa Senhoria, através desta carta, alguns esclarecimentos sobre a implantação do **Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim**, principalmente no que diz respeito à relocação da nossa Comunidade e da construção das Unidades Habitacionais.

Sendo assim, apresentamos as seguintes questões:

1. **Sobre o cadastramento dos moradores da Comunidade para relocação das famílias:**
    a. Existem moradores muito antigos na comunidade que não foram cadastrados, como fica a situação dessas pessoas, elas não terão direito a uma unidade habitacional?
    b. Existem moradores que foram cadastrados e que saíram da lista. Por que foram retirados da lista? Como fica a situação dessas pessoas, elas não serão recadastradas?
    c. Existem pessoas que foram cadastradas e que venderam a sua casa no Porto do Capim, portanto, saíram da comunidade. Como fica a situação dessas pessoas, elas perdem o cadastro?
    d. Existem pessoas que foram cadastradas e moravam de aluguel na comunidade, com o fim dos seus contratos tiveram que sair do Porto do Capim. Como fica a situação dessas pessoas, elas perdem o cadastro?
    e. Existem pessoas que chegaram após o cadastramento e, portanto, não estão cadastradas, porém construíram casas na comunidade. Como fica a situação dessas pessoas, elas perderão suas casas ou serão beneficiadas de alguma forma?
    f. Existem pessoas que vieram para a comunidade do Porto do Capim e construíram casas para beneficiarem-se do cadastramento. Após inscrição nesse cadastro, essas pessoas foram embora, fecharam as casas construídas e voltaram para suas verdadeiras casas. Como fica a situação dessas pessoas, elas terão direito a uma unidade habitacional do Projeto do Porto do Capim?
    g. Todas as pessoas cadastradas (moradores ou não) terão direito a uma unidade habitacional do Projeto do Porto do Capim? Esse direito será de posse ou somente de uso? Haverá uma documentação que comprove esse direito? Se houver, essa documentação sairá no nome do cadastrado?
    h. Existem alguns casos de moradores que não possuíam documento de identidade na época do cadastramento, que acabou sendo feito no nome da companheira (o). Porém, alguns desses moradores, que continuam na comunidade, não moram mais com a pessoa que foi cadastrada (que não

vivem na comunidade). Como fica a situação dessas pessoas que são da Comunidade e que tiveram o seu direito ao cadastro feito em nome de pessoas que não são da Comunidade e que não moram mais no Porto do Capim?

i. Existem alguns moradores que estão com problemas em suas casas, que precisam ser reformadas, sendo alguns com mais urgências e outros com menos. Essas pessoas poderão realizar essas reformas, ou será desperdício de material e de investimento?

2. **Sobre a construção das unidades habitacionais:**
    a. Por que houve mudanças no modelo das unidades habitacionais (de duplex para apartamento)?
    b. Como serão relocados os idosos? Eles terão preferência aos apartamentos térreos?

3. **Sobre a construção do Centro Comunitário dentro do conjunto habitacional:**
    a. Esse Centro Comunitário será de uso e direito da Comunidade?
    b. Como será escolhida a administração do Centro Comunitário?
    c. Quem arcará com as despesas do Centro (água, luz e manutenção)?
    d. O Centro poderá ser contemplado com alguma verba do governo (Municipal, Estadual ou Federal)?

4. **Sobre a implantação dos quiosques para comércio:**
    a. Esses quiosques serão exclusivamente para os comerciantes da Comunidade?
    b. Todos os comerciantes da Comunidade terão direito a um quiosque, ou somente os que foram cadastrados?
    c. Os comerciantes da Comunidade que não foram cadastrados não terão direito a um quiosque?

5. **Sobre o apoio aos pescadores da Comunidade:**
    a. Haverá um local de apoio aos pescadores locais, para tratamento e venda da pesca realizada por eles?
    b. Haverá um local para depósito do equipamento utilizado na pesca?
    c. Haverá um atracadouro exclusivo para os pescadores locais?

6. **Sobre o Prédio da Superintendência da Alfândega:**
    a. É desejo da Comunidade que seja realmente implantado o Centro de Cultura Popular Porto do Capim no Antigo Prédio da Superintendência da Alfândega, conhecido entre nós como "Prédio Amarelo".
    b. É desejo da Comunidade que seja priorizada a mão-de-obra local para aproveitamento no Centro de Cultura Popular Porto do Capim, bem como nos outros locais de interesse cultural e turístico que serão implantados.

A Comunidade do Porto do Capim entende a sua importância histórica no processo de formação e desenvolvimento da cidade de João Pessoa, bem como na sua importância cultural na implantação do **Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim**.

A Comunidade do Porto do Capim entende a necessidade da valorização dos ofícios e saberes dessa Comunidade, bem como dos profissionais existentes aqui, como forma de respeito à cidadania, a história, a cultura e ao desenvolvimento social.

Por todos esses motivos, a Comunidade do Porto do Capim gostaria de solicitar a Vossa Senhoria que seja marcada uma reunião entre a Comunidade, que irá representada por seis líderes comunitários, e a Secretaria Municipal de Habitação Social, representada pela Senhora Emília Lima.

Desejamos, ainda, que essa reunião seja marcada o mais breve possível para que todas essas questões que norteiam o Projeto de Revitalização do Porto do Capim possam ser esclarecidas.

Com a certeza de que Vossa Senhoria tratará essa carta com urgência necessária, agradecemos a Vossa atenção.

Atenciosamente,

Comunidade do Porto do Capim.

João Pessoa, 26 de fevereiro de 2013.

IPHAN/IPHAN-PB
01408.000193/2013-10
28/02/2013
20:19

Ilmo.Sr.

Kleber Moreira Souza

Superintendente do Iphan na Paraíba

Prezado Senhor,

Desde dezembro de 2011 moradores das comunidades do Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital se reúnem periodicamente para discutir seus problemas, especialmente aqueles que dizem respeito ao PAC-Cidades Históricas e ao PAC-Rio Sanhauá que, dentre suas ações, preveem a nossa remoção do lugar que hoje ocupamos. Dessas reuniões foi formada a Comissão Porto do Capim em Ação que, neste momento, está se dirigindo a esse órgão, através deste documento.

Tivemos informação de que, durante o II Seminário de Pesquisa do Iphan, realizado no dia 24 de setembro de 2012, foi apresentada uma *Contraproposta de Requalificação Urbana do Porto do Capim e da Vila Nassau* realizada pela equipe da Superintendência do Iphan na Paraíba, propondo uma nova abordagem do antigo *Projeto de Revitalização do Varadouro e do Porto do Capim* feito pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa na década de 1990. Na *Contraproposta*, segundo a apresentação do Seminário de Pesquisa, haveria a possibilidade técnica de

nossa permanência no local por meio de uma intervenção urbana que preservaria o meio ambiente do entorno do Rio Sanhauá e promoveria ações voltadas para o turismo comunitário.

Tendo em vista os nossos interesses diretos na questão e o nosso desconhecimento dos detalhes de ambas as propostas, vimos solicitar a essa Superintendência informações mais detalhadas sobre a mencionada *Contraproposta* e, se possível, cópia desse material para ampla divulgação junto aos moradores de nossas comunidades.

Sem mais para o momento, e aguardando um pronunciamento favorável, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Rozeane das Ribs Mendes
Rossana Marlene de Holanda

Comissão Porto do Capim em Ação

Contactos:

Rossana Hollanda – 8884-7660

Rozeane Mendes - 8850-1543

MINISTÉRIO DA CULTURA

IPHAN

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN/PB
Praça Anthenor Navarro, 23 - Varadouro
58010-480 João Pessoa-PB
Tel.: (83) 3241.2896 e Fax: (83) 3241 2959

OFÍCIO N º 097/2013/GAB IPHAN-PB/MinC

João Pessoa, 01 de abril de 2013.

IPHAN/IPHAN-PB
01408.000336/2013-85
01/04 /2013
212042

Ilustríssimas Senhoras
Representantes da Comissão Porto do Capim em Ação
Rossana Hollanda e Rozeane Mendes
Rua Frei Vital, nº 122, Varadouro, João Pessoa-PB
CEP: 58.010-480

Assunto: Projeto de pesquisa "O Porto e a Casa: Dinâmica de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa" (atende solicitação de envio)

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente enviamos, conforme solicitação de V.Sa., Protocolo 01408.000193/2013-10 – Iphan PB, cópia digital do projeto acima citado, desenvolvido pela pesquisadora-bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio PEP-IPHAN, sob a supervisão do Técnico Emanuel Oliveira Braga, apresentado no II Seminário de Pesquisa do Iphan PB, tendo como objeto o Projeto de Revitalização do Porto do Capim.

Destacamos que as informações e dados do referido estudo constituem acervo do Iphan, tendo, portanto, limites de usos, seguindo à critérios normatizados em casos de citações.

Atenciosamente,

Kleber Moreira de Souza
Superintendente do Iphan na Paraíba

Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra

CNPJ. 13.020.294/0001-65

Praça Antenor Navarro, 15- 1°. andar - Centro - CEP 58046-020 - João Pessoa - PB

E-mail: fundacao@ciadaterra.com.br **Fone: (83) 9972-1610**

URGENTE

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2013.

Of.FCCCT 01/2013

À Divisão Técnica para as providências necessárias.
Em, 06/03/2013
Kleber Moreira de Souza
Superintendente IPHAN/PB

IPHAN/IPHAN-PB
01408.000198/2013-34
01/03/2013
805921

Exmo. Sr.
Kleber Moreira Souza
Superintendente do Iphan na Paraíba

Recomendo que seja tratado na pauta do II Seminário de Pesquisa do IPHAN, para atendimento

Senhor Superintendente,

A **Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra**, organização sem fins lucrativos sediada no Bairro do Varadouro, dedicada à promoção de ações de formação e difusão cultural e social, tem acompanhado o debate realizado pelas comunidades ribeirinhas do Rio Sanhauá, especialmente a do Porto do Capim (que compreende também a da Vila Nassau e a da Frei Vital), acerca do PAC-Rio Sanhauá e do PAC-Cidades Históricas. Temos, inclusive, participado das reuniões realizadas pela **Comissão Porto do Capim em Ação** que, entre outros temas, tem pautado os dois PAC e especialmente a proposta, nunca bem esclarecida, de sua remoção da área.

Diante do anúncio recentemente realizado, através da imprensa, da retomada, por parte da Prefeitura Municipal, inclusive contando com a participação da Superintendência do IPHAN na Paraíba, da discussão e do encaminhamento das ações dos mencionados PAC, a mobilização da comunidade e dos seus parceiros – caso desta Fundação – foi retomada com maior urgência.

Uma das questões mais importantes, e também um dos maiores entraves para a mobilização, até o momento, tem sido a dificuldade para obter esclarecimentos acerca da proposta que está sendo discutida para a área. Algumas gestões neste sentido foram feitas à atual administração municipal e, no momento, a Comissão aguarda resposta. No entanto, sabemos que essa Superintendência sempre acompanhou o debate, inclusive

promovendo a realização de um estudo alternativo ao "Projeto de Revitalização do Varadouro e do Porto do Capim" elaborado pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa em 1997. Tivemos conhecimento da existência desse novo estudo quando um dos membros de nossa equipe participou, como ouvinte, do II Seminário de Pesquisa do IPHAN, realizado no dia 24 de setembro de 2012, e assistiu à apresentação do trabalho "O porto e casa: dinâmicas de transformação dos usos dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa". Na referida apresentação, ficamos sabendo da existência dessa **Contraproposta de Requalificação Urbana do Porto do Capim e da Vila Nassau** realizada pela equipe da Superintendência do Iphan na Paraíba, propondo uma alternativa ao antigo Projeto da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa. Esta **Contraposta**, até onde sabemos, ainda não foi publicizada junto às comunidades interessadas e talvez não o tenha sido também para as autoridades municipais que deverão executar os PACs.

Enquanto entidade interessada em projetos públicos que, no futuro próximo, possam interferir nos assuntos das comunidades do Porto do Capim, entorno da área do Centro Histórico legalmente protegida pelo IPHAN, solicitamos, através deste, informações mais detalhadas acerca da mencionada **Contraproposta** e, se possível, cópia desse material para ampla divulgação junto às populações envolvidas no Projeto.

Manifestando o nosso apreço pelos valiosos serviços prestados pelo IPHAN à sociedade brasileira em geral, e à paraibana em particular, e aguardando uma resposta favorável ao nosso pleito, despedimo-nos,

Atenciosamente,

Hostílio Ramalho Nitão Filho

Diretor-Presidente da
Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra

IPHAN/IPHAN-PB
01408.000210/2013-19
04/03 / /2013
205933

Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano

AO IPHAN
À ATT. SUPERINTEDENTE

João Pessoa, 01 de Março de 2013

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO PUBLICA

Senhor Superintendente Kleber Moreira de Souza,

O Vereador Flavio Eduardo Maroja Ribeiro – (Fuba) com este expediente e no amparo da legislação federal LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 solicita que nos seja fornecido a "Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau", elaborada por equipe técnica do IPHAN e colaboradores com 108 paginas e apresentado no II Seminário de Pesquisa do IPHAN realizado no dia 24 de setembro de 2012 as 09hs00min na Casa do Patrimônio de João Pessoa, Praça Rio Branco, Centro. A referida proposta foi elaborada pela pesquisadora Helena Tavares Gonçalves na ocasião da apresentação do projeto de pesquisa "O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa" da turma PEP/MP 2011, tendo como supervisor o Sr. Emanuel Oliveira Braga.

Espera o requerente, urgência no fornecimento de tal informação – ou quando menos, a indicação de prazo para que essa possa ser fornecida.

Atenciosamente,

URGENTE

FLAVIO EDUARDO MAROJA RIBEIRO – FUBÁ
Vereador do Partido dos Trabalhadores

À Divisão Técnica para as providências necessárias.
Em, 06/03/2013
Kleber Moreira de Souza
Superintendente IPHAN/PB

Recomendo que a levantada apresentação do estudo para a diretoria

Rua das Trincheiras,43 – Centro – João Pessoa – Paraíba CEP 58011-000
Gabinete do Vereador Flavio Eduardo –Fuba (PSB) – Fone: 32186358

IPHAN/PHAN-PB
OFICIO/0020/2013-GAB
05/03/2013
005936

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Gabinete do Deputado Estadual Anísio Maia – PT
Praça João Pessoa, s/n, Centro, 58.013-900, João Pessoa/PB

Fone/Fax: (83) 3214-4539/ 3214-4540
Twiter: @gabanisiomaia – facebook: Gabinete Anísio Maia
www.anisiomaia.com.br

Ofício nº 20/2013/GABAM

João Pessoa, 05 de março de 2013.

Ilustríssimo Senhor
KLEBER MOREIRA DE SOUZA,
Superintendente do IPHAN-PB
Praça Antenor Navarro, 23, Varadouro
João Pessoa - PB - CEP 58.010-580
Fone: (83) 3241-2959

Prezado Senhor,

Com este expediente e no amparo da legislação federal (LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), solicito que nos seja fornecida cópia da **"Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau"**, elaborada por equipe técnica do IPHAN e colaboradores, com 108 páginas, apresentada no II Seminário de Pesquisa do IPHAN, realizado no dia 24 de setembro de 2012, as 09h00, na Casa do Patrimônio de João Pessoa, Praça Rio Branco, Centro.

A referida proposta foi elaborada pela pesquisadora **Helena Tavares Gonçalves**, na ocasião da apresentação do projeto de pesquisa **"O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa"** da turma PEP/MP 2011, tendo como supervisor o Sr. Emanuel Oliveira Braga.

Esperamos urgência no fornecimento de tal informação ou, quando menos, a indicação de prazo para que essa possa ser fornecida.

Atenciosamente,

URGENTE

Anísio Maia
Deputado Estadual

À Divisão Técnica para as providências necessárias.
Em, 06 / 03 /2013
Kleber Moreira de Souza
Superintendente IPHAN/PB

Recomendo que seja levantada a presente do estudo para atualiz

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº. 178/2013 – DCO - Pedido de Informação
jpb

João Pessoa, 6 de março de 2013.

Senhor Superintendente:

Participo a Vossa Senhoria que esta Casa aprovou o Pedido de Informação nº 186/2013, de autoria do Deputado **ANÍSIO MAIA**, solicitando informações, a essa Superintendência, como também cópia da Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, ao qual foi apresentada no II Seminário de Pesquisa do IPHAN, realizada no dia 24 de setembro de 2012, na Casa doi Patrimônio de João Pessoa.

Respeitosamente:

ARNALDO MONTEIRO,
2° Secretário.

À Divisão Técnica para as providências necessárias.
Em, 07 / 03 / 2013
Kleber Moreira de Souza
Superintendente IPHAN/PB

Recomendo juntar ao requerimento do Deputado Anísio Maia

Ao Ilustríssimo Senhor
UMBELINO PEREGRINO DE ALBUQUERQUE
Superintendente do IPHAN
Praça Antenor Navarro, 23 - Varadouro
58010 480 – João Pessoa - PB

AO EXPEDIENTE DO DIA
05 de 03 de 2013
PRESIDENTE

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Assessoria do Plenário
Estado da Paraíba
09

17ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

Pedido de Informação nº 186 /2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 53, § 2º, da Constituição do Estado da Paraíba, c/c o art. 95, I, do Regimento Interno da Casa, que seja oficiado ao Superintendente do IPHAN-PB – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba, para que forneça, no prazo constitucional, cópia da *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau*, elaborada por equipe técnica do IPHAN e colaboradores, com 108 páginas, apresentada no II Seminário de Pesquisa do IPHAN, realizado no dia 24 de setembro de 2012, na Casa do Patrimônio de João Pessoa.

JUSTIFICATIVA

O documento que ora solicitamos, elaborado sob o a coordenação da pesquisadora Helena Tavares Gonçalves, é parte integrante de seu projeto de pesquisa, denominado *O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa*. O projeto traz relevantes reflexões acerca do aproveitamento racional do Centro Histórico de João Pessoa. Sendo o patrimônio histórico assunto de inquestionável relevância e interesse primordial deste mandato, é que solicitamos o material apontado.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013.

Anísio Maia
Deputado Estadual PT-PB